

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Arlindo Alemão Gregório, Augusto César da Silveira, Benilton de Sá Carvalho, Carlos Alberto Vieira Soares, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudia Regina Cavaglieri, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Cláudio Saddy Rodrigues Coy, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana da Silva Souza, Elisabeth Cardozo, Ellen Alves Menezes, Evanir Lopes Teixeira, Fabiane de Moraes Rodrigues, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Gildo Girotto Júnior, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, Karolyne Stefanny de Souza, Katia Lucchesi Cavalca Dedini, Marcelo Alves da Silva Mori, Marcelo Weishaupt Proni, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Márcia de Azevedo Abreu, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marcos César de Oliveira, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Mariângela Ribeiro Resende, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marchetti Martins, Michelle Simões da Silva, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo Adriano Ronqui, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Vanessa Petrilli Bavaresco e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Cristiane Maria Megid, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo César Montagner e Silvia Maria Santiago; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Paulo Régis Caron Ruffino, sendo substituído pelo conselheiro Ricardo Miranda Martins; Mônica Alonso Cotta, sendo substituída pelo conselheiro Marcos César de Oliveira; Arnaldo César da Silva Walter, sendo substituído pela conselheira Katia Lucchesi Cavalca Dedini; Wagner de Melo Romão, afastado até o dia 1º de outubro, sendo substituído nesta ocasião pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; Luiz Carlos Dias; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Cláudia Regina Cavaglieri; João Frederico da Costa Azevedo Meyer, sendo substituído pelo conselheiro Marcelo Weishaupt Proni; Lício Augusto Velloso; Andréa Marcondes de Freitas, sendo substituída pelo conselheiro Gildo Girotto Júnior; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída

1 pela conselheira Márcia Azevedo de Abreu; Gustavo Costa do Nascimento, sendo substituído
2 pelo conselheiro Mateus Alves Albino; Helena Ansani Nogueira, sendo substituída pelo
3 conselheiro Carlos Alberto Vieira Soares; e Ignacio Maria Poveda Velasco. Havendo número
4 legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Septuagésima Oitava Sessão Ordinária
5 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida,
6 sendo que a participação dos conselheiros que não estão presentes na sala do Consu se dará via
7 plataforma Zoom. O uso da palavra pelos titulares se dará por ordem de inscrição, utilizando o
8 botão em formato de mão no aplicativo. Para as manifestações na Ordem do Dia, os
9 conselheiros terão um limite temporal de cinco minutos e de três minutos para o Expediente. A
10 inscrição para o Expediente se inicia agora e se encerrará após a aprovação da ata. Dá as boas-
11 vindas ao professor Augusto César da Silveira, que é o novo diretor do Colégio Técnico de
12 Limeira, e ao diretor associado, professor Marcelo Dotti, cujos mandatos são de 03.08.2022 a
13 02.08.2026. Também dá as boas-vindas ao diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba,
14 professor Flávio Henrique Baggio Aguiar, e à diretora associada, professora Karina Gonzales
15 Silvério Ruiz, cujos mandatos são de 26.08.2022 a 25.08.2026. Informa que a conselheira
16 Fabiane de Moraes Rodrigues, da representação das demais carreiras docentes, passa à
17 titularidade em substituição à professora Cristiane Maria Megid, que solicitou o seu
18 desligamento junto ao Conselho Universitário em decorrência de sua indicação ao cargo de
19 diretora executiva da Diretoria Executiva de Ensino Pré-Universitário, a Deepu. Dá as boas-
20 vindas também à professora Cristiane. Informa também que estão disponíveis no *site* da
21 Secretaria Geral o parecer CLN 42/2022, referente ao item 02; os pareceres COP 19/2022 e
22 CLN 41/2022, referentes ao item 04; e COP 20/2022, referente ao item 05. Em seguida, submete
23 à apreciação a Ata da Centésima Septuagésima Sétima Sessão Ordinária, realizada em 31 de
24 maio de 2022, e sua continuação, realizada em 02 de agosto de 2022. Consulta se há
25 observações. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO solicita a mudança de uma palavra às
26 folhas 320, linha 30: onde constou “para a política nacional e para a política brasileira”, constar
27 “para a política mundial e para a política brasileira”. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO
28 CICONE diz que na ata não constam os votantes de cada item destacado e deliberado. Na
29 discussão que fizeram sobre votar *on-line* pelo sistema, onde apareceria a porcentagem etc., foi
30 combinado que ao final da ata constariam todos os votos, quem votou favorável, quem votou
31 contrário, quem se absteve em todos os itens que fossem deliberados pelo Consu. Então
32 pergunta como isso está, porque é importante que conste nas atas das futuras sessões. A Doutora
33 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que o sistema que foi discutido naquela
34 reunião ainda não foi colocado em funcionamento. As votações continuam sendo feitas pelo
35 Zoom, portanto estão adotando o procedimento das reuniões híbridas, por enquanto. A
36 Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE pergunta se há alguma previsão. A Doutora
37 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que fizeram aquele aplicativo pensando no
38 retorno das reuniões presenciais; estão fazendo alguns últimos testes para poder colocar em uso
39 também no Zoom. Não votariam mais pelo Zoom, mas pelo aplicativo. Não havendo mais
40 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a referida Ata, com a modificação

1 solicitada pela professora Rachel, que é aprovada com 09 abstenções. Passa à Ordem do Dia,
2 com 10 itens, informando que há destaques da Mesa dos itens 01 – Proc. nº 26-P-17465/2022
3 – e 06 – Proc. nº 01-D-35411/2021. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. O
4 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS destaca o item 05 – Proc. nº 01-
5 D-29075/2022. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS destaca o item 03 –
6 Proc. nº 01-P-4181/1992. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO
7 destaca o item 04 – Proc. nº 01-P-7708/2022. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
8 destaca também o item 04. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à
9 votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01 voto contrário e
10 02 abstenções, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: B – Tabela de
11 Gratificações de Representação – Deliberação Consu-A-16/2019 – 02) Proc. nº 01-P-
12 18408/2017 – Proposta de alteração dos quantitativos máximos das funções de Coordenador de
13 Programa de Pós-Graduação (decorrente da solicitação da Faculdade de Educação e de correção
14 da tabela que constou da Deliberação Consu-A-15/2022, aprovada na 176ª Sessão do Conselho
15 Universitário) e de Coordenador de Assistência Hospitalar (decorrente de demanda do CAISM)
16 no Anexo II da Deliberação Consu-A-16/2019, que dispõe sobre a Tabela de Gratificações de
17 Representação – Informações PRDU/GDCE-280/2022, 281/2022 e 303/2022, Inf. Aeplan-
18 1085/2022, Parecer COP-18/2022 e Despacho PG-4472/2022. G - Requisitos e Procedimentos
19 Internos – Deliberação Consu-A-09/2015 – 07) Proc. nº 39-P-18777/2022, da Faculdade de
20 Ciências Farmacêuticas – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre os requisitos e
21 procedimentos internos para a realização de concurso para provimento de cargo de Professor
22 Titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Aprovada pela Congregação em 29.04.22 –
23 Despacho PG-3105/2022 e Parecer CLN-40/2022. H – Comissão Permanente de Dedicção
24 Integral à Docência e à Pesquisa – Indicação de Membros – Portaria GR-129/1979 – 08) Proc.
25 nº 01-P-605/1968, da Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa –
26 Indicação de representantes titulares e suplentes das áreas de Ciências Biológicas e Ciências
27 Exatas, com mandato de 02 (dois) anos a partir de 03.10.22 – Ofícios CPDI-03/2022 e SG-
28 25/2022, como segue: Representação da Área de Ciências Exatas: Titular: Prof. Dr. Maurício
29 Compiani – IG e Suplente: Prof. Dr. Lucas Catão de Freitas Ferreira – Imecc. Representação
30 da Área de Ciências Biológicas: Titular: Prof. Dr. Sérgio Tadeu Martins Marba – FCM e
31 Suplente: Profa. Dra. Mary Ann Foglio – FCF. I – Proposta de Logotipo – Portaria GR-34/95
32 – 09) Proc. nº 01-D-31995/2022, do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético –
33 Proposta de novo logotipo do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético – Aprovada
34 pelo Conselho Científico do Nipe em 24.06.22 – Ofício Nipe-17/2022, Parecer Nipe-11/2022 e
35 Despacho PG-3797/2022. J - Convênio – Para homologação da aprovação *ad referendum* do
36 Reitor – Deliberação Consu-A-16/2022 – Deliberação Consu-A-37/2019 – 10) Proc. nº 29-P-
37 19041/2022, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio – Partes:
38 Unicamp/Funcamp e Instituto de Pesquisas Eldorado – Executor: Gustavo Fraidenraich – Data
39 de Assinatura: 19.07.22 – Vigência: 36 meses – Recursos: R\$249.600,00 – Resumo do Objeto:
40 Execução do projeto de pesquisa “Plataforma de baixo custo para testes de aderência ao padrão

1 wi-sun/fan”, nos termos do Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa
2 ao item 01 – Proc. nº 26-P-17465/2022 –, que trata da concessão do Título de Professor Emérito
3 ao professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, apresentada pelo Instituto de Economia, com
4 homologação da Comissão Especial composta pelos Profs. Drs. Luciano Galvão Coutinho
5 (presidente), Eros Roberto Grau e Leda Maria Paulani. Passa a palavra ao professor Luciano
6 Coutinho para que apresente a proposta de concessão do título. O Professor LUCIANO
7 GALVÃO COUTINHO diz que a comissão teve a participação do professor Eros Roberto Grau,
8 ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e jurista de grande reconhecimento; da professora
9 titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo Leda Maria
10 Paulani, e dele, atualmente professor colaborador do Instituto de Economia da Unicamp. Os
11 méritos do professor Luiz Gonzaga Belluzzo são amplamente reconhecidos. A congregação do
12 Instituto de Economia por unanimidade aprovou, com base no parecer do professor doutor
13 Frederico Mazzucchelli, e o parecer da comissão sublinhou quatro grandes razões para a
14 concessão do título ao professor Belluzzo. O primeiro é sua contribuição original enquanto
15 economista político e pensador na tradição da economia política e do pensamento a respeito do
16 desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Baseando-se nas contribuições de grandes
17 pensadores como Keynes, Schumpeter, Marx, na tradição da Cepal, o professor Belluzzo
18 sintetizou, com admirável capacidade, uma análise especialmente relevante para a compreensão
19 das diversas facetas da instabilidade das limitações, das mutações e transformações no
20 capitalismo contemporâneo com suas tendências. A elevada concentração da riqueza, da renda,
21 da exclusão e do acirramento de determinadas contradições no plano geopolítico, que é o que
22 têm assistido de forma muito marcante nos últimos tempos. Além disso, o segundo pilar da
23 argumentação do parecer da comissão é a contribuição também original do professor Belluzzo
24 à análise macroeconômica e das políticas macroeconômicas contemporâneas, baseando-se
25 também em notáveis economistas keynesianos e heterodoxos que vai se dispensar de citar aqui,
26 muitos discípulos de Keynes, discípulos de natureza heterodoxa, de economia política.
27 Discípulos intelectualmente ativos, grandes mestres e professores em universidades europeias,
28 americanas e asiáticas, com os quais o professor Belluzzo manteve e mantém um diálogo
29 intelectual. A clareza dessas contribuições originais do professor Belluzzo é útil na discussão
30 de políticas macroeconômicas, mormente aquelas relativas à questão da evolução do crédito,
31 especialmente das finanças e dos mercados de capitais, das moedas, das taxas de câmbio nas
32 economias, especialmente nas economias desenvolvidas com os seus reflexos sobre as
33 economias emergentes, as economias em desenvolvimento. O terceiro pilar da contribuição do
34 professor Belluzzo é a sua relevante participação no debate público sobre as sociedades
35 modernas, sua reflexão que vai além da esfera estritamente econômica. O professor Belluzzo é
36 dono de grande erudição, teve uma formação invejável em Ciências Humanas e Sociais, pois
37 que foi bacharel em Direito, em Sociologia e posteriormente pós-graduado em Economia com
38 base nos cursos especiais que a Cepal ofereceu no Brasil nos anos 1980. Além disso, o professor
39 fez incursões profundas na esfera da Filosofia, da História principalmente, da própria
40 Sociologia, da Política e até da Psicanálise na sua formação, o que lhe permite uma capacidade

1 de reflexão a respeito das sociedades com muita argúcia e capacidade de identificação das
2 diversas patologias sociais e políticas das últimas décadas. Patologias velhas e novas que vêm
3 se revelando nas sociedades, a partir da mercantilização exagerada da vida, da alienação de
4 classes médias, da relevância das novas mídias sociais na formação da opinião pública, enfim,
5 uma capacidade ampla de reflexão com repercussão relevante para a opinião pública. O
6 professor Mazzucchelli, no seu parecer, sublinha que em 13 anos, entre 2007 e 2020, o professor
7 Belluzzo havia publicado 659 artigos em periódicos de opinião de alta tiragem, de relevância
8 nacional, contribuindo, portanto, para o debate público. Se contassem os dos últimos dois anos
9 de forma muito rápida, esse número subiria para mais de 700 artigos nos últimos 15 anos,
10 artigos de opinião pública relevantes. Por último, sublinha especificamente a contribuição
11 acadêmica muito relevante do professor Belluzzo, seja pelo número de publicações, seja pelo
12 expressivo número de mestres e doutores que foram caudatários e beneficiários de sua
13 orientação. Dentre as publicações, sublinha 14 livros com relevante tiragem no Brasil, com
14 tradução para o espanhol e alguns para o inglês, que vêm desde a publicação de sua tese, em
15 1975, até o último livro, cujo título é “Dinheiro, o poder da abstração real”, publicado ano
16 passado. E sabe que o professor já tem um livro no forno para nova publicação. Além disso, o
17 professor Belluzzo orientou 34 mestrados e 44 doutorados no Instituto de Economia, fora a sua
18 participação em coorientação de teses em outras instituições. O professor, portanto, foi um
19 grande formador de economistas, de intelectuais, de profissionais, portanto com destacada e
20 reconhecida atuação acadêmica, inclusive internacionalmente. Ele possui quase 20 artigos
21 publicados em periódicos arbitrados internacionalmente, além da sua extensa participação em
22 conclaves e congressos internacionais que lhe valeram um reconhecimento no dicionário
23 biográfico internacional de economistas heterodoxos notáveis, o privilégio de estar entre os 100
24 mais notáveis economistas internacionais. Portanto, considerando todo o conjunto de
25 qualidades especiais, como pensador original, como macroeconomista de grande relevo
26 inclusive na discussão internacional, como um grande pensador que se dedicou também ao
27 debate de interesse público e, finalmente, pela sua relevante contribuição acadêmica à própria
28 Unicamp, desde a criação do Departamento de Economia e Planejamento Econômico, nos anos
29 1970, junto com o nascimento desta Universidade, até o desenvolvimento do Instituto de
30 Economia, a contribuição à formação de muitos professores, e o legado intelectual de liderança
31 que ele ainda exerce, crê que é absolutamente justificada, e essa foi a opinião unânime da
32 comissão, a concessão do título de professor emérito ao professor Luiz Gonzaga de Mello
33 Belluzzo. Então, diante de tudo isso, submete à deliberação deste ilustre Conselho a decisão a
34 respeito desta merecida concessão. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI
35 agradece, em nome do Instituto de Economia, o trabalho da comissão especial, composta pelos
36 professores Luciano Coutinho, Eros Grau e Leda Paulani. Essa foi uma iniciativa da direção,
37 como mencionado, contando com o auxílio luxuoso do texto do professor Frederico
38 Mazzucchelli. É uma enorme satisfação pessoal e como diretor; seu mandato e do professor
39 Célio Hiratuka já está se encaminhando para o ano final e essa proposta era um de seus
40 objetivos. É a primeira proposta que chega no Conselho Universitário de concessão de Título

1 de Professor Emérito do Instituto de Economia da Unicamp. Tinham um processo em
2 andamento de concessão do título ao professor Wilson Cano, mas infelizmente ele faleceu logo
3 no início da pandemia e esse processo foi interrompido. Há outros professores na história do
4 Instituto que mereciam e merecem essa concessão, como a professora Conceição Tavares,
5 professor João Manuel, o próprio professor Luciano Coutinho, mas estão muito felizes em
6 inaugurar, nesta gestão, uma homenagem. A homenagem institucional cai muito bem no
7 professor Belluzzo, uma das pessoas que foram responsáveis pela criação do Instituto de
8 Economia da Unicamp. Sublinha que montar com um conjunto de economistas com idade
9 inferior a 40 anos à época um curso crítico, alternativo, com viés progressista, no momento
10 mais difícil da ditadura militar no Brasil, foi, além de uma obra acadêmica e intelectual notável,
11 uma obra política de grande envergadura e grande coragem. Nesse aspecto, destaca a
12 participação, além do professor Belluzzo, dos professores Wilson Cano e João Manuel Cardoso
13 de Mello. Foi também um projeto intelectual ousado, exitoso e influente, uma nova
14 interpretação sobre as origens e o desenvolvimento capitalista no Brasil. O professor Belluzzo,
15 nesse esforço coletivo, certamente teve um papel de grande destaque e só por isso já mereceria
16 todas as homenagens, mas individualmente o professor Belluzzo, como consta no parecer de
17 forma bastante detalhada, tem uma extensa obra em muitas áreas da Economia e outras áreas
18 das Humanidades, grandes contribuições originais. Particularmente, destaca a sua enorme
19 capacidade de atualização; é muito difícil ter algum lançamento de obra influente em Economia
20 sobre a qual se converse com o professor que ele já não tenha lido e já tenha opinião. Além
21 disso, é reconhecidamente um grande professor, orientador formal ou informal de muitas
22 pessoas, dentro e fora do Instituto de Economia da Unicamp, ainda bastante presente com
23 contribuições esporádicas em seminários, disciplinas, bancas, orientações, e segue sendo um
24 dos mestres mais influentes. Além disso, como já destacado e está muito bem detalhado no
25 parecer, além do reconhecimento intelectual, cita aqui algumas outras que o professor Luciano
26 Coutinho não colocou: Prêmio de intelectual do ano de 2005, Troféu Juca Pato, Ordem Nacional
27 do Mérito Científico Nacional, Conselho Superior da Fapesp por algumas vezes e outras formas
28 de reconhecimento. O professor Belluzzo foi e é um dos homens públicos mais influentes e
29 ouvidos no Brasil. Teve participação em momentos difíceis e decisivos nos governos federal e
30 estadual, e sublinha o papel absolutamente central na concessão da autonomia orçamentária das
31 três universidades paulistas em 1989, além de uma série bastante grande de participações em
32 conselhos do setor público- privado da sociedade civil em várias áreas. Por último, acrescenta
33 uma nota mais pessoal: não está certamente entre os pré-requisitos para ser agraciado com o
34 título de professor emérito, e diria que nem é um atributo de todos os intelectuais e professores
35 desta estatura, mas destaca que qualidades bastante importantes do professor Belluzzo que são
36 a generosidade, a capacidade de diálogo, o prazer muito evidente em ensinar, discutir, dialogar
37 e fazer avançar o conhecimento. Pelo menos para ele, pessoalmente, o professor também é um
38 exemplo nesse aspecto. Por todas essas razões, solicita, em nome do Instituto de Economia, o
39 apoio do Conselho Universitário nesta homenagem ao professor Belluzzo. A Conselheira
40 ANDRÉIA GALVÃO parabeniza o Instituto de Economia pela proposta. O professor Belluzzo

1 é um autor incontornável, que todos conhecem dentro e fora da Economia. É uma alegria para
2 o IFCH participar e testemunhar a importância do professor Belluzzo, um intelectual com uma
3 trajetória ímpar, que tem uma influência enorme, um legado incomparável. Esse título
4 engrandece a Universidade, portanto parabeniza e apoia entusiasticamente a concessão do título
5 ao professor Belluzzo. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
6 cumprimenta o Instituto de Economia pela indicação. O Instituto tem outros nomes tão valiosos
7 quanto, e está começando realmente muito bem, é um nome de muito respeito, então parabeniza
8 o Instituto. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que é um prazer participar
9 desta sessão e agradece à comissão notável para um professor notável. Fica muito feliz com
10 essa indicação e parabeniza o Instituto de Economia pela iniciativa, que certamente tem o seu
11 apoio. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que é uma enorme alegria e um prazer poder
12 participar desta reunião, primeiro ouvindo as palavras do mestre Luciano Coutinho, depois dos
13 demais colegas. Não vai ser repetitivo sobre os méritos do professor Belluzzo, mas reforça um
14 que o professor André já destacou. Não tem a menor dúvida de que o patamar de qualidade das
15 três universidades públicas paulistas, Unicamp, USP, Unesp, se deve, fundamentalmente, à sua
16 autonomia financeira. E todos sabem da dedicação, tanto do professor Belluzzo quanto do
17 professor Mazzucchelli, de tantos outros, mas em particular desses dois, na obtenção dessa
18 autonomia. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que é com muita
19 alegria que participa desta sessão, apoia a concessão do título para o professor Belluzzo e
20 ressalta a importância do professor Belluzzo também nos rumos da política brasileira,
21 especialmente nos últimos anos, em que tem sofrido tanto com governos que tiraram os
22 pressupostos democráticos pelos quais o professor Belluzzo também lutou tanto. Chama a
23 atenção para o papel inestimável do professor Belluzzo na política brasileira, na condução e na
24 discussão dos rumos políticos do Brasil. Nesses últimos tempos, ele tem tido um papel essencial
25 na reconstrução desse momento de retomada da democracia no Brasil. Na semana da eleição
26 histórica que vai acontecer no domingo, este é um momento feliz de aprovar a concessão do
27 título para o professor Belluzzo. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO apoia a iniciativa e
28 diz que, como aluna do IFCH no final dos anos 1970, foi testemunha ocular do Depes no IFCH.
29 Ele funcionava no andar de baixo do prédio da administração, em um local que parecia um
30 porão. Não foi aluna do professor Belluzzo, mas foi aluna do professor Mazzucchelli, e como
31 o professor André mencionou, é um texto luxuoso o de apresentação da iniciativa de
32 encaminhamento para esta homenagem. Fica muito feliz que o professor Belluzzo esteja tendo
33 esse reconhecimento, porque dentre tudo o que já foi dito, acha que não custa também dizer
34 mais alguma coisa. A intervenção que ele faz no debate público é incrivelmente sofisticada e
35 arguta, e tem sido, realmente, uma das peças que mais os orienta para fazer a crítica e o
36 pensamento crítico do que hoje vivem no país, na política e na economia. Então parabeniza o
37 Instituto de Economia, parabeniza todos os colegas e fica muito feliz de poder também estar
38 nesta sessão do Consu encaminhando esta homenagem. O MAGNÍFICO REITOR agradece aos
39 professores Luciano Coutinho, Eros Grau e Leda Maria Paulani, que compuseram a comissão,
40 e diz que é um orgulho para a Universidade ter uma comissão com esse destaque acadêmico,

1 institucional, avaliando a concessão do Título de Professor Emérito ao professor Belluzzo. Na
2 sua trajetória acadêmica, também houve um período em que passou pelo Instituto de Economia,
3 fez o doutorado lá, e teve a oportunidade de ter um contato mais intenso com a produção do
4 professor, e como está descrito no parecer, a produção acadêmica em Economia, Política e
5 Economia Monetária e Financeira do professor Belluzzo é extremamente expressiva. Diria, em
6 sua análise modesta, que ele é provavelmente um dos principais teóricos da análise do
7 capitalismo contemporâneo. Como mencionado pelo professor Coutinho, ele se inspira de uma
8 forma muito criativa em Keynes, Schumpeter, Marx, atualiza isso e analisa o capitalismo do
9 seu tempo. A produção em livros que ele tem sobre isso é extremamente expressiva e
10 enriquecedora, recomenda a todos a leitura. É algo que lhes permite entender, de uma forma
11 muito mais profunda, o mundo em que vivem. Acha que outro aspecto importante é o papel que
12 ele sempre teve no debate econômico e político do país. Ele não é só um teórico, mas é uma
13 pessoa que procura daí extrair ensinamentos, aprendizados que permitem interferir naquilo que
14 foi o debate ao longo desses anos todos e, desde o período do regime militar, o debate político
15 e econômico no país. Então ele é também um dos grandes intelectuais do país, com uma
16 intervenção no cenário público extremamente relevante, e devem considerar isso como um
17 orgulho para a Universidade, ter uma pessoa que tem essa capacidade de interferir na discussão.
18 E sempre do lado certo, sempre com um forte vínculo com a defesa da democracia, da justiça
19 social, da inclusão, da autonomia e do desenvolvimento econômico de país. Outra característica
20 que serviu à Universidade de uma forma muito importante em diversos momentos, porque o
21 professor Belluzzo esteve aqui praticamente desde os primórdios da Universidade, já como
22 professor na década de 1970, é a sua habilidade de influenciar a institucionalidade do país, de
23 conversar com os atores políticos que estão na estrutura de poder, de discutir, dialogar com os
24 diversos atores políticos, oposição, situação, e com lideranças dos movimentos sociais. Ou seja,
25 aquela pessoa que é capaz de construir pontes muito importantes para que avancem no sentido
26 daqueles valores que já citou anteriormente. E termina destacando a importância que ele teve
27 para a própria história das três universidades paulistas, o que já foi mencionado pelos
28 professores André e Fernando Sarti. O professor Belluzzo é, sem dúvida, uma das pessoas que
29 teve um papel de maior destaque no momento da autonomia universitária. Ele era Secretário de
30 Ciência e Tecnologia, e por ser essa pessoa com a habilidade de dialogar com os vários atores,
31 mas ao mesmo tempo ter um vínculo muito forte com a ideia do conhecimento, do
32 desenvolvimento de ciência e tecnologia, com a necessidade de financiar isso de uma forma
33 estável para o futuro, não só das instituições, mas para o futuro papel delas no próprio
34 desenvolvimento do país, ele foi uma peça essencial daquilo que foi uma conquista das três
35 universidades em 1989. Somado a tudo isso, o fato de ter sido presidente do Palmeiras
36 demonstra uma preocupação de ter um vínculo com manifestações culturais próprias do país.
37 Quando veem uma pessoa com essa transversalidade, essa capacidade de atuar em diferentes
38 ações, isso deve ser uma espécie de farol para todos, no sentido de que podem, com seus
39 conhecimentos muito específicos, ter uma ação muito mais genérica também. E isso é muito
40 importante para uma instituição que tem os compromissos que a Unicamp tem. Portanto,

1 realmente fica muito feliz com a iniciativa do Instituto de Economia, com o parecer da
2 comissão, a quem novamente agradece, e manifesta seu total apoio que esse título seja
3 concedido ao professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Em seguida, anuncia que fará votação
4 nominal, pois o assunto exige quórum qualificado. O Conselheiro ALBERTO LUIZ
5 FRANCATO Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável. O
6 Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro ANDRÉ
7 VICTOR LUCCI FREITAS Favorável. O Conselheiro GILDO GIROTTO JÚNIOR Favorável.
8 A Conselheira ANDREIA GALVÃO Favorável. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA
9 Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O
10 Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Favorável. A Conselheira KÁTIA LUCCHESI
11 CAVALCA DEDINI Favorável. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA
12 Favorável. O Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Favorável. A Conselheira
13 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. A Conselheiro CLAUDIA VIANNA
14 MAURER MORELLI Favorável. O Conselheiro CLAUDIO FRANCISCO TORMENA
15 Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO
16 SADDY RODRIGUES COY Favorável. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN
17 Favorável. O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O Conselheiro EDUARDO
18 GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira ELIANA DA SILVA SOUZA Favorável.
19 A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES
20 TEIXEIRA Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira
21 FABIANE DE MORAES RODRIGUES Favorável. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO
22 SANTOS COELHO Favorável. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
23 HASHIMOTO Favorável. O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro
24 FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO
25 AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES Favorável. O
26 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável. O Conselheiro CARLOS ALBERTO
27 VIEIRA SOARES Favorável. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN
28 Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro
29 JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro MARCELO WEISHAUPT PRONI Favorável.
30 O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ
31 ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro JOSÉ ANTÔNIO ROCHA GONTIJO
32 Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. A Conselheira KAROLYNE
33 STEFANNY DE SOUZA Favorável. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI
34 Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro
35 MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
36 MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI Favorável. A
37 Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE ABREU Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA
38 SILVA MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MICHELLE SIMÕES DA SILVA
39 Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável. A Conselheira MIRNA
40 LÚCIA GIGANTE Favorável. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Favorável.

1 O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO
2 RONQUI Favorável. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS Favorável. A
3 Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO
4 DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O
5 Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI
6 APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheiro CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
7 Favorável. A Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira
8 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro MARCO ANTONIO
9 GARCIA DE CARVALHO Favorável. O MAGNÍFICO REITOR anuncia que foi aprovada
10 por unanimidade, com 65 votos favoráveis, a concessão do Título de Professor Emérito ao
11 professor Luiz Gonzaga de Melo Belluzzo. Agradece novamente à comissão, ao professor
12 Luciano Coutinho, que apresentou o parecer da comissão, e parabeniza o Instituto de Economia
13 e a Unicamp por esse resultado. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-
14 4181/1992 –, que trata da proposta que acrescenta o artigo 7º-A à Deliberação Consu-A-
15 15/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de relatórios de atividades por
16 parte dos docentes do Magistério Superior e dá outras providências. O item foi destacado pela
17 professora Claudia Medeiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz
18 que lhe causou muita estranheza este item da pauta. O relatório de atividades docentes foi
19 estabelecido em torno de 1993, como parte do Projeto Qualidade da Unicamp; a Universidade
20 foi pioneira nisso e até hoje é reconhecida no Brasil pelo fato de que os seus docentes têm este
21 hábito e obrigação de uma avaliação periódica. E esta avaliação, que é o relatório de atividades
22 docentes, é composta de duas partes: uma parte de dados que são obtidos do Lattes e das bases
23 de dados corporativas da Unicamp, aulas, orientações etc.; e outra parte que o docente conta
24 atividades que realizou e que não necessariamente estão em alguma base corporativa. Então, do
25 ponto de vista do docente, considera que é uma obrigação porque está prestando contas de uma
26 forma ampla, não apenas fatos, mas relatos de mudanças que fez em currículos, de alguns
27 prêmios especiais, convites para comissões e outros que não fazem parte das bases corporativas.
28 Trata-se de uma prestação de contas para a Universidade e para a sociedade, e é uma obrigação
29 que quando a pessoa se torna aposentável já está na periodicidade de uma vez a cada cinco anos.
30 Então não é nada extremamente pesado; é pouco em comparação a tantas coisas que fazem.
31 Além disso, há vários docentes que dizem que é um momento em que eles podem fazer
32 reflexões qualitativas sobre as contribuições que eles deram para a Unicamp, para a ciência,
33 para a sociedade como um todo, nos vários itens referentes à autoavaliação. Do lado docente,
34 portanto, há obrigação e reflexão. Do ponto de vista da Unicamp, é uma forma que ela tem de
35 acompanhar o que está acontecendo e o histórico de tudo o que se passa com os seus docentes.
36 Quando entrou na Universidade, em 1985, trouxe 17 anos de trabalho com carteira assinada,
37 INSS, então já poderia se tornar aposentável em torno do ano 2000, 2001. Ou seja, desde então,
38 de acordo com esta nova legislação, estaria dispensada de qualquer relatório. Não vê isso como
39 algo razoável, sem contar que com os relatórios foi agraciada com quatro Prêmios “Zeferino
40 Vaz”. Gostaria de entender a razão dessa dispensa, e diz que no fundo se sentiu um pouco

1 ofendida, como se a Universidade estivesse lhe dizendo que não está mais interessada no que
2 ela fez, porque se tornou uma aposentável, uma velha que não serve mais e não está fazendo
3 nenhuma atividade de interesse da Universidade. Então é totalmente contra esse item. A
4 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que também já tem tempo para
5 aposentadoria e se sentiu não ofendida, mas tocada por essa tentativa de resolução. Observa,
6 como já mencionou a professora Claudia, que as autoavaliações são muito importantes. Fez
7 parte da antiga Cadi, hoje CIDD, e naquela época lhes competia analisar alguns relatórios; em
8 uma das autoavaliações foi possível perceber que o colega não estava bem, não estava contente,
9 não estava entusiasmado com o seu trabalho, não era aposentável, e teve a chance de falar com
10 o diretor da unidade, para que olhasse com atenção para aquele caso, pois alguma coisa não ia
11 bem com aquele colega. Não sabe qual foi o resultado disso, mas naquele momento pôde atuar
12 porque teve a informação do RAD, já que não era um colega com quem conversaria
13 normalmente. Então, acha isso importante. A segunda questão é que as autoavaliações ajudam,
14 no momento em que fazem essa reflexão, a redirecionar algumas atividades da carreira,
15 mormente porque na avaliação do RAD consta avaliação discente. Então ela toda ajuda na
16 reflexão bastante qualificada sobre a carreira docente, o que é importante. Muitas das pessoas
17 que têm já tempo de aposentadoria, e não se aposentaram, em uma situação de premência, vão
18 se aposentar e vão solicitar a permanência como professores convidados. Nessa situação é bom
19 para a unidade e para a Universidade ter os últimos RAD e dar uma olhada no que esse professor
20 vem produzindo nos últimos anos – se ele é tão produtivo quanto uma época, se ele é menos
21 produtivo no sentido numérico, mas é mais aprofundado. Eliminando o RAD da forma como
22 ele é hoje, e deixando esses professores, após a aposentadoria e no momento do ingresso como
23 professor convidado, sem uma avaliação, se a unidade não tiver como fazer essa avaliação, não
24 vai ser bom. Não vai ser produtivo para a Universidade nem para a unidade, muito menos para
25 a unidade. Em seguida, expõe algumas dúvidas: primeiro, pergunta ao professor Sarti quantos
26 são os docentes na Universidade nessa condição, qual a porcentagem de docentes que poderiam
27 entrar nessa nova resolução. Além disso, duas questões temporais a deixaram em dúvida: por
28 exemplo, alguém que tem tempo de aposentar este ano, em 2022, tem dois anos ainda para
29 acessar, ou seja, por dois anos vai continuar sendo obrigado a fazer o RAD. Se nesses dois anos
30 tiver de fazer o RAD, faz, senão está liberado, e depois a unidade pode solicitar que o docente
31 continue fazendo um relatório, mas tem de avisar com 365 dias de antecedência para retornar.
32 Não entendeu esses dois tempos, e também não entendeu por que, ao invés de dois anos, se
33 usou no documento “730 dias”, o que acha estranho. A Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE
34 ABREU diz que também pode se aposentar, mas não tem interesse em fazer isso, e achou
35 estranha a proposta de não fazerem mais relatório. Vai começar com uma nota pessoal, falando
36 do resultado do seu último relatório apresentado quando já podia se aposentar. Recebeu vários
37 elogios, inclusive do professor Bacic, que coordena essa comissão, em que ele destacava o fato
38 de, podendo já se aposentar, ser uma professora tão produtiva. Achou isso muito mais
39 estimulante e interessante para a sua carreira do que se recebesse uma nota dizendo que não
40 precisa mais prestar contas. Então acha que o relatório e os vários pareceres que recebem são

1 uma possibilidade de diálogo com várias instâncias da Universidade que podem ser uma coisa
2 estimulante e produtiva. Uma pessoa que resolva que não quer mais trabalhar na Unicamp
3 provavelmente não vai fazer isso porque ela não quer fazer um relatório a cada cinco anos.
4 Então o fato de não fazer relatório acha que não é um estímulo. Pelo contrário, o fato de poder
5 relatar o que fez nos últimos cinco anos e receber um *feedback* dos seus colegas pode ser um
6 motivo a mais para permanecer na Universidade. Indo um pouco na linha das colegas que a
7 precederam e que estranharam algumas coisas, um dos elementos que lhe pareceu estranho foi
8 o fato de o diretor da unidade poder pedir que a pessoa volte a fazer relatório. Isso parece ser
9 uma espécie de punição; a pessoa fica dispensada daquilo, mas se o diretor achar que tem algum
10 problema, ela volta a fazer. Isso seria um estímulo para a pessoa ir embora, porque ninguém
11 mais faz relatório, ela terá de fazer, vai achar que alguma coisa está errada e vai sair. Portanto,
12 considera que isso não está muito bem encaminhado. E pensa que talvez essa discussão possa
13 ser uma oportunidade para, coletivamente, pensarem melhor o que querem avaliar quando
14 examinam a trajetória de um docente. Sabe que às vezes há alguns problemas nos relatórios, as
15 pessoas ficam chateadas porque não fizeram um detalhe que deveriam ter feito, e seria
16 interessante que a Unicamp tornasse bastante claro, especialmente para os mais jovens, o que
17 ela espera da trajetória de um docente. Imagina que não é ter 33% de extensão, 33% de aula,
18 33% de pesquisa, mas alguns colegas, quando vão fazer parecer, cobram dessa maneira, e isso
19 causa alguns ruídos, alguns desentendimentos que poderiam ser sanados com uma discussão
20 sobre o que esperam, como imaginam que seja esse equilíbrio entre as três áreas em que atuam.
21 E que isso possa ser muito mais interessante e mais produtivo do que suspender simplesmente
22 a elaboração de um relatório. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO
23 diz que um dos parágrafos trata da continuidade do registro das atividades mesmo não sendo
24 obrigatória a entrega do relatório. Não está previsto como seria comprovado o registro ou não,
25 e pergunta quem faria essa análise sobre a continuidade do registro da produção do professor.
26 Particularmente considera esse um tema muito sensível porque tem embutido também um
27 possível conflito de gerações. Talvez isso não exista na FT porque lá o corpo docente é bastante
28 jovem ainda, mas existem muitos temas associados à permanência do professor aposentável
29 aqui na Unicamp. Certamente, precisam começar dizendo que é de muito interesse para a
30 Instituição manter docentes que ao longo de toda a sua vida contribuíram com seu nome para
31 fortalecer o nome da Unicamp; com o seu nome, com o seu trabalho, e fizeram esta Instituição
32 ser o que é. Acha que esse é um primeiro ponto importante para conversarem sobre qualquer
33 tipo de proposta acerca desse grupo de professores. Quanto à justificativa que está presente no
34 relatório do GT de que o objetivo é potencializar a atuação desse grupo de docentes, que é
35 numeroso e que mantém disposição em continuar ativos, talvez discorde levemente dessa frase,
36 ou de que realmente tem algum efeito que a não obrigatoriedade do RAD motive a permanência
37 do professor aposentável. A princípio não acha que isso seja um motivo de maior consideração
38 do professor quando ele decide continuar na Unicamp trabalhando e contribuindo para o
39 fortalecimento da Instituição. E então vem o contraponto de que provavelmente precisem
40 explorar, no bom sentido, toda a potencialidade que um professor de tanta experiência, de tanta

1 vivência na Universidade possa ter como continuidade nela e possa ter também na
2 transformação de professores mais jovens. Sua sugestão seria de, em vez de isentar do RAD,
3 premiar o professor que continua aqui trabalhando, que faz, que registra a sua produção e que,
4 por exemplo, atua como mentor, captando recursos ainda. Mas acha que ele deveria manter esse
5 registro. Às vezes parece que, nas entrelinhas, está comentando que isentar o RAD é isentar de
6 alguma das atividades do RDIDP. Essa mensagem, que pode ser subliminar, não deveria sair
7 dos muros da Instituição. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA diz que não
8 desmerece o trabalho do grupo de trabalho, mas tentando ver pela perspectiva de
9 administradora, de docente do curso de Administração, mas também de jovem docente, essa
10 linha que o professor Marco mencionou por último, da valorização desses colegas, ou desses
11 mestres, acha que podem estar falando de permanência, de como fazem com que os docentes
12 aposentáveis fiquem aqui na Universidade, e se pergunta se o que faz as professoras Cláudia,
13 Heloíse e Márcia estarem aqui é, de fato, um relatório. Acha que devem investir mais em estudar
14 a permanência desses docentes, em entender como tornam a Universidade um ambiente bom,
15 agradável, instigante, desafiador, motivador, para que esses docentes continuem aqui, se
16 envolvendo com os docentes mais novos. Considera importante pensar nisso, primeiro entender
17 essa situação de fato, o que os motiva, os faz ficar aqui, e como fazer com que trabalhem todos
18 pela Universidade sem comprometer a transparência, sem comprometer o entendimento das
19 atividades desses docentes. Então o que solicita são maneiras de incentivar que se mantenham
20 os docentes aqui na Universidade e trabalhando todos juntos. A Conselheira CLÁUDIA
21 REGINA CAVAGLIERI ratifica as preocupações apontadas anteriormente e diz que gostaria
22 de entender um pouco com relação aos objetivos desse envio opcional, porque se for para a
23 retenção desses docentes aposentáveis no corpo ativo da Universidade, não acredita que o
24 relatório seja, na realidade, o motivo pelo qual alguém faça opção de se aposentar. Além disso,
25 acredita que ele cria uma desigualdade de exigências em fases diferentes da carreira docente.
26 Sabem que essas diferenças existem: dos jovens que ingressaram na carreira, quem está no meio
27 da carreira, quem está em final de carreira, mas como corpo ativo todos têm de parar em algum
28 momento e prestar contas das suas atividades. Existe também uma preocupação muito grande
29 em relação a um período tão difícil que estão vivendo, de ataques à universidade pública.
30 Viveram a CPI da Alesp e toda a desconfiança com relação à atuação da Unicamp, a questão
31 da transparência, do uso dos recursos públicos, portanto tem dificuldade em entender por que
32 os docentes, mesmo em final de carreira, não podem continuar prestando contas à sociedade
33 daquilo que produzem. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI diz que lhe
34 causa um pouco de preocupação a possibilidade de uma norma como essa potencialmente
35 acirrar um conflito de gerações que vem se montando, não tanto aqui na Unicamp, mas que em
36 outras universidades estaduais está ficando bastante evidente. Isso tem a ver com questões
37 relacionadas à previdência, à diferença salarial, à distribuição de carga horária, espaço de
38 laboratório etc. Acha que precisam evitar esse tipo de diferenças e tentar unir mais os diferentes
39 estratos de carreira da Universidade. Devem fazer isso não necessariamente isentando a
40 apresentação de um relatório de atividades, mas sim, como o professor Marco e a professora

1 Muriel mencionaram, valorizando os diferentes estratos. Valorizando de formas diferentes, mas
2 promovendo a integração entre esses diferentes estratos. Por exemplo, divulgando as atividades
3 docentes mais sêniores, promovendo atividades de mentoria para que haja uma interação maior
4 entre docentes com mais experiência e docentes mais jovens. Acha que precisam ir nessa linha
5 de valorização e não necessariamente de isenção da apresentação de um relatório que é uma
6 prestação de contas para a Universidade. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que
7 fala como uma docente que pode se aposentar desde 2016. Em 2018, concorreu à diretoria,
8 portanto é aposentável desde antes da sua gestão como diretora. Manifesta a sua preocupação
9 com essa proposta porque em primeira instância isso toca a unidade, e esse assunto não foi
10 discutido com os diretores e nem foi levado às unidades para discussão. Recebeu, através de
11 uma mensagem de representantes da CIDD, que correu nos grupos de diretores, a informação
12 de que a congregação da unidade pode exigir a apresentação do relatório, caso considere
13 necessário. Pergunta como isso se desdobraria: se a congregação considerar necessário, ela
14 solicita o relatório; se for bom, se for aprovado, satisfatório, ela dá os parabéns. Pergunta e se
15 não for, ela faz o que com o relatório, como a congregação pode lidar com isso
16 institucionalmente. Ela não tem essa competência, então acha muito preocupante isso. Pensa
17 que vão criar duas categorias de professor que estão na mesma situação, ativos dentro da
18 Universidade. Já tiveram essa experiência recente, que foi ter livre-docentes não MS-5 e todos
19 sabem o problema que isso gerou, tanto que foi alterado recentemente. Então manifesta sua
20 preocupação e sugere que esse item seja retirado de pauta para que possam ter essas discussões
21 na unidade e responder todos esses questionamentos que estão considerados agora nessa
22 discussão. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que inicialmente havia recebido com bons
23 olhos essa proposta, mas ouvindo os colegas e conversando com outros colegas, inclusive
24 aposentáveis do IFCH, reconsiderou sua avaliação inicial. Iria inclusive dizer que os
25 aposentáveis tendem a não assumir cargos por considerar que já deram a sua contribuição para
26 a Universidade, isso de modo geral é bastante respeitado, mas o depoimento da professora
27 Mirna derrubou essa sua consideração. De modo geral, acha que os aposentáveis já reivindicam
28 algumas situações para poder se manter em atividade. E essas reivindicações são respeitadas
29 pelas unidades, são conversadas, acha que há uma atenção especial das unidades em relação à
30 condição dos aposentáveis. Mas endossa esse argumento da igualdade de direitos e deveres;
31 acha que é muito complicado estabelecer uma diferença entre os docentes, e se fazer o RAD é
32 trabalhoso, é trabalhoso para todos, não só para os aposentáveis. Então se precisarem tomar
33 alguma decisão para reduzir o dispêndio de energia no levantamento de dados e de informação,
34 acha que poderiam pensar em uma forma mais eficiente, inclusive ter um sistema que seja mais
35 ágil, que permita recuperar automaticamente todas as informações que oferecem
36 periodicamente para a Universidade e que são registradas no Lattes, mas isso para todos. E
37 também mais funcionários para apoiá-los nessa tarefa, principalmente aqueles docentes que têm
38 mais dificuldade de operar o sistema. Talvez isso possa ser uma solução que contemple a todos.
39 Acha que os aposentáveis já têm um benefício para se manter em atividade, um benefício
40 financeiro que é a isenção do pagamento da contribuição previdenciária. Acredita que ter um

1 benefício adicional pode, como colocaram os professores Marcelo Mori e Cláudia Cavaglieri,
2 acirrar uma divisão entre jovens e pessoas há mais tempo na Universidade. Jovens que têm
3 menos direito, inclusive, previdenciários. Acha que poderiam discutir com mais calma a
4 proposta, por isso endossa a posição da professora Mirna de retirada de pauta. A Conselheira
5 MARIÂNGELA RIBEIRO RESENDE diz que faz parte da Comissão de Legislação e Normas
6 e lá também já havia colocado a sua opinião. Na linha do que todos vêm falando, pensa que
7 isentar o professor de apresentar o RAD não garante a sua permanência. Além disso, reforça a
8 criação de castas aqui dentro, reforça esse conflito que não deveria existir. Acha que a
9 permanência do professor aposentado deve estar associada a projetos institucionais, não a
10 projetos pessoais. Ela ainda não tem o direito de se aposentar, mas vê que tanto os que têm
11 quanto os que não tem pensam dessa maneira. Então, reforça a solicitação de que o assunto seja
12 retirado de pauta, que seja discutido de uma forma um pouco mais ampla como motivar esse
13 professor que já tem o direito de aposentar a continuar aqui. Muitos exemplos foram citados,
14 como mentorias, e com certeza ele tem muito a colaborar. Acha que é um momento de reflexão
15 quando fazem o RAD. Ele é trabalhoso, sim, mas é um momento em que o docente reflete sobre
16 a sua carreira; e não é um trabalho tão grande se esse profissional teve os relatórios aprovados,
17 porque ele vai fazer a cada cinco anos. Fica muito complicado para quem administra a unidade,
18 para um chefe de departamento, para um diretor de unidade, exigir de um docente e não exigir
19 de outro. Pergunta como vai ser isso na prática, porque se cria um outro problema. Então acha
20 que devem retirar esse tema de pauta mesmo. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que fará
21 alguns esclarecimentos, colocando a visão da CIDD, onde esse tema foi largamente debatido.
22 Esse assunto começa em 2019, quando são decididas as regras sobre a avaliação do RAD,
23 temporalidade, então lhe parece que é o observatório ou o local ideal para ter essa discussão.
24 Vai tentar já contrapor talvez o que seja um pouco de desinformação, então vai recuperar o
25 histórico do papel da CIDD e do RAD. Em 1990, foram criados o Projeto Qualidade e a
26 Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional, que era a Cadi, que depois veio a ser
27 substituída pela CIDD em 2013, que evidentemente não tem e não pode ter caráter punitivo. A
28 CIDD tem de ser sempre um local que privilegia a gestão da carreira do docente. É assim que
29 devem entender a CIDD, como devem entender a CIDP e a CIDF. A Deliberação Consu A-
30 015/2015 estabeleceu a obrigatoriedade do relatório de atividade docentes, que tem de ser
31 apresentado pela primeira vez depois de três anos do fim do seu estágio probatório, portanto ele
32 vai apresentar o primeiro relatório só depois seis anos do seu ingresso. Depois disso, ele tem
33 mais um relatório trienal e se aprovados esses dois, ele passa a um quadrienal e depois, se
34 aprovado, ele passa a ser a entrega quinquenal. Isso significa que quando estão falando de
35 alguém que tenha já condições de se aposentar, alguma coisa em torno de 30 anos de
36 contribuição à Universidade, ele já foi avaliado por pelo menos cinco ou seis relatórios de
37 atividades. O que a CIDD entendeu o tempo inteiro nessa proposta foi dar um incentivo, um
38 reconhecimento a esse docente ou a essa docente que está há 30 anos contribuindo com esta
39 Universidade. Confessa que recebeu com uma certa tristeza algumas falas anteriores de que isso
40 significa uma desvalorização do docente que esteja nesse período. Não é uma desvalorização,

1 pelo contrário, é uma valorização, é um incentivo. É um critério que retira a obrigatoriedade,
2 mas aquele docente que quiser continuar apresentando o seu relatório de atividade porque teve
3 um quinquênio muito produtivo, porque quer participar de uma premiação ou porque quer
4 deixar isso registrado, tem toda a liberdade para fazê-lo. Não estão tornando obrigatório não
5 entregar, mas desobrigando a entrega para quem está dentro desse período. Então devem
6 reverter a causalidade: isso é um incentivo, é um reconhecimento à contribuição. Não entende
7 por que um reconhecimento, por que um incentivo cria castas. Pergunta se quando fazem uma
8 premiação, quando atribuem um Prêmio “Zeferino Vaz”, quando atribuem uma titularidade,
9 alguém que se torna professor titular ou faz um concurso de livre-docente, estão criando castas.
10 Isso faz parte da carreira. O que a CIDD está sinalizando é o seguinte: dentro da progressão da
11 carreira, docentes que já fizeram 30 anos de contribuição a ela podem, a depender do perfil das
12 unidades, focar em alguma das áreas onde ele se sente muito mais à vontade e contribuam mais
13 para a Universidade. Depois de 30 anos, se esse docente quiser se dedicar mais à pesquisa, mais
14 às orientações, mais à docência ou mais ao extensionismo, é isso que estão combinando aqui,
15 para que ele continue contribuindo ao invés de ir para casa. Não entende onde isso é criar
16 privilégio; não é um privilégio, é um reconhecimento, é uma premiação. É esse entendimento
17 da CIDD, que discutiu isso desde 2019, que aprovou por unanimidade. O que lamenta e que
18 considera um erro, que assume como presidente da CIDD, é que infelizmente os representantes
19 da CIDD não tenham levado essa discussão, de três anos, pelo menos no último ano para dentro
20 das suas unidades. Mas também não se pode dizer que não houve essa discussão, pois ela vem
21 sendo feita há muito tempo. Logicamente o Conselho Universitário é soberano para atender ou
22 não essa proposta da CIDD, mas não é uma questão que passou correndo, sem levar em
23 consideração a demanda. Precisam lembrar dos requisitos: para que alguém esteja pleiteando
24 esse benefício, esse incentivo, primeiro ele tem de estar aposentável e dois anos do período
25 aposentável. Dois anos foi por uma questão de que geralmente isso vai atingir um professor que
26 esteja apresentando ou um relatório quinquenal, ou um relatório quadrienal. Por uma questão
27 até de adequação ao sistema, acharam que ser no próprio ano em que ele já está poderia criar
28 mais dificuldades, tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto de vista da unidade,
29 quanto do ponto de vista do sistema, da CIDD, e mesmo do docente. Então colocaram um prazo
30 tranquilo de dois anos após para que seja tomada essa decisão, que é uma decisão, não é uma
31 obrigatoriedade. É se o docente assim o quiser e se a unidade assim concordar; estão mantendo
32 o diálogo unidade-docente. Além disso, ele precisa ter tido aprovados os últimos três relatórios
33 de atividades. Isso significa que nos últimos 15 anos ou 12 anos, se for um quadrienal e dois
34 quinquenais, ele cumpriu o seu papel com a Universidade. Então ele está sendo avaliado durante
35 30 anos, em particular nos últimos 15, nos quais ele deve ter tido esses relatórios aprovados.
36 Pergunta se é agora que ele vai se tornar uma pessoa não comprometida com a unidade. Pode
37 garantir que esse docente provavelmente não dá nenhuma importância se vai ter de entregar ou
38 não o RAD. Como já foi manifestado aqui, a maioria vai entregar, mas podem facultar que
39 alguém que não queira entregar não entregue, de acordo com a sua unidade. Pergunta onde está
40 o prejuízo institucional. Na regra está escrito com muita clareza, no parágrafo primeiro: “Os

1 docentes que fizerem opção mencionada no *caput* deverão continuar registrando sua produção
2 nas bases internas da Universidade e nas bases externas correspondentes”. Então a própria
3 informação vai continuar disponível. E é interesse dele, ele gosta e quer registrar isso no Lattes
4 e em outras plataformas, então não vê onde está o prejuízo institucional. Estão reforçando o
5 diálogo, não estão criando castas, estão trazendo um incentivo a um docente, uma docente que
6 contribuiu durante 30 anos com esta Instituição, que vai ter a liberdade de dizer se quer ou não
7 entregar esse relatório. Caso haja algum problema sério, a unidade vai se manifestar, mas para
8 permitir um planejamento tanto da unidade, quanto da CIDD, quanto do docente, isso será feito
9 com um ano de antecedência. Às vezes parece que predomina um conceito de perseguição, mas
10 não há, por parte da CIDD, o menor conteúdo persecutório, muito pelo contrário. Existem
11 requisitos: o período, a entrega dos três relatórios, e vai comunicar isso à Instituição, que vai
12 dizer se está de acordo ou não. Portanto, o diálogo é mantido o tempo todo; não vê por que isso
13 poderia levar a um processo de perseguição, nem entende a ideia de que isso seja uma
14 desvalorização ao docente. Muito pelo contrário, isso é um incentivo, foi assim que a CIDD
15 pensou e votou unanimemente, com uma única abstenção. Lembra que na CIDD estão
16 representados todos os institutos e faculdades da Universidade, e foi um voto unânime de um
17 assunto debatido durante três anos. É lógico que o Conselho Universitário pode discutir, mas
18 não é possível dizer que essa questão não estava colocada. O que pode é não ter sido
19 devidamente divulgada. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ diz que quando começou
20 esse assunto, procurou o representante da CIDD da Feec e ele solicitou que fortalecesse os
21 seguintes pontos: o primeiro é que é facultativo ao docente apresentar ou não o RAD; o segundo
22 é que não se constitui privilégio, mas sim reconhecimento pela grande contribuição que o
23 docente que continua na ativa, mesmo com direitos para se aposentar, presta à unidade e à
24 Universidade; o terceiro é que uma unidade que verifica que um docente aposentável deixa de
25 contribuir pode exigir a apresentação do RAD. Lembra-se, entretanto, que um docente em vias
26 de se aposentar diminui naturalmente sua atividade, reduzindo as orientações de mestrado e
27 doutorado e, portanto, também o número de artigos publicados, mas continua sendo uma
28 referência em sua área. A experiência de um docente em final de carreira é muito importante
29 para os alunos e sua presença em sala de aula auxilia a Universidade porque evita a urgência de
30 novas contratações, sendo que há um contingente grande de docentes que poderão se aposentar
31 nos próximos anos. O representante da Feec fez parte do GT que elaborou a proposta e insistiu
32 que nela fosse explicitado que os docentes podem e devem apresentar seus RADs, se assim o
33 desejarem. O Conselheiro CLÁUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que quando viu essa
34 proposição, inicialmente foi favorável, conversou inclusive também com o representante da
35 FCM na CIDD, o professor Sérgio Marba. Ele explicou os motivos da proposta, mas houve
36 muita discussão na Faculdade de Ciências Médicas, que possui 50% do seu corpo docente em
37 condições de se aposentar. Entende os argumentos do professor Fernando Sarti, conversou um
38 pouco com ele antes desta reunião, mas esse assunto não foi discutido na Faculdade. Assim
39 como a professora Mirna, solicita a retirada de pauta para que haja uma discussão mais ampla
40 na Faculdade se isso eventualmente poderia ter alguma repercussão nos 50% do corpo docente

1 com possível aposentadoria. Provavelmente não, acha que as pessoas são produtivas e vão
2 continuar sendo produtivas, mas gostaria de levar essa discussão à Faculdade. O Conselheiro
3 RICARDO MIRANDA MARTINS diz que talvez tenha perdido a discussão em alguma reunião
4 anterior do Consu, então não entendeu muito bem a motivação da proposta. O professor
5 Fernando Sarti explicou agora um pouco, mas reforça a sugestão da professora Andréia Galvão
6 de que um dos caminhos para facilitar a vida dos aposentáveis e de todos é melhorar o sistema
7 da Universidade, inclusive o RAD, o Sipex e tudo o mais. Sua impressão é que depois da
8 informatização, para o usuário final a coisa ficou mais complexa. Por exemplo, quando vão
9 cadastrar o professor colaborador, pesquisador colaborador, o sistema pede uma série de
10 informações, como diploma de doutorado do professor, mesmo no caso de docente aposentado
11 pela Unicamp. A pessoa fez doutorado aqui, e além disso exige que o pesquisador colaborador
12 tenha um supervisor. No momento é o supervisor como pesquisador colaborador da pessoa que
13 foi seu orientador de doutorado, então essa exigência para ele faz pouco sentido. Voltando ao
14 ponto que está sendo discutido, considerando os números que estão indicados no documento do
15 GT, observa que isso afeta principalmente as docentes mulheres a partir dos 64 anos e os
16 homens a partir de 67. Acha que esses números são até um pouco conservadores porque talvez
17 muitas pessoas tenham atingido a condição de aposentável porque entraram na Unicamp
18 naquela época em que ela contratava sem ter doutorado. Hoje, como ela só contrata doutor,
19 acha que a idade prevista para aposentadoria dos docentes que entraram de 10 anos para cá tem
20 se aproximado cada vez mais de 75 anos, que é a idade da aposentadoria compulsória. Então,
21 basicamente essa proposta está dizendo que a pessoa vai ficar dispensada de entregar o último
22 RAD ou talvez os dois últimos RAD. Como uma possibilidade, pensando no que o professor
23 Fernando disse, de que a proposta é uma espécie de prêmio, para facilitar a vida dos docentes,
24 em vez de desobrigar a entrega do RAD, talvez pudessem alterar a Deliberação Consu A-
25 15/2015 para ampliar a periodicidade do RAD, seja dos aposentáveis ou seja após aquele
26 período de cinco anos. Adicionar ali que depois de entregar dois relatórios de cinco anos, só
27 entregaria a cada seis; e depois que entregou dois a cada seis anos, só entregue a cada sete.
28 Talvez cause o mesmo efeito, mas não passaria essa mensagem que muitos colegas estão
29 considerando negativa de criar categorias distintas, ou de ter pessoas que não entregam RAD e
30 pessoas que entregam. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que
31 está escutando com muito cuidado todas as falas, e se coloca como um professor que pode se
32 aposentar já há algum tempo. Ficou muito claro para ele no texto que isso é uma coisa
33 facultativa, portanto esse docente pode ou não exercer seu direito. Está na Universidade, como
34 vários colegas, há bastante tempo, e obviamente entrega seus relatórios de atividade a cada
35 cinco anos. Trata-se de uma atividade compulsória, que não escolhem, fazem. A possibilidade
36 de ter a alternativa de exercer o seu livre-arbítrio é algo muito interessante para ele. As pessoas
37 podem se posicionar a não fazer, sem nenhum prejuízo em sua carreira acadêmica, o que vê
38 como um reconhecimento à contribuição que esse colega deu à Universidade, e não vê
39 absolutamente nenhum problema que esse tipo de situação possa acontecer dentro do universo
40 em que estão inseridos. Produção não vai se perder. Como foi falado anteriormente pelo

1 professor Fernando Sarti, essa discussão, que é razoavelmente antiga, aconteceu na CIDD e
2 teve uma votação significativa de pessoas que ali representam as unidades. Representação de
3 unidade significa que, naquele órgão colegiado, a posição é a da unidade, pelo menos é assim
4 que entende. Portanto, acha estranha a posição que as pessoas estão apresentando como se isso
5 fosse uma punição, ou uma perda de informações. Não vê dessa forma, e como professor se
6 sente extremamente confortável de continuar apresentando seu relatório trienal até os 75 anos,
7 que é quando terá sua aposentadoria compulsória. Mas também pode decidir, quando tiver 70,
8 que não quer mais fazer, pois lhe deram esse direito; a Universidade está lhe dando um arbítrio
9 depois que mostrou a que veio. Então acha que para o conjunto dos professores que estão nessa
10 posição é realmente uma deferência. Muitos professores que estão nessa situação podem decidir
11 por não fazer mais os relatórios, mas tem certeza absoluta de que a maioria dos professores que
12 ainda estão aqui e que já são aposentáveis estão porque querem, e não vão obrigatoriamente
13 optar por não fazer. O CONSELHEIRO BENILTON DE SÁ CARVALHO diz que os
14 professores Fernando Sarti e Fernando Coelho mencionaram em suas falas que para a maioria
15 desses docentes não vai fazer diferença entregar ou não o RAD. Já que não vai fazer diferença,
16 parece-lhe desnecessário retirar a obrigatoriedade do RAD. Os professores aposentáveis são
17 pessoas que gosta muito de ouvir, para entender o histórico, entender o funcionamento da
18 Instituição como um todo, e trazer para um cenário opcional o RAD não significa perda de
19 informação sobre a produção, sobre orientações, até porque essas coisas podem ser muito
20 facilmente recuperadas, mas perdem as informações de autoavaliação. Com a ausência dessas
21 informações, acha que há uma perda institucional significativa. Se querem, de fato, fazer uso
22 da informação para a tomada de decisão de uma maneira adequada, precisariam manter esse
23 registro. Nas falas que aqui ocorreram, não viu propostas de modificação do texto, e acha que
24 o que deve acontecer é uma discussão também dentro das unidades, mas uma discussão de como
25 podem validar e dar esse mérito a quem é devido, mas por meio do melhoramento dos sistemas.
26 Porque hoje precisam entrar na mesma informação em diferentes lugares; depois de ter passado
27 o probatório é preciso apresentar diploma de doutorado novamente. Então há espaço para um
28 melhoramento muito grande sem a necessidade de mexer no RAD, de onde podem extrair
29 informações riquíssimas de pessoas com a experiência da professora Claudia, da professora
30 Heloise, do professor Fernando Coelho, que ficam nos campos de autoavaliação. O Conselheiro
31 JEFFERSON CANO diz que lhe parece que poderiam separar duas questões. Uma é o
32 reconhecimento do mérito dos colegas aposentáveis; de todos com os quais convive não tem a
33 menor dúvida quanto ao comprometimento deles com a Universidade. E outra é a
34 funcionalidade desses relatórios para o registro da produção que, se não está enganado, é a base
35 de onde sai também o cálculo do PAQPP de cada unidade. Então, diante da proposta de retirada
36 de pauta, seria importante que o assunto retornasse, porque não tem uma proposta alternativa
37 para fazer hoje, e imagina que ninguém tenha, com um detalhamento do parágrafo primeiro.
38 Um mecanismo que garanta a precisão dos dados de produtividade, até porque estão falando de
39 um número significativo de docentes, conforme cada unidade. Então acha que seria necessário,
40 a se manter essa proposta de valorização dos aposentáveis, que, lhe parece, será de isentar dois

1 relatórios com quinquenais, porque aqueles que se tornarão aposentáveis daqui a pouco, só a
2 partir de 65 anos penso, valendo as novas regras, até os 75 na compulsória. Isentando-se os
3 docentes desses dois relatórios, que houvesse um mecanismo que garantisse uma padronização,
4 uma centralização dessa coleta de dados para garantir uma precisão também na comparação
5 entre as unidades, os dados que vão influenciar na constituição do PQQ. O MAGNÍFICO
6 REITOR diz que essa é uma observação bastante pertinente, no sentido específico de solicitar
7 um esclarecimento melhor deste aspecto. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA
8 diz que já se sente bastante instruído, acha também que a retirada de pauta pode ser mais
9 prudente para discutirem melhor, mas na fala do professor Fernando Sarti ficou com uma
10 dúvida. No documento não está explícito, mas quando o professor Sarti se referiu à ideia de que
11 o professor aposentável possa escolher a área em que ele se sente mais à vontade e confortável
12 para atuar, ficou imaginando como isso pode acontecer na prática nas unidades. Por exemplo,
13 se um professor se sente mais inclinado à pesquisa ou a extensão e prefere ter menos carga
14 didática, isso é um fator de pressão e tensão nas unidades, em função principalmente das
15 demandas que possuem de contratação, da sobrecarga de carga didática. Deseja entender um
16 pouco do espírito que motivou esse aspecto da proposta, e talvez fosse importante que houvesse
17 uma previsão também na regulamentação de como isso seria negociado na unidade. Porque
18 seria bastante complicado manter um professor aposentável, em vez de uma nova contratação,
19 se é permitido a ele, por exemplo, deixar de ministrar disciplinas. Então, se não é bem assim,
20 gostaria de esclarecer melhor esse ponto. Ou se for esse o caminho, seria bom prever formas de
21 a unidade estabelecer as regras para que isso aconteça. O Conselheiro JOÃO MARCOS
22 TRAVASSOS ROMANO diz que está totalmente de acordo com as motivações que levaram o
23 professor Fernando Sarti, junto com a CIDD, a elaborar essa proposta. A proposta foi muito
24 mal entendida pelos colegas; acha que ela tem o seu nível de polêmica, no que se refere ao
25 encaminhamento acadêmico das coisas, mas acha que não cabe revesti-la de um juízo de valor
26 moral. Enfim, não se espera unanimidade de uma proposta dessa, porque são visões acadêmicas
27 absolutamente lícitas que podem emergir, que isso se trata de um reconhecimento oportuno, ou
28 que possa gerar consequências em algumas unidades, como o professor Coy comentou aqui, já
29 que 50% dos docentes são aposentáveis na FCM. Mas ver isso como desvalorização, quase uma
30 ofensa aos aposentáveis ou como formação de castas, ou o que quer que seja, acha,
31 sinceramente, um pouco *over reaction* da parte dos colegas, com todo o respeito. Fez o seu
32 RAD em abril de 2022, um mês estressante para a Pró-Reitoria de Pesquisa, e confessa que
33 encerrou o seu RAD perto do final de maio. Só se torna aposentável no final de 2024, não sabe
34 se ficará como colaborador ou não, provavelmente alguns anos pelo menos para terminar as
35 orientações, mas veria como um reconhecimento e uma grata possibilidade o fato de não
36 precisar fazer um relatório de atividades em 2027. Embora que será o relatório de atividade que
37 vai contar boa parte da sua atividade como pró-reitor, e isso eventualmente possa interessar a
38 alguns, mas prefere deixar esse legado na forma de obras, na forma de conversa com as pessoas,
39 na forma de elaboração de planos. Mas caso esteja ainda como aposentável ativo em 2027,
40 talvez faça o seu RAD também. Acha que, como disseram os professores Fernando Sarti e

1 Fernando Coelho, devem apostar um pouco na liberdade e responsabilidade das pessoas e das
2 unidades. Se foi pouco discutido, talvez por alguma falha dos representantes da CIDD, que se
3 retire o assunto de pauta para se discutir nas unidades. Não vê problema algum, mas que essa
4 discussão se dê sob o prisma do que é melhor academicamente para a Universidade,
5 desvinculado de dilemas morais, que não lhe parece que existam nesse ponto. O Conselheiro
6 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que a leitura dos processos
7 funcionais mostra que toda a avaliação que fazem é coletiva. Pensam na avaliação individual
8 feita em relação à atividade, mas quem já fez avaliações de unidade e institucionais sabe que é
9 sempre pensando no coletivo, inclusive, como mencionou o professor Jefferson, isso é utilizado
10 também pelo PQO e outras relações. Parabeniza o GT pelo trabalho de três anos efetuado, e
11 pergunta, em relação ao parágrafo 2º do artigo 7º, como isso vai ser feito, não depois que ele é
12 solicitado, o que acha que não vai acontecer, mas um possível retorno para CIDD. Quando vai
13 para a CIDD, ele segue os trâmites normais, as unidades têm como balizar isso depois. Mas o
14 pedido inicial da congregação da unidade precisa ser baseado em algum documento, e se o
15 docente deixa de fazer esse relatório, pergunta em que documento a unidade vai se basear. Era
16 diretor no período em que implementaram a avaliação do probatório e houve vários momentos
17 em que alguns relatórios até pediam para não ter a contratação e voltaram porque tinha alguma
18 falha institucional, passaram por isso aqui no Consu. Se for retirado de pauta e voltar às
19 unidades, alerta para esse parágrafo, que acha que precisa de uma recomendação antes do
20 pedido que vai para a CIDD. Porque depois que vai para a CIDD, subentende-se que ele vai ter
21 de fazer o relatório em um ano, e depois segue as normas das unidades. Mas esse período
22 anterior, de como é feito, tem de ser balizado em algum documento oficial. O Conselheiro
23 FERNANDO SARTI agradece aos excelentes comentários e críticas, que ajudam a construir
24 uma institucionalidade. Respondendo à professora Heloise sobre quantos são os docentes nessa
25 situação, diz que há um levantamento que foi feito quando da montagem do quadro docente da
26 Universidade, portanto ele tem uma desatualização em torno de seis meses, mas é fácil atualizar.
27 O GT não fez esse levantamento, nem era essa a preocupação, mas informa que dentre
28 aproximadamente 2.000 docentes, incluindo não apenas a carreira MS, mas as demais carreiras,
29 em torno de 500 docentes eram passíveis de aposentadoria. Podem trazer para a próxima
30 discussão qual é esse número atualizado. Deixa claro que, ainda que o documento do GT
31 mencione que uma das possíveis consequências da adoção dessa nova sistemática seja postergar
32 e evitar aposentadorias, esse não é o principal objetivo. O principal objetivo é um
33 reconhecimento e um incentivo aos docentes que contribuíram por mais de 30 anos com a
34 Universidade. Sabem que há questões externas que podem influenciar, como aconteceu na
35 Universidade recentemente com a mudança na legislação previdenciária, e que provocou uma
36 avalanche de aposentadorias. Então há vários fatores que vão, de alguma maneira, influenciar
37 essa decisão do docente. O que desejam é reconhecer e criar a melhor condição de bem-estar
38 para ele desenvolver as suas atividades aqui dentro. Com isso tenta também responder ao
39 professor Renê: quando está escrito no documento “potencializar”, se esse docente permanece
40 no quadro ativo, é lógico que ele tem de cumprir todas as atividades de docência, de pesquisa,

1 administrativas, de extensão, e isso é diferente de cada perfil da unidade. Essa diferença é
2 percebida até mesmo na CIDD, quando fazem os pareceres e analisam o desempenho dos
3 docentes, e essa sistemática também flexibilizaria um pouco isso. A palavra “potencializar”
4 seria nesse sentido de talvez o docente poder aprofundar mais naquela atividade que talvez
5 dentro do perfil tenha um peso menor, mas que naquele momento, no auge da carreira
6 acadêmica, profissional, ele julga que seja com o que ele mais pode contribuir para a
7 Universidade, que pode ser a docência, a pesquisa, orientação. E essa relação é o tempo inteiro
8 discutida com a unidade, como é hoje. O docente pode dizer à unidade que já está no seu período
9 de aposentadoria, deseja abrir mão do Radep, e expõe o seu objetivo e o seu planejamento. A
10 unidade, por sua vez, pode chegar à conclusão de que isso não é do interesse dela, então o
11 docente terá de continuar apresentando o Radep, para seguir o perfil da unidade. Mantém-se
12 exatamente como era, portanto não rompe nenhuma institucionalidade já existente. O professor
13 Fernando Hashimoto tem razão ao mencionar que quando fazem uma avaliação como o RAD,
14 embora tenha se dado muita ênfase aqui à questão da autoavaliação, fazem uma avaliação que
15 é coletiva, porque as medidas são utilizadas para ter uma média da comunidade como um todo,
16 qual foi a carga didática da comunidade, qual foi a produção da comunidade. Mas ressalta que
17 o documento menciona que a produção continuará sendo registrada. Além disso, Radep não é
18 só produção; avançaram muito em relação a considerar as outras dimensões. Se o professor
19 estiver dando algum curso na graduação, na pós-graduação, isso está diretamente já registrado
20 na DAC, a informação está ali. Não é nem preciso julgar um relatório de atividade, já terão esse
21 número, então no momento em que alguém estiver fora desse período e tenha de fazer o
22 cômputo do trabalho coletivo, vai estar lá. A média vai estar ali dentro, não muda nada. Então
23 quando diz que não vê prejuízo institucional é por isso, porque a produção vai ser devidamente
24 computada, assim como as demais atividades que o Radep busca. Achou estranho poucas
25 pessoas aqui terem reclamado do Sipex, que é o que talvez mais incomoda quando fazem o
26 Radep, mas informa que estão trabalhando ativamente para até o final do ano substituir o Sipex
27 pelo Lattes. Já estão rodando, vendo a consistência do projeto, e imaginam que a partir do ano
28 que vem, aqueles que estiverem fazendo os seus relatórios poderão contar diretamente já com
29 o Lattes e não mais com o Sipex. E antes que alguém diga que com essa medida vá haver
30 prejuízo institucional, esclarece que vão guardar todas as informações do Sipex, porque ali há
31 muita informação institucional importante. Não vão perder essas informações, assim como há
32 uma preocupação da área de Tecnologia de Informação da Universidade de desenvolver alguma
33 coisa semelhante ao próprio Lattes, no sentido que, se houver, como aconteceu recentemente,
34 um problema seríssimo com o Lattes, que também não tenham essa perda institucional, a perda
35 de informação. Então já existe uma estratégia há muito tempo adotada de salvar todas as
36 informações que estão no Lattes, mas vão desenvolver e aperfeiçoar isso ainda mais para que
37 haja uma segurança do ponto de vista das informações. O MAGNÍFICO REITOR diz que uma
38 das coisas que o preocupa nas discussões é a dificuldade de se aterem ao julgamento das
39 minúcias. Isso dá impressão de que estão sempre em uma lógica meio binária, ou seja, tirar o
40 RAD para quem é aposentado criaria casta, estariam dando privilégio. Então é sempre uma

1 discussão que dá impressão de que não têm a habilidade de julgar, porque colocam as coisas
2 nos extremos. Na verdade, isso não reflete o que está escrito na norma, e é importante a
3 diferenciação, do ponto de vista lógico, de que liberar uma pessoa de apresentar não significa
4 que ela não pode apresentar. Ela não é proibida, mas não é obrigada a apresentar. São duas
5 coisas que não são iguais, não são o mesmo conjunto, e então forçam o argumento e
6 institucionalmente isso é uma coisa ruim. Não é um problema da Administração atual, é um
7 problema da forma como discutem isso na Universidade, e isso os impede de olhar a coisa com
8 mais profundidade e desenvolver mecanismos que podem ser melhores do que a proposta. Mas
9 desenvolver mecanismos pelos quais sejam capazes de julgar de forma melhor. Teve um
10 professor, quando era graduando aqui na Unicamp, que para ele cada questão era zero ou um;
11 não existia 0,5, não existia 0,3. Fica com a sensação de que as discussões aqui às vezes são
12 assim, ou elas estão completamente certas, ou estão completamente erradas. Institucionalmente
13 isso não é vantajoso, não é assim que avançam nas regulamentações; têm de ser capazes de
14 olhar para as coisas e ver como podem avançar. Se acham que qualquer mudança é um
15 retrocesso, consegue entender, não vê problema nisso, mas precisam tomar cuidado de não
16 forçar muito os argumentos. Estão aqui diretores de 26 unidades, representantes de alunos,
17 professores e funcionários, pessoas que exercem algum papel de liderança na Universidade.
18 Pergunta como uma pessoa ouve a afirmação de que estão criando castas e não reage. Fica um
19 pouco preocupado porque precisam dar o exemplo, e dar o exemplo não é sempre concordar
20 com o que as bases falam, às vezes precisam dialogar com elas. Viveu a época em que alguém
21 com cinco anos de Universidade poderia se aposentar com salário integral, hoje já são dez. As
22 coisas mudaram na Universidade, e quem mudou a legislação de aposentadoria não foi a
23 Universidade. Não é possível que não consigam reagir a isso porque as pessoas estão
24 misturando dois argumentos que não têm a ver; um é uma decisão da Universidade sobre
25 alguém que pode se aposentar, se será obrigado a apresentar relatório ou não. O outro foi uma
26 decisão da previdência, do governo, portanto não podem pôr isso no mesmo campo. Preocupa-
27 se com isso porque possuem um papel de formar também, de discutir com as pessoas da
28 Universidade para criar laços. E quando aceitam, sem nenhuma contraposição, argumentos
29 desse tipo, não é a proposta que está gerando a contraposição, mas a dificuldade de discutir
30 sobre isso com a comunidade. É aceitar que a área de Saúde é uma coisa, o resto da Unicamp é
31 outra. É aceitar que funcionário não pode fazer algumas coisas, por exemplo, mesmo tendo
32 doutorado não pode participar de banca de defesa de tese, porque ele não é professor. Então há
33 coisas que não podem aceitar. Não está escrito em nenhuma legislação que estejam criando
34 casta porque uma pessoa não é mais obrigada, depois de 30 anos, a apresentar relatório. Sua
35 preocupação aqui, mais do que ficar na pauta ou tirar, é que precisam fazer essas discussões,
36 principalmente os docentes, com um pouco mais de cuidado. Julgam as pessoas a todo
37 momento. Outra coisa que o preocupa é que gostam de tudo muito bem estabelecido: todos têm
38 de apresentar relatório, e dessa forma não precisam decidir nada. Como dirigentes de unidades,
39 como pessoas que têm um papel de liderança, precisam decidir a todo o tempo. É como o
40 exemplo de um problema que surge na unidade e o diretor quer que o Reitor abra sindicância,

1 ele próprio não quer abrir. No entanto, há papéis aqui, e todos têm responsabilidade na gestão.
2 Então a discussão o preocupa sob esse aspecto. Todos querem a regra mais clara, mas pergunta
3 se institucionalmente é essa a melhor opção, ou podem ter sutileza no julgamento. Quando
4 fazem cota, estão fazendo isso; as pessoas não são iguais, e estão dando chances diferentes
5 porque estão avaliando e julgando que existe diferença. Pergunta se criaram castas por causa
6 disso. Acha que ninguém aqui vai fazer essa afirmação hoje em dia, que possuem castas porque
7 possuem um vestibular indígena e cotas para PPI. Então, tomaria cuidado com esses
8 argumentos, pois eles evitam que avancem como Instituição e discutam as coisas com um pouco
9 mais de profundidade. É uma observação mais metodológica do que sobre o mérito da questão,
10 e acha que deveriam utilizá-la mais para discutir o futuro como universidade. Podem ser
11 melhores do que esse tipo de discussão. Não havendo mais observações, submete à votação a
12 retirada de pauta da matéria, que é aprovada com 36 votos favoráveis, 16 contrários e 11
13 abstenções. Portanto, têm agora o dever de encaminhar para as congregações e fazer as
14 discussões, e posteriormente esse tópico voltará em um próximo Consu, como é próprio dos
15 tópicos retirados de pauta. Pergunta ao professor Fernando Sarti se há a possibilidade de
16 considerar as quatro questões colocadas aqui pelos conselheiros, com talvez alguma formulação
17 alternativa, alguma coisa que complementasse a discussão nas congregações. O Conselheiro
18 FERNANDO SARTI diz que existem duas formas de encaminhar isso. A primeira é as unidades
19 se reunirem, trabalharem dentro das suas congregações, dentro dos seus departamentos, e
20 poderiam encaminhar as sugestões de mudança de alteração do texto à própria CIDD, onde
21 consolidariam isso e trariam para o próximo Conselho Universitário. Essa possibilidade
22 sistematizaria um pouco mais a construção desse novo documento. A outra seria as unidades
23 trazerem, no próximo Conselho Universitário, as sugestões de mudança ou, inclusive, de não
24 aprovação do texto. A CIDD está à disposição para receber esses comentários, críticas para as
25 alterações do texto que virão a partir das discussões internas das unidades. O MAGNÍFICO
26 REITOR diz que a primeira proposta é a melhor, solicitar aos diretores, e isso pode partir dos
27 indivíduos também, representantes das bancadas, encaminharem sugestões de modificação à
28 CIDD. Ela pode fazer um apanhado disso e então colocam em um próximo Conselho
29 Universitário. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-7708/2022 –, que trata da proposta de
30 deliberação Consu que dispõe sobre o sistema de transporte fretado e sobre a concessão de vale-
31 transporte aos servidores da Unicamp e dá outras providências. O assunto foi destacado pelo
32 senhor José Luis e pelo professor Marco Antonio. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
33 diz que destacou este item porque ele é fruto da negociação que houve entre o sindicato e a
34 Reitoria, inclusive da reunião da diretoria anterior a essa atual do sindicato, que tomou posse
35 em 31 de março deste ano. O senhor Marcílio Ventura estava vivo ainda quando iniciaram essa
36 discussão sobre a questão dos fretados, porque durante a pandemia verificavam na distribuição
37 dos boletins que os ônibus tinham muitas vagas ociosas, que depois ficaram sabendo que era
38 cerca de 30% a 40%. Foram reduzindo o tamanho dos ônibus, mas o custo do micro-ônibus e
39 do ônibus é praticamente o mesmo. Incluíram isso na pauta específica, que foi protocolada em
40 2021, iniciaram uma negociação, posteriormente com o professor Paulo César, chefe de

1 Gabinete, tiveram uma reunião no dia 12 de maio e estava praticamente pronta a proposta para
2 ser encaminhada. Depois houve contribuições da Procuradoria Geral, também da DEA em
3 relação a diversos itens, mas no que tange à questão da tabela, ela de fato é uma redução
4 importante que significa salário indireto para os servidores que utilizam o sistema de fretado e,
5 portanto, está defendendo que a proposta seja aprovada aqui no Conselho Universitário. Houve
6 muito trabalho do pessoal do Gabinete, da Prefeitura, da Procuradoria Geral, da DEA, houve
7 diversas contribuições e muito debate em torno dessa proposta que foi apresentada inicialmente
8 pelo sindicato em 2021 e ao longo desse período vem sendo debatida. Inclusive na posse da
9 nova diretoria do sindicato, no dia 31 de março, a senhora Margarida falou sobre a nova tabela
10 de fretado, que agora em setembro vão conseguir de fato que seja aprovada, o que é um grande
11 benefício para os usuários do transporte fretado, porque ele faz diversas modificações. Uma
12 delas tira do salário bruto e coloca para a referência do servidor, que dá um salário indireto, na
13 verdade, para os usuários do transporte fretado. Então acha que é uma mudança importante,
14 positiva, e encaminha favoravelmente à proposta. O Conselheiro MARCO ANTONIO
15 GARCIA DE CARVALHO diz que possui algumas questões para esclarecimento do texto, mas
16 começa falando do parecer da PG, que achou muito didático, bem completo, e realmente trouxe
17 informação muito valiosa para o entendimento do que está sendo proposto aqui como
18 deliberação. O parecer informa, por exemplo, que o custo desse sistema de fretado é de cerca
19 de R\$12 milhões, sendo 60% custeado pela Unicamp e 40% que advêm dos usuários do sistema.
20 Então a Unicamp investe, aproximadamente, R\$7 milhões ano para manter o sistema de fretado,
21 que é longe de ser um valor insignificante, é muito superior ao orçamento de qualquer unidade
22 de ensino e pesquisa da Unicamp. Solicita esclarecimento do artigo 2º, que define que a
23 demanda é calculada com base nos servidores ativos da Unicamp. Talvez tenha faltado uma
24 redação que diga claramente que a lotação seja formatada pela demanda gerada dos servidores
25 ativos da Unicamp e também talvez um parágrafo que diga qual é o percentual de lotação que
26 será considerado para gerar demanda. Mais adiante esse percentual é colocado para a criação
27 de novas linhas, e não ficou claro para ele se é o mesmo percentual utilizado para linhas
28 existentes. Então para novas linhas, por exemplo, é citado que para a criação será utilizado o
29 limiar de 90%. Achou que nesse artigo 2 talvez tenha faltado também alguma indicação de que
30 o sistema é formatado pela demanda gerada pelos servidores ativos, e qual o percentual essa
31 demanda exige como limiar para a manutenção das linhas. Outro ponto é sobre a questão da
32 abrangência do sistema, e o parecer foi muito esclarecedor também porque citou o que é exigido
33 para a Instituição. A Universidade fez a opção pelo sistema de fretado e é obrigada a oferecer
34 para os municípios contíguos, vizinhos à cidade de Campinas. Então, caso seja aprovado, será
35 uma liberalidade do Consu estender esse benefício para a Região Metropolitana de Campinas,
36 que inclui municípios não vizinhos também nesse rol. O parecer da PG também cita que não
37 são obrigados a oferecer gratuidade para servidores com mais de 60 anos porque não se trata de
38 um serviço de transporte público. Então é bom citar essa liberalidade de que, caso seja
39 aprovado, a Unicamp arcará com os custos dessa decisão. Sobre o artigo 9, tem uma dúvida
40 sobre a porcentagem que foi aplicada no desconto em folha para servidores que têm vencimento

1 acima de R\$7.260. Acha que, pelo parecer da PG, esse desconto tem de ser no máximo 6%,
2 então esse é um pedido de esclarecimento. E estranhou um pouco a questão do gatilho quanto
3 ao aumento do vencimento. Quando há um vencimento base, por exemplo o dissídio, o valor
4 do aumento é automaticamente repassado para o desconto em folha. Iria talvez mais pela
5 posição de que o sistema precisaria ser reestudado, porque o custo do fretado não aumenta
6 proporcionalmente ao vencimento base. Então esse gatilho pode ser bom em algumas situações
7 e ruins em outras. A Conselheira ELISABETH CARDOZO diz que alguns pontos que o
8 professor Marco levantou também são dúvidas que tem. O parágrafo único do artigo 5º
9 menciona que “As linhas que operam o trajeto de volta no período noturno ou que atendem a
10 área de Saúde apenas deixarão de operar mediante decisão justificada do Gabinete do Reitor”;
11 não entendeu isso, até porque também não entende como funciona a área de Saúde. Outro ponto,
12 que inclusive já levantou em uma outra situação no Consu e não ficou satisfeita com a resposta,
13 é sobre os terceirizados. Pergunta como vão discutir a questão dos terceirizados que não são
14 atendidos por fretado, porque alguns funcionários estão pedindo demissão por não ter fretado.
15 Gostaria de saber se quando essas discussões de contrato de terceirizados são feitas dentro da
16 Unicamp, se isso é levado em consideração. E se agora, nessa proposta, isso não poderia ser
17 discutido. Acompanha há alguns anos a empresa terceirizada de limpeza e tiveram, antes da
18 pandemia, uma situação muito complicada de uma funcionária que não tinha o fretado porque
19 no bairro em que ela mora passava longe, então ela vinha com auxílio-transporte, mas quando
20 ela saiu de casa, de madrugada, para pegar o circular, ela foi assaltada e o marido foi agredido.
21 Foi uma situação que resolveram junto à empresa, o ônibus começou a passar mais perto da
22 casa dela, mas está citando como exemplo para levantar essa questão dos terceirizados. Citam
23 os estagiários, o pessoal da Funcamp, e gostaria de saber se nessa proposta não poderiam
24 garantir esse direito aos terceirizados. Já que a Unicamp se utiliza desses serviços, acha que ela
25 deveria garantir que as empresas que atuam aqui dentro tenham esse cuidado com os seus
26 trabalhadores. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES diz que a proposta feita pela senhora
27 Elisabeth é muito boa. O documento em pauta garante o transporte para os funcionários, porém
28 não toca no ponto dos terceirizados. Acha que todos estão acompanhando a mobilização acerca
29 desse tema, e as denúncias sobre a terceirização e sobre quanto isso é uma forma de precarização
30 não são de hoje. Recebem respostas sobre isso no sentido de que devem ir atrás do governo de
31 São Paulo ou outras instâncias que não a Unicamp, mas sabem que é a Universidade quem
32 agora estabelece os termos do contrato, e que ela poderia estabelecer o fretado como um dos
33 pontos da licitação. As trabalhadoras terceirizadas vêm de diferentes regiões de Campinas,
34 passam por um trajeto longo, difícil, têm um trabalho exaustivo e, ao mesmo tempo, são parte
35 ativa da Universidade. Nenhum dos estudantes comeria, não teriam os ambientes limpos, e não
36 estariam aqui hoje, sentados nesta sala limpa, bem cuidada, tomando café, tomando água em
37 copos de vidro se não fosse o trabalho das terceirizadas. A falta do fretado é apenas um dos
38 grandes direitos que são retirados das trabalhadoras, e ele seria fundamental. Seria de extrema
39 importância isso estar garantido também, porque sabem da condição de trabalho das
40 terceirizadas; são contra a terceirização, mas precisam garantir os mínimos direitos para elas,

1 para virem trabalhar da melhor forma possível. A Conselheira GABRIELA BARROS
2 GONÇALVES diz que tem acordo com a fala da acadêmica Ellen e acrescenta que a crítica a
3 essa proposta de alteração nos fretados tem por trás um desmonte na Universidade. Vão tirando
4 aos poucos os direitos dos trabalhadores, precarizando os trabalhos; o professor Marco citou
5 que a verba que se aplica para o fretado em toda a Universidade é comparável à verba que
6 sustenta uma unidade, mas vai chegar um momento em que terão de sustentar a unidade sem
7 trabalhador, porque é com o fretado que o trabalhador vem trabalhar. E muitos desses optam
8 pelo fretado, dentre as diversas razões, pela razão econômica, porque, inclusive em um cenário
9 atual nacional que estão prestes a reverter, não têm condições de pagar pelo combustível para
10 vir trabalhar. Então a garantia do fretado é também uma garantia ao trabalho, que é garantida
11 por Constituição. E no sentido das falas das conselheiras Elisabeth e Ellen, precisam olhar para
12 o que estão fazendo com os trabalhadores dentro da Universidade, e olhar para o desmonte que
13 começa por esse setor. Porque é muito fácil criticar quando o valor é tirado do bolso dos
14 trabalhadores que estão no piso e não do bolso dos trabalhadores que estão no teto. E se esse
15 dinheiro é uma miséria perto do que a Reitoria está aguardando nos cofres, que então
16 terceirizem logo tudo, já que é esse o projeto, e não há mais fretado para ninguém. Os
17 trabalhadores da empresa Soluções estão tendo que acordar às 3h30, 4h para servir o almoço da
18 Universidade. Então se a Universidade considera esse um gasto a mais, um desperdício de
19 dinheiro, que os diretores de unidade sustentem as suas unidades sozinhos. Porque sem o
20 fretado, que é um sistema de apoio à garantia ao trabalho, esses trabalhadores não vão chegar
21 aos postos de trabalho e, portanto, não vão sustentar essas unidades. Sua defesa aqui é que
22 olhem para esses trabalhadores como a base também da Universidade, que garantem o ensino,
23 a pesquisa, a extensão, a sobrevivência e a defesa da Universidade pública como ela é. Pela
24 abertura de concursos e pelos direitos dos trabalhadores, que se garanta também essa vinda ao
25 trabalho com dignidade, sem onerar tanto os salários. Observa que a proposta original era maior,
26 continha outros pontos que também iam ajudar muito a renda de muitos trabalhadores,
27 principalmente aqueles que vêm de fora, de Itapira, por exemplo, trabalhadores que têm gasto
28 até 1/3 dos salários para vir trabalhar. E não está falando de 1/3 de um trabalhador que está no
29 teto, mas de 1/3 de trabalhador que está no piso, que está tirando do seu prato, do prato da sua
30 família, o meio para vir trabalhar de fretado. Então se isso é tirar muito do recurso da
31 Universidade, devem pensar também nas condições desses trabalhadores que estão sustentando
32 a Universidade. E falando em sustentar, faz parte também do documento uma análise da Aeplan
33 de que os cofres estão cheios e não sabem exatamente o reflexo da quantidade de aposentados,
34 por exemplo, que não vão pagar o fretado, da quantidade de pessoas que vão passar a optar pelo
35 fretado com essa redução de valores. A Aeplan afirmou que existem recursos, então acha que
36 não é uma preocupação aqui. A preocupação mesmo é política, não é jurídica nem orçamentária,
37 e cabe a este Conselho e a esta Administração decidir o que vai fazer com os trabalhadores, se
38 vão valorizar e garantir a vinda deles à Universidade. A Conselheira EVANIR LOPES
39 TEIXEIRA diz que fica indignada quando ouve falas de que o funcionário traz gastos para a
40 Universidade. Na semana passada, foi até o RU fazer uma visita; houve uma denúncia e os

1 estudantes solicitaram que o STU estivesse junto. O trabalho ali é muito dinâmico, árduo, e
2 hoje ficou sabendo que uma funcionária faleceu ontem durante o trabalho no restaurante.
3 Assusta-se com essa situação em que fretado, um benefício, é visto como um custo para a
4 Universidade. Os trabalhadores também fazem parte desta Instituição, e a impressão que dá é
5 que cada vez mais estão perdendo seus direitos para poder compensar outros. Em uma conversa
6 de que participou na Prefeitura, foi mencionado um projeto de incentivar o uso dos fretados
7 para diminuir os carros dentro do *campus*, mas então isso também não é viável nessa fala,
8 porque vai trazer um gasto. Fica chateada porque é mais um desconto no bolso do trabalhador.
9 Está na Universidade há 17 anos e nunca foi contemplada em uma carreira, tem apenas o
10 quinquênio, assim como a conselheira Gabriela. Isso porque a partir do momento em que
11 começam a defender o trabalhador dentro da instituição, tornam-se inimigos do sistema, isso é
12 visível. Então acha que está na hora de começar a olhar para uma categoria que trabalha, que
13 está aqui nos finais de semana, como é a área da Saúde, que não para, portanto nada mais justo
14 do que receber benefícios. Os trabalhadores da área da Saúde fazem 30 horas mas pagam no
15 fretado o mês cheio. Pergunta se isso é justo, e além desse haverá ainda mais descontos. É
16 contra qualquer tipo de situação que ataque o funcionário, que trabalha muito; se um técnico de
17 enfermagem em uma equipe falta, a diferença é perceptível, porque não tem como cobrir a
18 escala sem saber que esse funcionário não está lá trabalhando. Não só na área da Saúde, mas
19 em todos os locais da Unicamp em que tem passado vê que os funcionários trabalham muito. A
20 Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI ratifica algumas dúvidas levantadas pelo
21 professor Marco e tem algumas a acrescentar. A primeira delas na fala do senhor José Luis, que
22 disse que foi feito um levantamento de vagas ociosas durante a pandemia, mas logicamente na
23 pandemia houve muitos funcionários trabalhando de forma remota. Solicita esclarecimento com
24 relação a essa porcentagem de vagas ociosas com a retomada das atividades presenciais. Acha
25 que é importante essa questão de saber qual é a porcentagem de vagas ociosas nos fretados, até
26 para garantirem que essas vagas sejam utilizadas por essas outras categorias que estão na
27 resolução. Outro ponto que para ela não ficou claro e aparece no parecer da Procuradoria Geral
28 é com relação à extensão de 55 km para 70 km. Também solicita esclarecimentos sobre o artigo
29 14 das disposições transitórias, que cita o estudo de novas linhas para Itapira e Jundiaí. A
30 conselheira Gabriela comentou alguma coisa sobre a necessidade dessa linha para Itapira;
31 entretanto, não sabe se Itapira faz parte ou não da Região Metropolitana de Campinas, nem
32 Jundiaí. A legislação menciona município contíguo, e estendem para a Região metropolitana
33 de Campinas, que são os não contíguos. Gostaria de entender por que está nessa questão das
34 disposições transitórias e a justificativa de uma possibilidade de linha para as cidades que não
35 fazem parte da normativa. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que as falas
36 anteriores já foram muito felizes em colocar que a Unicamp não faz nada além da sua obrigação
37 em garantir o serviço de fretado para seus trabalhadores. Todos os trabalhadores contribuem
38 com o funcionamento da Universidade, então sugere formalmente, na linha do que as
39 conselheiras Ellen, Eva e Gabriela já colocaram, a inclusão das empresas de serviços
40 terceirizados no serviço dos fretados, no artigo 2º, parágrafo 2º e no artigo 6º. Nesses artigos já

1 estão contempladas também outras pessoas jurídicas de direito privado, como a própria
2 ADunicamp e a Funcamp. Então acredita que se justifica nesses termos a inclusão dos
3 trabalhadores de empresas de serviços terceirizados. A Conselheira MICHELLE SIMÕES DA
4 SILVA diz que sua fala vai no mesmo sentido das falas de representantes discentes e dos outros
5 conselheiros que a antecederam, sobre a reivindicação de garantia de direitos básicos, de acesso
6 ao próprio trabalho aqui na Universidade, que inclui o fretado, além do acesso aos serviços de
7 saúde e creche. Foram reivindicações dos estudantes, em solidariedade às demissões que
8 aconteceram em massa recentemente com a mudança da Funcamp para a Soluções. Os
9 estudantes têm se mobilizado, acha que é de conhecimento geral aqui dos conselheiros e da
10 própria Reitoria as ações que vêm fazendo, inclusive de pular a catraca. Uma manifestação
11 contra essa empresa, que inclusive fez uma vítima: a pressão desse trabalho e a exaustão pela
12 qual essas trabalhadoras estão submetidas levou a que uma trabalhadora tivesse um mal súbito.
13 Não sabem detalhes da causa da morte, mas sabem que ela sofreu um mal súbito no expediente
14 de trabalho e que, tragicamente, veio a falecer. Manifesta sua solidariedade e considera muito
15 ruim que a reunião do Conselho não tenha sido iniciada com algum tipo de lamentação, e que
16 oficialmente a Universidade ainda não tenha se manifestado. É muito grave que tenha falecido
17 uma trabalhadora da Unicamp, dentro do *campus* de Limeira, com uma possibilidade grande de
18 que isso esteja relacionado com a precária situação de trabalho que a Soluções tem imposto
19 dentro dos restaurantes. A frequência das denúncias que o DCE vem recebendo só cresce, e o
20 diretório preparou um dossiê que será encaminhado à Ouvidoria e divulgado para toda a
21 comunidade, com todas as denúncias que receberam não só das trabalhadoras, mas também da
22 piora na qualidade da comida, da falta de garantias sanitárias que vêm identificando nos últimos
23 dias. Sabem que houve uma visita da Vigilância Sanitária, mas a situação do Restaurante
24 Universitário os preocupa muito. A falta de acesso ao transporte fretado é uma das razões que
25 fazem com que a carga de trabalho dessas pessoas aqui e a possibilidade de elas fornecerem,
26 consequentemente, serviço de qualidade, sejam afetadas. Como muito bem mencionou a
27 conselheira Gabriela, a existência desses trabalhadores dentro da Universidade é o que garante
28 o próprio funcionamento da Universidade. Acha que as terceirizadas são essenciais e deveriam
29 ser tratadas como tal, e as hoje definidas atividades-fim, que são o ensino, a extensão e a
30 pesquisa, são garantidas pelo corpo técnico, administrativo e terceirizado, que mantém os
31 prédios e os serviços que possibilitam realizar as atividades-fim. Faz coro com as falas que a
32 antecederam sobre a inclusão das terceirizadas nessa nova contratação de fretado. A
33 Universidade precisa se responsabilizar por isso, já que na licitação deixou esse vácuo para que
34 a Soluções não pagasse esse benefício, o que provavelmente ajudou que o preço do seu
35 orçamento fosse baixo e ela conseguisse vencer a licitação. Está em frente ao Restaurante
36 Universitário agora e a fila está imensa, algo que já não vinham mais vendo depois de alguns
37 meses do retorno presencial, com o trabalho da Funcamp. Reafirma aqui a solidariedade à
38 família e às colegas que perderam a senhora Cleide Aparecida, a funcionária que veio a falecer
39 dentro do trabalho. A precarização é algo que criticam e pesquisam muito na Unicamp, sendo
40 o IFCH uma referência nacional da pesquisa sobre a precarização, a uberização e a terceirização

1 do trabalho e os impactos negativos desse tipo de contratação sobre o regime de trabalho. Não
2 podem deixar que toda essa produção científica fique na teoria e na prática vejam os
3 funcionários morrendo nos *campi* pela pressão e pela falta de acesso a direitos básicos como
4 saúde, educação para os filhos e o transporte para chegar até a Universidade. A Conselheira
5 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN pergunta se a Funcamp não repassa à Unicamp
6 recursos para uso do fretado, ao que é respondida que sim. Portanto, não é de graça, para
7 responder a uma afirmação que fez a representante discente. O Conselheiro MARCO
8 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que tem mais dois pontos de esclarecimento a
9 solicitar. Um deles a professora Cláudia já comentou, sobre o artigo 14, para entender a exceção
10 de Itapira e Jundiaí, só para ter o contexto. E também, já que está em disposições transitórias,
11 talvez fosse pertinente ter alguma limitação temporal. Já que a linha está sendo estudada, acha
12 que precisaria ter alguma limitação temporal. E o último esclarecimento é no artigo 4º, inciso
13 II, que trata da realização do estudo técnico e financeiro que ateste a vantajosidade e os
14 benefícios da contratação. Vantajosidade e benefícios podem ser interpretados como sinônimos;
15 vantajosidade também pode significar ganho, então não sabe se tem algo por trás, nessa frase,
16 quanto a custo financeiro, ganho para a Instituição, que aí seria benefício. Enfim, talvez aqui
17 seja uma interpretação de uma filigrana do que diz respeito à legislação, mas lhe parece que
18 não seria necessário ter a vantajosidade, mas sim benefícios. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO
19 ROMERA esclarece, em relação a algumas questões que foram levantadas, que não haverá
20 aumento de despesa para os aposentados acima de 60 anos porque eles já não pagam. Então não
21 tem inclusão de novas despesas; o que há é diminuição de receita, então no seu entendimento e
22 no entendimento do sindicato, não havia necessidade de ter passado pela COP nem aqui pelo
23 Consu, porque estão tratando da receita e não da despesa. Sobre a terceirização, a posição do
24 sindicato é pela realização de concurso público. Sabe que a empresa que ganhou a licitação dos
25 restaurantes solicitou a inclusão dos trabalhadores no sistema de fretado, mas isso não foi aceito
26 pela Administração. Não tem certeza dessa decisão ainda, mas acha que esse foi um elemento
27 importante na não manutenção dos trabalhadores que estavam vinculados à Funcamp nos novos
28 contratos. Muitos moravam em cidades vizinhas, como Hortolândia, que possui somente um
29 ônibus que vem direto, sai às 4h50 da manhã e as pessoas que estão vindo nele vêm 1h30 em
30 pé. Quem mora em Hortolândia e entra às 7h, como as copeiras, cozinheiras, auxiliares de
31 cozinha dos restaurantes, vêm 1h30 em pé de lá até aqui, e com o sistema de fretado possuíam
32 outras condições de transporte. A terceirização precisa ser debatida, e há uma moção do IFCH
33 que está no Expediente desta reunião para ser discutida. Pensa que a Universidade não deve
34 gerar subemprego. O salário médio em Campinas, pela Fundação Seade, é R\$4.200, e essas
35 terceirizadas estão contratando a R\$1.300, R\$1.400, R\$1.800 no máximo. Então, além de criar
36 subemprego, péssimas condições de trabalho, estão contribuindo para afundar a média salarial
37 do município de Campinas. A parte positiva dessa proposta é que vários atores participaram
38 desse debate no último ano, e mesmo que não seja o ideal para o sindicato, que teria mais
39 proposta para incluir, o diálogo é fundamental para construir. Outro item importante é a questão
40 da carreira, cujo grupo de trabalho foi nomeado agora e tem prazo de 60 dias. O sindicato tem

1 três membros nessa comissão, já contrataram inclusive assessoria no sindicato, e planejam
2 terminar o trabalho e implantar, ao final dos 60 dias, o Anexo III e o Anexo II, que é a nova
3 tabela para equiparar com a USP. Não exigir que as coisas aconteçam de forma mais rápida, do
4 ponto de vista das questões da pauta específica do sindicato, que de fato começou a ser
5 negociada. O vale-refeição também já poderia estar sendo pago para docentes e funcionários,
6 que daria cerca de R\$9 milhões mensais; hoje estão com R\$1,7 bilhões no fundo de reserva e
7 arrecadação de setembro é a maior previsão do ano: R\$12,7 bilhões que a Secretaria da Fazenda
8 previu e já em agosto deu R\$13,075 bilhões, quando a previsão era menor inclusive. Portanto,
9 vão fechar o ano com R\$2 bilhões em caixa, e não acha que a Universidade é banco, que tem
10 de guardar dinheiro, ela deve realizar as demandas que estão estancadas. Se puder estender para
11 os terceirizados, rever o edital, já que vai continuar nesse modelo, se a Administração assim
12 decidiu; na sua opinião, já poderia ter decidido contratar por concurso público no ano passado,
13 para cozinheiro, para o setor operacional. O piso da Unicamp é R\$2.725,26, então seria legal
14 ter feito por concurso público a contratação para substituir a Funcamp por conta de um debate
15 do Tribunal de Contas. Pensa que é importante que seja feito esse diálogo com o sindicato, que
16 está com um ofício colocado, para que até dia 04 haja de fato a nova negociação, nova reunião.
17 Tiveram um problema administrativo interno do sindicato, houve uma chamada para uma
18 reunião, mas não chegou aos diretores do sindicato. O professor Antonio José reclamou disso
19 na última reunião da Cepe, mas pensa que devem retomar essa discussão da pauta específica do
20 sindicato. Então há o GT da carreira que já está trabalhando, espera que implantem até
21 novembro essa nova tabela que faça a isonomia com a USP e distribua os servidores dentro das
22 suas funções e do tempo em que ele está na Universidade. Que ele discuta os Anexos II e III,
23 independentemente da outra comissão que vai discutir o processo avaliatório de 2023. É
24 importante que o diálogo continue nesse sentido, porque nesse caso do transporte fretado é
25 positivo e a ociosidade tende a diminuir com a entrada de novos usuários para o sistema. O
26 Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que esta discussão é importante, pois os
27 funcionários pleiteiam esta modificação há anos para reduzir custos e a emissão de gás carbono;
28 a diminuição de veículos na Unicamp é bem-vinda. Observa que o ideal seria o sistema gratuito
29 para todos os servidores e docentes utilizarem transporte. O Grupo Apesar vem há anos
30 solicitando reestruturação dos fretados, portanto parabeniza a Reitoria e a Prefeitura pelo
31 trabalho. Pergunta se há estudos para a implantação de fretado em Limeira e Piracicaba. Sobre
32 o parágrafo único do artigo 5º, observa que é mencionada a área de Saúde, mas há uma
33 preocupação dos funcionários das faculdades e institutos que fazem o horário noturno. Essa
34 insegurança atinge também os moradores das cidades adjacentes a Campinas, como Mogi
35 Guaçu e Itapira. Propõe a modificação do artigo 5º, que menciona o seguinte: “No momento
36 das prorrogações contratuais ou final de vigência do contrato, caso não haja usuários ativos em
37 número igual ou superior a 30% (...)”; sua proposta é que essa porcentagem seja baixada para
38 20%. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa norma passou por um longo processo de discussão;
39 como já relatado pelo senhor José Luís, houve o empurrão inicial do sindicato, depois isso foi
40 discutido no âmbito da Prefeitura, da DEA e da PRDU, com o apoio sempre presente da

1 Procuradoria Geral. É uma proposta que envolveu um grande número de atores para chegar a
2 essa formulação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que há três pontos que devem ser
3 destacados. O primeiro é como trouxeram essa sistemática do fretado e do vale-transporte para
4 dentro da legalidade. Com um trabalho muito bem elaborado pela PG, conseguiram trazer e
5 oferecer à comunidade algo que fornece uma segurança jurídica, o que é fundamental. O
6 segundo ponto é que o que está proposto aqui traz uma flexibilidade importante para se pensar
7 em um sistema como esse, que é muito complexo. São centenas de linhas, envolvendo cerca de
8 2.600 funcionários, dos quais 1.500 são da Unicamp. Logicamente estão olhando o tempo
9 inteiro para a receita, para a despesa, calculando subsídio. Isso é uma preocupação o tempo
10 todo, mas o sistema como pensado traz uma flexibilidade, uma adaptação importante na criação
11 e na cessação de linhas. E, finalmente, ressalta que anteriormente era um sistema regressivo,
12 que ganha progressividade a partir das novas alíquotas, atualizadas ao recebimento dos
13 funcionários, inclusive a diferença entre salário bruto e referência. Então essas três diretrizes
14 compõem uma orientação importante do documento. Solicita ao senhor Juliano, prefeito do
15 *campus*, que faça uma apresentação, agregando mais esclarecimentos. O senhor JULIANO
16 HENRIQUE DAVOLI FINELLI agradece a participação do professor Paulo César, chefe de
17 Gabinete, que coordenou a maior parte das tratativas; do professor Zigomar, da DEA; da
18 senhora Lina e do senhor Cleber, da DGA; da doutora Fernanda, da PG; do professor Sarti, da
19 PRDU; e de todos os colaboradores da Prefeitura que se debruçaram para trazer essa proposta
20 consolidada ao Conselho Universitário. Informa que hoje operam com 78 linhas do transporte
21 fretado, que se multiplicadas pelos horários de atendimento, ultrapassam as 300 viagens ao dia.
22 São 52 linhas em Campinas, 26 linhas intermunicipais, atendendo a 15 municípios, sendo
23 durante a semana cinco turnos e em feriados e finais de semana três turnos. A resolução vigente
24 hoje permite que o ônibus vá a até 55 km do *campus* de Barão Geraldo para atendimento de
25 novas solicitações. Existem hoje 2.641 usuários cadastrados, sendo 1.478 da Unicamp, 981 da
26 Funcamp e 182 outros, que contemplam patrulheiros, servidores da ADunicamp, do STU e das
27 entidades que mencionaram que fogem um pouco à resolução. Essas entidades já são
28 contempladas dentro das normativas vigentes. O subsídio hoje pago pela Universidade atende,
29 neste momento, a 148 usuários que recebem somente o subsídio. Usuários que recebem o
30 subsídio e participam do fretado são 17, e usuários apenas do fretado, 1.313. A taxa de ocupação
31 média nos últimos 12 meses é de 60%, e desejam, com essa política, ampliar a participação dos
32 usuários. Nos últimos anos, a Unitransp vem reduzindo os carros de 44 lugares para 24 lugares;
33 36 linhas foram modificadas. Se tivessem mantido todos os carros com 44 lugares, como era
34 antigamente, a taxa de ocupação seria de 38,91%. O custo médio por pessoa ao ano, em um
35 veículo de 24 lugares, é de R\$6.205, e no veículo de 44 lugares é de R\$4.533. A expectativa é
36 aumentar o número de usuários também para reduzir o custo da operação, assim melhoram a
37 qualidade do carro e trazem uma economicidade maior a todo o sistema. O ponto de equilíbrio
38 em um carro de 44 lugares é uma taxa de ocupação de 70%. Se alcançarem essa taxa de
39 ocupação, estarão equilibrados com o custo que operam no dia de hoje. Pelas normativas atuais,
40 os fretados atendem somente ao município de Campinas, mas precisam atender outros

1 municípios que também fazem parte da Universidade, como Limeira, Paulínia e Piracicaba.
2 Com essa nova normativa, vão atender a esses municípios em que há demanda ou de fretamento
3 de ônibus, ou de vale-transporte. A questão que identificaram, com a ajuda da Procuradoria
4 Geral, pelas normas vigentes, é que precisavam atender às normas e garantir que aquilo que foi
5 implementado no passado não fosse perdido pelos usuários. Por isso acrescentaram a RMC ao
6 município de Campinas, não só como municípios contíguos. E permanecem existentes as outras
7 linhas que fogem do município de Campinas, que foram uma conquista do passado das diversas
8 categorias, tanto da carreira docente como da Carreira Paepe. Observa que a norma para a
9 criação de linhas já existia, que era 90% da capacidade de um ônibus e recursos orçamentários,
10 mas não estava regulamentado como extinguir uma linha. Como estão tendo bastante diálogo
11 com a DGA, com a PG, com a DEA sobre renovação contratual e algumas linhas não tinham
12 uma regulamentação, foi sugerido estabelecer uma porcentagem que garanta que a renovação
13 aconteça, 30%. O conselheiro Cláudio Servato fez uma proposta diferente da que estão
14 apresentando. As legislações que foram utilizadas estão presentes nos pareceres, assim como a
15 proposta da criação do vale-transporte e a unificação de regimes, celetista e estatutário. Essa
16 norma coloca uma unificação de entendimento de como precisam adotar o vale-transporte para
17 todos os modelos de contratos. Além disso, a inclusão de servidores não atendidos pelo fretado,
18 lotados em todos os *campi*, como já havia mencionado; fornecimento do vale-transporte em
19 cartão, não mais depositando o recurso financeiro em seus salários, que é outra observação feita
20 pela Procuradoria Geral. Nesse ponto, estão contratando uma empresa para fazer o
21 gerenciamento desse vale-transporte, e esse gerenciamento também vai trazer uma
22 economicidade em relação ao que praticam hoje. Outro apontamento feito pela Procuradoria
23 Geral é o desconto de acordo com o vencimento base, unificando os regimes. As situações
24 especiais serão as seguintes: isenção para servidores com idade igual ou superior a 60 anos,
25 regulamentação que já existe desde 2019; e 50% de desconto para os servidores da área da
26 Saúde em regime de plantão. Esse desconto também já é praticado, estão só regulamentando
27 dentro de uma deliberação Consu. Os recursos hoje destinados pelo sistema giram em torno de
28 R\$13 milhões; estão renovando os contratos constantemente, e a crise do aumento do
29 combustível impactou muito no contrato. Desses R\$13 milhões, 49,71% são subsidiados pela
30 Unicamp; 15,14% pelos funcionários da Unicamp; 34,86% pelos da Funcamp e 0,29% pelos
31 outros, que são os estagiários e os funcionários de outras empresas. A tabela atual, em vigor
32 desde 1995, está bem desfasada, pois não há mais nenhum usuário nas três primeiras faixas de
33 desconto. A concentração é maior na faixa de 5% e de 6%, e a intenção é trazer uma tabela
34 nova, com uma distribuição mais progressiva em todas as faixas. Da mesma forma da que foi
35 criada em 1995, estão trazendo uma atualização dessa tabela para que os usuários tenham
36 condições de se observar dentro desse novo modelo de desconto. A referência M1A é referência
37 do nível médio que hoje concentra o maior número de pessoas, trazendo assim para os usuários
38 uma identificação muito mais equânime, também com distribuição em cada faixa. Nessa
39 proposta, todas as faixas estarão presentes de forma bem distribuída. Um exemplo é que um
40 funcionário M1A sairia hoje de um desconto de R\$241,58 e passaria a ter descontados

1 R\$100,66, uma redução de 58,33% e um ganho de R\$140,92 no seu salário. A tabela proposta
2 teria uma redução de aproximadamente de R\$100 mil na arrecadação mensal em relação à
3 tabela atual, gerando um aumento no subsídio Unicamp de 9,2%. Os ganhos serão: aumentar
4 significativamente o número de usuários do sistema; diminuir a quantidade de carros
5 individuais dentro da Unicamp e fortalecer o transporte coletivo, assim melhorando também as
6 vagas de estacionamento dentro da Universidade; melhorar os indicadores de sustentabilidade
7 dos quais a Universidade participa mundialmente; diminuir os processos judiciais e quantidade
8 de veículos em todos os *campi*. Coloca-se à disposição para qualquer outro esclarecimento. A
9 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz, com relação às dúvidas de
10 redação, que no artigo 2º, mencionado pelo professor Marco, não vê necessidade de incluir essa
11 previsão da criação ou manutenção porque, na verdade, ele está tratando dos fretados que
12 existem hoje no sistema. O artigo 4º trata dos critérios para a criação de uma nova linha e o
13 artigo 5º dos critérios para extinção de uma linha. Como é uma contratação feita mediante
14 licitação, há uma vigência e periodicamente é renovado, na renovação do contrato vão avaliar
15 se estão atendidos os critérios aqui previstos para renovação ou para extinção da linha. Portanto,
16 separaram em dois momentos. O artigo 5º coloca como competência da Prefeitura a extinção
17 das linhas e só em caráter excepcional, ao Gabinete do Reitor, a questão das linhas da área da
18 Saúde, principalmente do período noturno, por conta do impacto que isso pode gerar na
19 atividade da área da Saúde. Então só se trocou a competência para a decisão, mas em ambas as
20 situações é necessária uma avaliação de mérito, só muda a competência. O professor Marco
21 também perguntou do artigo 4º, inciso II: a questão da vantajosidade, dos benefícios, isso é uma
22 avaliação bastante ampla, então vão avaliar a questão da vantajosidade financeira, econômica,
23 mas também do próprio benefício para o servidor. É uma avaliação mais ampla, por isso está
24 redigida dessa maneira. Com relação aos terceirizados, realmente não é possível já incluí-los
25 nos contratos vigentes, primeiro porque isso não foi previsto nos processos de licitação e,
26 consequentemente, nos contratos. Então isso não tem como ser alterado no momento, para
27 incluir esse benefício para os terceirizados nos contratos vigentes. O Conselheiro MARCO
28 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que na tabela do artigo 9º, a penúltima linha trata
29 da faixa entre R\$6.957 e R\$7.260 fala do desconto de 4,5%. E acima de R\$7.260 o desconto é
30 4,5%; no caso, entende que o 4,5% depende do valor percebido, mas acima de R\$7.260 é um
31 valor único, fechado. Pergunta como fica quando há um aumento no vencimento base, se ele
32 aumenta proporcionalmente. A sua última dúvida era sobre o artigo 14 nas disposições
33 transitórias, se não seria necessário ter um aspecto temporal. Porque criam uma deliberação
34 permanente com essa disposição transitória de que está sendo avaliado, mas esse “está sendo
35 avaliado” pode ser *ad infinitum*. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
36 diz que não vê a necessidade de colocar um prazo porque isso vai ser avaliado. Se atender aos
37 requisitos do artigo 3º, parágrafo segundo, pode ser criado; senão não. Mas aí fica a critério do
38 Conselho colocar o prazo ou não. O MAGNÍFICO REITOR diz que sua proposta é que votem
39 a deliberação. Existe uma proposta formalizada do conselheiro Cláudio, então votam esse item
40 separado. Pergunta se o professor Marco deseja formalizar alguma proposta relativa a prazo,

1 que também seria votada separadamente. Ressalta que a proposta como está é resultado de um
2 longo processo de negociação, e é sempre complicado fazer mudanças pontuais porque, às
3 vezes, geram mais problemas do que imaginam. Sua opinião pessoal é de que seria melhor não
4 modificar muito. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que
5 tende a não propor, até porque não fez parte de todo o processo histórico de discussão. Seu
6 objetivo era mais levantar questionamentos para saber se isso foi discutido ou não, porque às
7 vezes podem ser consideradas lacunas na discussão. Não é seu objetivo propor uma
8 temporalidade no artigo 14; acha um pouco estranho porque é uma disposição transitória, isso
9 vale para amanhã, mas vale também para daqui a 10 anos, então talvez não devesse fazer parte
10 da temporalidade de uma disposição transitória. A Conselheira MICHELLE SIMÕES DA
11 SILVA diz que foi respondido pela PG que as terceirizadas não constavam na licitação e não
12 poderiam ser incluídas agora, mas pergunta se não existe nenhum tipo de posicionamento ou
13 reflexão sobre isso, algum grupo de trabalho para estudar qual é a possibilidade da retomada da
14 oferta de serviços para as terceirizadas que não estão associadas à Funcamp. É uma preocupação
15 até porque haverá outras demissões, o contrato com a Funcamp deve se encerrar em breve em
16 outros serviços também. Parece que vai haver um efeito em cadeia de uma série de perdas de
17 direitos para as trabalhadoras terceirizadas e não há uma contrapartida da Universidade ou
18 alguma reflexão da gestão atual de lidar com isso. Como estão em contato com a categoria,
19 gostariam de repassar algum tipo de informação, nem que seja a de que não vai ser feito nada.
20 É algo bastante preocupante, ainda mais neste momento que estão vivendo e com as denúncias
21 que vêm recebendo, cada vez mais frequentes, e não se tem uma contrapartida da Universidade
22 para tentar pelo menos diminuir o nível de precarização e a situação gravíssima de condições
23 de trabalho nos restaurantes. Portanto, reforça esse questionamento e cobra algum tipo de
24 comprometimento da Reitoria com relação a isso, porque é bem grave a situação atual, a forma
25 como as pessoas têm acordado de madrugada para vir aqui garantir o serviço das caldeiras etc.,
26 sem que a Universidade esteja ao menos debatendo isso de forma séria e com plano para tentar
27 responder. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, como já
28 havia esclarecido, não é possível incluir o fretado para os terceirizados nesta contratação que já
29 foi celebrada pela Universidade, com a licitação já realizada, porque isso não estava previsto
30 no processo licitatório. A DGA inclusive já prestou esses esclarecimentos oficialmente a quem
31 pleiteou, e infelizmente não é possível incluir. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO
32 REITOR submete à votação a proposta, que é aprovada com 52 votos favoráveis, 06 votos
33 contrários e 04 abstenções. Solicita informação ao professor Fernando Sarti sobre a questão dos
34 percentuais. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que, em relação aos 30%, precisam saber
35 em cima do que estão falando. Como há a flexibilidade de rearranjar as linhas, como há
36 possibilidade de mudar o tamanho do veículo que é utilizado em uma linha, uma coisa é um
37 ônibus de 48, 44 lugares, outra coisa é ter um ônibus de 24 lugares, até um menor do que isso,
38 então 30% lhes parece uma coisa muito razoável. A tentativa sempre vai ser manter a linha,
39 fazendo readequações; muitas vezes já foi necessário juntar mais de uma linha ou utilizar um
40 carro de menor porte. Então insistiria pela manutenção dos 30%. O MAGNÍFICO REITOR diz

- 1 que podem mexer na quantidade de assentos no carro. Pergunta ao conselheiro Cláudio se ele
- 2 quer que seja votada sua proposta dos 20%. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz
- 3 que retira a proposta. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR faz uma pausa para o almoço.
- 4 OBS: Sessão interrompida por problemas técnicos.

1 **ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO**
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**
3 **DE CAMPINAS.** Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove
4 horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de
5 Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ
6 DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton
7 Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli,
8 Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Arlindo Alemão Gregório, Arnaldo César da Silva
9 Walter, Augusto César da Silveira, Benilton de Sá Carvalho, Claudia Maria Bauzer Medeiros,
10 Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Dirce
11 Djanira Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Elaine Cristina de Ataíde, Eliana da Silva Souza,
12 Elisabeth Cardozo, Ellen Alves Menezes, Erich Vinicius de Paula, Evanir Lopes Teixeira,
13 Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de
14 Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco Hideo Aoki,
15 Gabriela Barros Gonçalves, Gláucia Maria Pastore, Helena Ansani Nogueira, Heloise de
16 Oliveira Pastore Jensen, Hernandes Faustino de Carvalho, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan
17 Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, Jefferson de Lima Picanço, João Marcos Travassos
18 Romano, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, Karolyne Stefanny de Souza, Luísa
19 Andréia Gachet, Luiz Carlos Dias, Luma Cristinne Fernandes Monteiro, Márcio Alberto
20 Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Maria Helena Baena de
21 Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Maria Rita Donalisio Cordeiro, Mariângela Ribeiro
22 Resende, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins,
23 Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble,
24 Paulo Adriano Ronqui, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira,
25 Ricardo Miranda Martins, Rodrigo Ramos Catharino, Vanessa Petrilli Bavaresco e Verónica
26 Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores André
27 Victor Lucci Freitas, Cristiane Maria Megid, Gilberto Alexandre Sobrinho, Maria Silvia
28 Viccari Gatti e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel;
29 a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza,
30 Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e
31 Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Paulo Régis
32 Caron Ruffino, sendo substituído pelo conselheiro Ricardo Miranda Martins; Cláudio Saddy
33 Rodrigues Coy, sendo substituído pelo conselheiro Erich Vinicius de Paula; Wagner de Melo
34 Romão, sendo substituído nesta ocasião pela conselheira Luísa Andréia Gachet; Lício Augusto
35 Velloso, sendo substituído pela conselheira Maria Rita Donalisio Cordeiro; Samuel Rocha de
36 Oliveira, sendo substituído pela conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Marcelo Alves da
37 Silva Mori, sendo substituído pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; Anna
38 Christina Bentes da Silva, sendo substituída pelo conselheiro Jefferson de Lima Picanço; José
39 Antônio Rocha Gontijo, sendo substituído pela conselheira Gláucia Maria Pastore; Fabiane de
40 Moraes Rodrigues; Rosmari Aparecida Ribeiro; Gustavo Costa do Nascimento, sendo

1 substituído pelo conselheiro Matheus Alves Albino; Milena Tibúrcio Cicone; e Eduardo Gurgel
2 do Amaral. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Continuação da
3 Centésima Septuagésima Oitava Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade
4 Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida, sendo que a participação dos conselheiros
5 que não estão presentes na sala do Consu se dará via plataforma Zoom. Como se trata de
6 continuação da sessão de número 178, não serão aceitas novas inscrições para o Expediente,
7 mantendo-se aquelas feitas no dia 27 de setembro. Dá as boas-vindas ao diretor empossado
8 ontem do Instituto de Biologia, o professor Hernandes Faustino de Carvalho. Terão ainda a
9 presença como convidado, nesta reunião, do diretor que recentemente deixou o cargo de diretor
10 do Instituto de Biologia, o professor André Victor Lucci Freitas, para que ele possa se despedir.
11 Ficaram para ser discutidos nesta continuação dois itens, 05 e 06. Passa ao item 05 – Proc. nº
12 01-D-29075/2022 –, que trata da proposta de Deliberação Consu que estende a licença
13 paternidade prevista no artigo 108 do Esunicamp ao servidor celetista e o prazo da licença por
14 adoção ou guarda judicial para os servidores da Unicamp. Passa a palavra ao conselheiro
15 Matheus Marchetti, que foi quem motivou essa discussão inicialmente. O Conselheiro
16 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que fez uma consulta à PG sobre a
17 possibilidade de fazer alterações na licença-paternidade, e a resposta é que não havia óbice. Ela
18 sugeriu colocar sete dias para os funcionários CLT e manter os estatutários com sete dias.
19 Sugere que alterem isso na pauta e mudem o artigo 108 do Estatuto do Servidor, passando para
20 20 dias a licença-paternidade, e com isso alterar também a proposta de deliberação para 20 dias.
21 Então o artigo 108 deveria ser alterado primeiro, passando para 20 dias para a licença
22 remunerada; com isso alteram a deliberação e fica mais alinhada com a solicitação que fez
23 inicialmente. O MAGNÍFICO REITOR solicita à doutora Fernanda que faça alguma avaliação,
24 porque na ponderação da Administração há elementos jurídicos que devem ser considerados
25 nesta decisão. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que o parecer
26 da PG menciona que a previsão hoje no Estatuto é de sete dias, e que qualquer alteração nesse
27 sentido precisaria também alterar o Esunicamp. O que pesquisaram depois foi o que tem sido
28 aplicado nos outros órgãos públicos, principalmente no Estado de São Paulo, que concede cinco
29 dias para todos os servidores; são cinco dias na USP e na Unesp também. No governo federal
30 também são cinco dias, mas há um decreto que permite a extensão para 20 dias, mediante
31 requerimento. Então são cinco mais 15 mediante requerimento. Esse decreto não se aplica à
32 Unicamp diretamente, porque é só para os servidores federais. Acha que é uma coisa a se avaliar
33 se vale a pena alterar muito, pois a Unicamp já tem um prazo superior ao previsto para os demais
34 servidores do estado, são sete dias quando os demais têm cinco dias. Quanto à Empresa Cidadã,
35 realmente a Universidade não aderiu, pois o programa é ligado ao setor privado. Ele permitiria
36 a extensão de prazo em troca de gerar benefícios fiscais para as empresas, então algumas
37 aderem. No passado, a Unicamp estendeu os 180 dias de licença-maternidade para as servidoras
38 celetistas por uma decisão administrativa, para igualar o prazo de licença para todas as
39 servidoras, porque havia uma lei estadual estendendo para as estatutárias 180 dias. Então
40 adotou-se o mesmo critério para celetistas, mas não por adesão ao programa, que é mais voltado

1 mesmo para o setor privado. Há um projeto de lei no estado, proposto em 2021, o Projeto de
2 Lei 523, que estende o prazo de licença-paternidade para 20 dias para todos os servidores do
3 estado. Acha mais recomendado esperar o projeto para terem uma previsão próxima ao que
4 terão os demais servidores do estado. Se porventura forem encaminhar para os 20 dias, acha
5 que terão de fazer uma previsão orçamentária também, porque a previsão orçamentária para a
6 proposta da pauta é para sete dias, então teriam de fazer um estudo do impacto para 20 dias. O
7 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA observa que o evento é insignificante, pois são 30 a
8 40 funcionários por ano que saem de licença-paternidade. O Conselheiro MATHEUS DA
9 SILVA MARCHETTI MARTINS diz que, considerando a fala da doutora Fernanda, já estão
10 acima do teto do estado, que na verdade é um mínimo. E isso também está no despacho do
11 processo em que alteraram para 180 dias a licença-maternidade, porque foram questionados
12 quanto à licença-paternidade ser superior à do estado. As doutoras Ângela e Fernanda, nesse
13 mesmo processo, responderam que estavam dando acima, então não teria problema nenhum.
14 Há exemplos no Senado, na Câmara dos Deputados, em 11 estados; a UERJ já dá 30 dias, não
15 mais 20, é o Estado de São Paulo que está atrasado neste momento. Acha que é uma
16 oportunidade de a Universidade sair à frente, e não vai contra a Constituição, por isso não vê
17 elementos jurídicos que os impeçam de fazer esse tipo de situação. A Doutora FERNANDA
18 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que essa fala da doutora Ângela e dela, na época, foi
19 com relação à Constituição, que prevê cinco dias. Como o Esunicamp é anterior e falava em
20 sete, entenderam que não havia problema em se manter os sete dias. Agora o que se pretende é
21 estender para 20. É claro que existe a possibilidade de mudar o Estatuto, mas considerando toda
22 a previsão para o estado, pode ser que sejam questionados por que estão estendendo para 20
23 dias sem esse amparo legal. Já tiveram, em outros pontos, questionamento por estar fazendo
24 mudanças, por exemplo, a gratificação de representação fora do que está previsto na lei, e
25 tiveram de alterar depois. Não veem problema na extensão para sete dias para o celetista, até
26 para igualar as licenças para todos os servidores de forma equânime, mas a extensão dos sete
27 para 20 recomendaria aguardar o projeto de lei estadual. O Conselheiro IGNACIO MARIA
28 POVEDA VELASCO pergunta qual é o quórum necessário para a mudança do Estatuto. A
29 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que essa previsão da
30 licença-paternidade está no Esunicamp, então a aprovação é simples. O Conselheiro IGNACIO
31 MARIA POVEDA VELASCO diz que tenderia, com sua experiência como Procurador Geral
32 na Universidade de São Paulo, também estudar um pouco mais, pelas implicações que a doutora
33 Fernanda comentou de eventual conflito com a legislação estadual. Tudo bem que a
34 Constituição coloca um marco que é mínimo, mas é bom que estejam sintonizados com a
35 legislação estadual e os demais órgãos. Há também a questão da previsão orçamentária, embora
36 talvez não impacte tanto. Mas acha que é um assunto que demandaria um pouco mais de estudo,
37 que os leve a uma decisão bem fundamentada, por exemplo, na próxima reunião do Consu. Isso
38 não alteraria tanto, não afetaria tanto os efeitos práticos, e evitariam tomar alguma decisão que
39 depois possa ser contestada, não só pelo governo do estado, mas principalmente pelos órgãos
40 de controle, nomeadamente o Tribunal de Contas do Estado. A Conselheira MURIEL DE

1 OLIVEIRA GAVIRA diz que não lhe parece que vai trazer grande ônus para a Universidade
2 os 20 dias de licença-paternidade, e ao mesmo tempo mostraria um pouco da inovação, da
3 liderança e do papel humano que a Unicamp tem. Acha a licença-paternidade tão fundamental
4 quanto a licença-maternidade, as duas caminham juntas. Seria mais humano a Unicamp apoiar
5 esse momento tão importante da vida dos bebês e das crianças, sair na liderança, mesmo que
6 tenha de depois justificar alguma coisa, mas mostra essa preocupação da Universidade com a
7 paternidade, com a criança. Sabem que é um momento crítico esse período de 20 dias, é um
8 momento em que começam os laços do pai com a criança; os estudos mostram isso e as
9 instituições mais evoluídas nessa área, mais preocupadas, já trabalham com isso. Sabe que está
10 em outro âmbito, mas, por exemplo, a Embrapa concede 20 dias consecutivos já há mais de oito
11 anos. Sabe que ela está no âmbito federal, mas é uma instituição de pesquisa bem conceituada
12 e há muito tempo já está nesse esquema. Então pediria para os conselheiros pensarem se não
13 vale a pena dar espaço, apoiar os pais e as mães, e ao mesmo tempo sem grandes ônus. O
14 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que acompanhou essa discussão na COP e lá foi
15 dito que os eventos são bastante insignificantes do ponto de vista da Universidade, pois são de
16 30 a 40 licenças concedidas por ano. Então acredita que não causaria grandes ônus à
17 Universidade e beneficiaria as mães e os pais a licença-paternidade de 20 dias. O Conselheiro
18 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que em 2018 o conselheiro Matheus o procurou e pediu para
19 que ele levasse ao Expediente do Consu esse assunto, e assim o fez. De lá para cá já se tocou
20 nesse assunto algumas vezes no Expediente; parabeniza o conselheiro Matheus por ter dado
21 encaminhamento a esse assunto. É favorável à concessão dos 20 dias de licença-paternidade e
22 acha que será um momento histórico para a Unicamp. A Conselheira GABRIELA BARROS
23 GONÇALVES destaca o quanto essa questão legal é um indício ainda de um machismo
24 estrutural. De uns anos para cá, as mulheres estão ocupando cargos de conselheiras
25 universitárias, por exemplo, mas ainda a sociedade não as entende enquanto mulheres e suas
26 necessidades como um todo. Nessa questão da licença-paternidade, muitas vezes se pergunta
27 para que o pai vai tirar licença; o nascimento de um filho é muito mais associado à mãe, porque
28 a mulher é aquela que fica em casa criando enquanto o pai vem para a Universidade trabalhar.
29 Então observa o quanto essa questão deveria trazer essa reflexão e o quanto a Universidade,
30 enquanto emancipatória dessas questões que estão ainda amarradas na sociedade, poderia sair
31 na frente. É importantíssima a presença do pai, principalmente no primeiro mês de vida da
32 criança e no suporte pós-operatório da mulher, lembrando que o puerpério vai até 40 dias. E
33 destaca que devem ter um cuidado, um zelo com a comunidade universitária, enquanto
34 conselheiros, enquanto Administração Central, porque há muitas pautas que não custam
35 dinheiro à Universidade. O número de afastamentos no ano é irrisório, não lhes custa fazer esse
36 estudo, não lhes custa ceder agora a licença. A Unicamp não tem obrigação de seguir
37 exatamente o que está na lei, se ela já segue a mais; ela não pode dar menos do que está na lei,
38 mas pela autonomia pode conceder essa licença e ser exemplo na comunidade, de uma
39 Universidade que sai à frente contra o machismo estrutural e dando esse suporte à mulher. A
40 Conselheira ELLEN ALVES MENEZES concorda muito com a proposta feita pelo conselheiro

1 Matheus para aumentar a licença-paternidade para 20 dias. Acha que não podem se basear no
2 fato de que o estado ainda não tem, muito pelo contrário, a Unicamp pode ser a linha de frente
3 e ser a primeira instituição dentro do Estado de São Paulo a aderir aos 20 dias, porque a licença-
4 paternidade é um tema muito caro, e que como muito bem disse a conselheira Gabriela, estariam
5 se colocando à frente contra o machismo estrutural. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO
6 AOKI diz que a média mundial é de cerca de nove semanas de licença-paternidade.
7 Excepcionalmente Coreia e Japão dão um ano de licença-paternidade. Então isso é bastante
8 interessante porque o binômio mãe e pai associados no desenvolvimento de uma criança é
9 fundamental, então acha que seria bem interessante nesse sentido que pudessem aumentar essa
10 licença-paternidade. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN também se
11 manifesta favoravelmente à solicitação de ampliação desse prazo. O tema da licença-
12 maternidade e da licença-paternidade, antes de se referir a pais e mães, diz respeito
13 principalmente à criança. Acha que ampliação desse período é um gesto de responsabilidade
14 institucional e de compromisso social com as novas gerações. Essa possibilidade do cuidado,
15 da atenção à criança logo no seu nascimento é de fundamental importância para o
16 desenvolvimento desse sujeito. Principalmente neste momento que estão vivendo, de tantos
17 retrocessos em termos de conquistas de direitos, e chama a atenção da comunidade da Unicamp
18 para a responsabilidade que possuem agora no segundo turno das eleições, quando há um risco
19 grande aqui no Estado de São Paulo de ter à frente do governo alguém que desconhece
20 completamente a Universidade, comprometido com a pauta de negação da ciência. Já elegeram
21 um senador que foi o Ministro da Ciência e Tecnologia responsável pelos maiores cortes nas
22 universidades federais e no financiamento da pesquisa e da ciência no país. Reforça e defende
23 a possibilidade de que a Unicamp faça esse ato e neste momento acha que é um ato importante,
24 político, de manifestação da responsabilidade institucional da Universidade com as novas
25 gerações. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA agradece ao conselheiro
26 Matheus por trazer esta proposta, que discutiram no grupo dos diretores e sentiu que a grande
27 maioria se manifestou a favor do pedido da extensão para 20 dias. Normalmente, quando há um
28 pedido de mudança desse tipo, precisam considerar o aspecto legal, o aspecto financeiro e a
29 questão do avanço de direitos. Nesse caso, não existe nenhum óbice legal, como apontado aqui
30 pela Procuradoria Geral. Então, não havendo óbice legal, passam ao segundo ponto. Não há
31 nenhum impedimento de recursos, porque o aumento de recursos seria ínfimo. Passam ao
32 avanço de direitos, e verificam que essa proposta avança direitos, garante mais qualidade de
33 vida para os funcionários, e com isso podem dar o exemplo. Se não dão o exemplo, cada vez
34 mais podem perder essa posição de protagonismo. Portanto, entende que este é o momento em
35 que podem dar o exemplo, e ao decidirem por 20 dias aqui, estarão fazendo isso. Se precisam
36 alterar o Estatuto para que isso aconteça, façam a alteração de Estatuto; acha que é uma coisa
37 que facilmente podem fazer diante de uma demanda tão importante. Além disso, já é muito
38 difundido, inclusive há um estudo fantástico lançado pela McKinsey em 2021 que mostra
39 justamente a importância do pai nos primeiros 21 dias do nascimento. Desejam uma sociedade
40 mais igualitária, e se é assim pergunta como dão cinco dias de afastamento de licença para o

1 pai e dizem que todos os outros dias a mãe tem de ficar por conta. Os primeiros 21 dias são
2 fundamentais para que o pai ajude nas necessidades iniciais do casal. Não tem filhos, mas tem
3 visto a dificuldade de vários colegas que têm filhos, nas primeiras três semanas, de estabelecer
4 uma rotina de trabalho. Esse estudo feito pela consultoria McKinsey é um olhar novo sobre a
5 paternidade, colocando porque os benefícios tendem a ir além do pessoal. O ganho é da criança,
6 da família, da sociedade. Então, nesse sentido, não havendo óbice legal, nem de recursos, mas
7 sim um grande avanço de direitos, apoia essa proposta. O Conselheiro RICARDO MIRANDA
8 MARTINS diz que apoia essa proposta de extensão para 20 dias. Agradece ao conselheiro
9 Matheus por ter trazido essa possibilidade para a pauta. Os motivos elencados pelo professor
10 Anderson contemplam o que ia dizer. Relata que sua segunda filha nasceu em julho, um período
11 naturalmente de férias letivas, então não teve esse problema, mas ficou pensando como teria
12 sido complicado se fosse bem no meio do semestre, sem ter um instrumento legal de
13 afastamento por um período maior que cinco dias. Além disso, a Unicamp concentra muitas
14 pessoas que são de lugares variados no Brasil e, às vezes, as pessoas optam pelo filho nascer
15 em outra cidade e cinco dias não é prazo suficiente para voltar de viagem com a mãe, com a
16 criança e tudo o mais. Então acha que 20 dias é um começo e que a Unicamp sairia muito na
17 frente das outras universidades, das outras instituições, ao ser pioneira nisso também, de ampliar
18 para 20 dias. Essa é uma pauta que está sendo discutida no mundo inteiro e, como disse o
19 professor Anderson, se não há nenhum impedimento legal, apoia totalmente a ampliação para
20 20 dias. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA diz que acompanha a defesa da
21 proposta, e acha que estão em um momento importante de fazer avançar certos direitos. Sabem
22 da importância que a Unicamp tem, e assim como algumas outras instituições que foram aqui
23 citadas e que em face da importância que têm na sociedade brasileira indicam caminhos
24 importantes de vivência mais humanitária na sociedade, a Unicamp cumpre esse papel. Ela tem
25 esse papel de mostrar para a sociedade aquilo que pode fazer e que pode ser uma conquista em
26 todos os outros âmbitos da sociedade. Acha que esse é um papel fundamental e o embate que
27 fazem, sempre propositivo, resulta em situações que merecem um avanço jurídico. Então lhe
28 parece que primeiro fazem esse embate humanitário, social, e depois verificam como podem
29 arranjar legalmente, juridicamente, essa situação que julgam importante. Do ponto de vista da
30 gestão das unidades, sabe que isso pode parecer muito pragmático, mas também é um
31 argumento: é sempre muito melhor ter o corpo técnico trabalhando tranquilo, depois de um
32 tempo tão importante quanto aquele que ficou com filho, com a filha, do que voltar para a
33 unidade e estar preocupado com aquilo que está acontecendo em casa. Portanto, inclusive na
34 perspectiva da gestão essa medida lhe parece muito mais profícua, por isso faz também a defesa
35 e acompanha a proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que o que de alguma forma motiva o
36 que está na pauta, a partir da iniciativa do conselheiro Matheus, não é exatamente a dificuldade
37 de aumentar para 20 dias. Como administradores, costumam ter uma cautela jurídica de como
38 aquilo que imaginam de avanço pode seguir um caminho que é sustentável não só internamente,
39 mas também externamente. E existe realmente uma diferença entre aquilo que hoje está mais
40 admitido na Constituição, na legislação federal e na legislação estadual. Veem que há uma

1 tendência a aprovar, pelas falas, mas é importante terem bastante consciência disso porque é
2 algo que, de alguma forma, em um pequeno detalhe, expõe um pouco mais a Universidade, uma
3 universidade que é estadual. Isso não os impede de correr esse risco, mas é importante que ele
4 seja bastante esclarecido. Já comentou isso aqui no ano passado, pela primeira vez entrou no
5 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a discussão de reajuste salarial e a Universidade
6 ganhou. Foi uma vitória bastante importante, mas foi sobre uma situação que nunca tinha
7 ocorrido antes. Antes era certo que nem se deveria discutir esse assunto, então é algo
8 importante. Ocorreu também a CPI das universidades, e estão agora em uma batalha, já foram
9 em uma reunião, vão em outra agora também para discutir o espaço que possuem de gestão dos
10 equipamentos da Secretaria Estadual de Saúde. Está sob escrutínio sério o contrato com o
11 Hospital de Sumaré, que tem um aspecto para formação de alunos da Faculdade de Ciências
12 Médicas e tem um outro aspecto: se forem impedidos juridicamente de terem esse tipo de
13 convênio, não será só o de Sumaré, vai ser o de Piracicaba em algum momento e sete
14 Ambulatórios Médicos de Especialidades. E há outras ações do Tribunal de Contas do Estado.
15 Então existe uma certa preocupação com isso, o que não os impede de arriscar também. Às
16 vezes ter uma certa ousadia não é necessariamente algo negativo, mas é importante ter a clareza
17 disso. Concorde com as palavras da professora Dirce, mas podem iluminar a questão por dois
18 lados. Tem alertado isso desde que começaram a discutir como trabalham o orçamento, por
19 exemplo. Retomaram todos aqueles processos, progressão, teve reajuste salarial, contratações,
20 e um dos problemas que possuem, dependendo do resultado, é como garantir autonomia.
21 Eventualmente essa questão será posta em cima da mesa. O decreto da autonomia é somente
22 um decreto. A Fapesp tem 1% constitucionalmente, portanto é mais difícil mudar a situação da
23 Fapesp do que mudar a questão da autonomia, que basta não entrar na LDO e não ser feito um
24 decreto. Então tem uma certa lógica caminharem com o conjunto do estado, não se descolarem
25 muito daquilo que é a política do estado. Porque essa lógica é aquilo que lhes permite não se
26 exporem demais face a direitos que existem no Estado de São Paulo. É essa cautela jurídica que
27 estão expressando de alguma forma. Com isso não quer desestimular as pessoas que fizeram a
28 defesa, esta instância aqui é soberana, é ela que vai decidir; só quer que, em cada uma dessas
29 decisões, tenham claro que existem esses elementos. Podem forçar a fronteira, que é o que
30 estarão fazendo se aprovarem 20 dias, mas sempre precisam ter cautela até onde forçam para
31 não se exporem demais em vários aspectos. Se agora, porque têm condições financeiras, a
32 Unicamp desse um grande reajuste de salário, isso geraria polêmica na sociedade. Então devem
33 ter um pouco de maturidade política de pensar como utilizam os graus de liberdade que possuem
34 para não perdê-los. E tem algo que é sempre um elemento de avaliação política, não é fácil fazer
35 isso, mas não podem pensar só naqueles interesses que são da comunidade da Unicamp no
36 imediato. Existem em jogo interesses de longo prazo, entre outros o de manter esse grau de
37 liberdade de autonomia que possuem. E isso vai um pouco ser afetado pelo contexto de quem
38 vai ser o governador do estado e o presidente da República a partir de 2023. Essa preocupação
39 tem de estar expressa em todas as decisões, mas obviamente algumas decisões terão mais
40 relevância, outras menos. Então não é necessariamente algo que precisa impedir uma decisão

1 neste momento. Por obrigação, tudo aquilo que implica gasto tem de ser avaliado. É realmente
2 pequeno neste caso, não está querendo mudar a opinião de ninguém em relação ao que isso
3 envolve orçamentariamente, mas trouxeram até aumento de GR para cá, porque são obrigados,
4 já que isso foi uma decisão do Conselho Universitário algum tempo atrás. Então, ao decidirem
5 isso, vai ter de passar pela COP, isso vai ter de ser legalizado de qualquer forma. Então só para
6 também não diminuir a importância de manterem os procedimentos, e em alguns momentos viu
7 conselheiros aqui usando a questão dos procedimentos para evitar uma decisão. Não está
8 utilizando isso, mas está lembrando que é necessário aprovar nas instâncias. Ter coerência em
9 atividade pública e política é uma coisa essencial, então para muitas pessoas, quando ampliaram
10 o número de GRs, discutiram a questão do Gabinete, a questão essencial era orçamentária. Aqui
11 estão agora discutindo uma coisa que tem impacto orçamentário, é mínimo mas tem, e de acordo
12 com o procedimento aprovado por este Conselho Universitário algum tempo atrás, precisam ter
13 isso também contemplado na análise da conversa. Então está querendo manter a coerência, o
14 que não significa que não podem decidir, mas essa decisão vai exigir um parecer da COP em
15 relação à questão orçamentária. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que acompanha
16 bastante as preocupações da professora Dirce. Acha que possuem um cenário muito complexo
17 pela frente, a preocupação não é pequena, e acha que o que diferencia o cuidado administrativo,
18 o cuidado jurídico, que tem de existir e ser sempre levado em conta, é a natureza da demanda.
19 A natureza dessa demanda, ao seu modo de ver, ultrapassa um pouco essas preocupações no
20 sentido de que estão falando de um direito da criança, de um direito do indivíduo, de um direito
21 social. Não sabe se serão uma vanguarda eventual, se forem será excelente, mas acha que não
22 devem se privar de apresentar o seu posicionamento com relação a isso. Principalmente porque
23 isso pode aperfeiçoar o próprio funcionamento da Instituição, nos moldes inclusive do que disse
24 o professor Cataia, de que é bom que as unidades tenham essa possibilidade de beneficiar o
25 funcionamento cotidiano a partir da obtenção dessas condições individuais. Acha que ganham
26 com isso. A cautela jurídica existirá, não sabem se isso será um problema ou não, mas não
27 devem se privar de fazer, de dar o avanço. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO
28 AGUIAR pergunta se não seria mais cauteloso conversarem primeiro com a USP e a Unesp no
29 sentido de tomar uma decisão em conjunto nesse passo, até para que tenham maior segurança.
30 Os motivos que foram apresentados por todos os conselheiros para aumentar esse período são
31 extremamente importantes em relação ao cuidado da família e principalmente da criança. Mas
32 a Unicamp tomar essa medida sozinha talvez enfraqueça a decisão, por isso pergunta se não
33 poderiam aguardar um pouco e conversar dentro do Cruesp, conversar entre os reitores para
34 que essa proposta fosse levantada nas outras universidades e decidida em conjunto. Isso com
35 certeza diminuiria a possibilidade de algum questionamento. O Conselheiro ANDRÉ
36 MARTINS BIANCARELLI diz que concorda com as argumentações sobre o mérito. E em
37 relação à dúvida jurídica, eventual cautela, acha que é uma questão de avaliar o tamanho do
38 problema. É uma avaliação política e tende a concordar que esse risco vale a pena,
39 principalmente pelo fato de que, segundo o parecer da Aeplan, não existe impacto nenhum,
40 porque não há substituição de funcionários. Não há de cinco para sete e não há eventualmente

1 de cinco para 20. Então é inexistente mesmo. Se fosse a licença-maternidade, teria a
2 possibilidade de contratar alguém no lugar, então teria despesa etc. Esse aspecto reforça a defesa
3 da proposta. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO diz que em sua fala
4 inicial apenas levantou uma questão procedimental, que era a questão do quórum. A questão de
5 mérito é uma decisão do Conselho e é uma decisão política, e não tem nenhuma dúvida de que
6 tudo o que for avanço de direitos deve ser apoiado. Não lhe parece que as questões jurídicas
7 sejam manifestação de um machismo estrutural, mas não vai entrar nessa questão. Acha que a
8 colocação do professor Antonio José é muito oportuna; ele mencionou a ADI do Ministério
9 Público do Estado de São Paulo que questionava a autonomia da Universidade em uma questão
10 que era bastante pacífica, a autonomia do Cruesp de conceder aumentos. Como a doutora
11 Fernanda sabe muito bem, sendo procuradora geral da Unicamp, e ele estava naquele momento
12 como procurador geral da USP, foi uma batalha no Tribunal de Justiça que resultou em uma
13 vitória histórica, porque a decisão do Tribunal de Justiça deixou de uma vez por todas claro que
14 sem autonomia financeira e de gestão não existe autonomia acadêmica e administrativa, como
15 está preconizado na Constituição Federal. Foi um momento muito crítico em que a autonomia
16 das universidades esteve seriamente ameaçada. Como aconteceu também na CPI das
17 universidades, na qual também atuou de uma maneira muito ativa como superintendente de
18 relações institucionais da USP naquele momento. A Unicamp possui uma Procuradoria Geral
19 de altíssimo nível, mas a Unicamp não tem Faculdade de Direito; a Universidade de São Paulo
20 tem duas faculdades, a do Largo São Francisco, da qual é professor titular, e Faculdade de
21 Direito de Ribeirão Preto, da qual foi fundador e que hoje é uma das faculdades de excelência
22 no âmbito jurídico. Diz isso porque, normalmente, nas reuniões do Conselho Universitário da
23 Universidade de São Paulo essas questões jurídicas são tratadas de uma maneira muito mais
24 frequente, já que além da presença da Procuradoria Geral, há representantes, diretores e
25 membros da congregação da Faculdade de Direito, o que possibilita que essas questões sejam
26 discutidas e esclarecidas. Então, como disse o professor Antonio José, não é uma questão de
27 enfrentar ou não enfrentar. É verdade que às vezes as conquistas se fazem com alguns
28 enfrentamentos, mas reitera que a prudência não é uma virtude da inação. A prudência é
29 justamente escolher os meios adequados para alcançar um determinado fim. Pessoalmente,
30 deseja, quanto ao mérito, que a licença-paternidade seja estendida, trata-se apenas de encontrar
31 um *modus faciendi* para que não tenham problemas. O Conselho Universitário é soberano
32 dentro das suas competências estatutárias, mas no limite também a responsabilidade recai sobre
33 a figura do Reitor. O CPF em jogo sempre é o do Reitor, e isso para efeitos também, por
34 exemplo, de questionamentos do Ministério Público ou do Tribunal de Contas. Não está
35 dizendo para não fazerem nada, está esclarecendo que quando falam de questões jurídicas, não
36 é um entrave para não se progredir. Isso é uma questão importante porque é a sociedade em que
37 vivem; o direito faz parte do contexto social e estão jungidos a ele. O Conselheiro RENÊ JOSÉ
38 TRENTIN SILVEIRA diz que se inscreveu a partir da fala do professor Flávio; vai retomar o
39 argumento dele, mas para caminhar na direção inversa que ele sugeriu. Também acha
40 importante que atuem articuladamente com as outras universidades, mas a Unicamp tem

1 assumido, na história recente, uma postura bem avançada em relação à política de ações
2 afirmativas, no combate ao racismo, na defesa dos direitos humanos e outras formas também
3 de discriminação. E o machismo, como já foi falado aqui, tanto quanto o racismo, também é
4 estrutural e institucional; isso significa que ele está incrustado na forma como as instituições se
5 organizam. Combater esse machismo, assim como também o racismo estrutural, implica alterar
6 a organização interna dessas instituições, quando essa organização se pauta por princípios
7 machistas, que é o que parece que está sendo proposto aqui. Só que a Unicamp, além de ser
8 uma instituição, é uma instituição de ensino, então não basta ela só não ser machista
9 internamente, ela precisa desenvolver também uma ação educativa para fora, para combater o
10 racismo estrutural e o machismo estrutural que existem também nas outras instituições.
11 Considera fundamental que conversem com as outras universidades paulistas, mas se forem
12 conversar com elas já tendo tomado essa decisão interna acha que terão força política muito
13 maior, não só pela palavra, mas também pelo exemplo que assumiram. Inclusive com certa
14 margem de risco, mas que lhe parece muito pequena, pelo que está sendo colocado aqui,
15 comparativamente com os ganhos políticos e pedagógicos que terão. Então lhe parece que é um
16 argumento que mais fortalece a aprovação da proposta do que os incentiva a esperar. A
17 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que existe um lado humano, que é a presença
18 paterna ao lado da criança, que é indiscutível, da mãe e do pai estarem junto com a criança e do
19 pai estar um pouco mais próximo, principalmente ajudando a mãe, nesse momento crítico que
20 é o nascimento, é inegável. Não foi colocado aqui que no Brasil há um grande número de mães
21 solteiras, quando os pais não assumem as crianças e as mulheres têm de cuidar sozinhas dessas
22 crianças, ou junto com os seus familiares. Isso ocorre principalmente entre adolescentes; quem
23 trabalha no Caism já viu jovens de 13, 14 anos tendo bebê. A paternidade presente é
24 fundamental e é civilizatória, mas há um grande abandono de crianças por parte dos pais no
25 Brasil. Acha ponderado conversar com as outras universidades, não que seja necessário, mas
26 acha ponderado; têm ido nessa linha de conversar no Cruesp com as demais universidades. Não
27 sabe se precisam hoje discutir e votar os 20 dias, talvez possam votar a extensão, acha que isso
28 inegável, e discutir um pouco mais os 20 dias. Pensa que vai haver, sim, um impacto, que pode
29 ser pequeno, mas ele irá acontecer. Esse impacto vai acontecer diretamente na CGU,
30 provavelmente com a solicitação de substituição. Têm substituído as licenças-gestantes, sempre
31 que possível, com alguém temporário para aliviar a carga de trabalho de quem fica, e para que
32 o trabalho siga em frente. Em relação à política nacional, a Unicamp irá chamar a atenção do
33 público, da sociedade, neste momento em que faltam quatro semanas para a eleição. Tem
34 dúvidas se isso vai ser benéfico ou ruim para a Unicamp, porque vão destoar da sociedade
35 paulista, que é quem os paga. Estão fazendo uma decisão soberana no Conselho Universitário
36 desta Universidade, baseada em um decreto de autonomia, no entanto quem lhes paga é a
37 sociedade paulista, e o que ela pensa pode até refletir nas eleições daqui a quatro semanas. Neste
38 período, isso pode ser utilizado pela mídia de uma boa forma ou ruim, e a mídia parece que
39 andou errando. Faz uma proposta prudente, neste momento, de votarem a extensão de sete dias
40 e trazerem o assunto novamente após as eleições, pois são pagos pelo ICMS da população

1 paulista, que não opina sobre as decisões da Universidade. O Conselheiro FERNANDO SARTI
2 diz que, como já foi aqui citado, a COP, a Aeplan e a PRDU avaliaram que o impacto é quase
3 insignificante. Estão falando aqui de 20 dias, e durante o período de gestação é possível fazer
4 um planejamento, por parte das unidades, da substituição de um docente, de um servidor, então
5 raramente se colocaria a questão de uma contratação emergencial. Por isso fica até difícil
6 avaliar, e o número realmente é reduzido, de 30 a 40 pessoas no ano. Acha que também um
7 outro aspecto que tem de ser considerado, que foi tratado aqui, tem a ver com a paz de espírito,
8 a grande produtividade quando há essa possibilidade. É pai de três jovens, sua companheira e
9 ele tinham exatamente a mesma profissão, e o trabalho recai muito mais sobre a mulher do que
10 sobre o homem. Poder contribuir nesse momento, tanto com as crianças quanto com a mãe, é
11 fundamental. Não acha que isso seja um privilégio, mas um direito. Entende toda a dimensão
12 jurídica, a questão da cautela, mas quando é para brigar, que sejam nas boas brigas. O
13 MAGNÍFICO REITOR diz que encaminhará a votação da seguinte forma: primeiro votam a
14 extensão da licença-paternidade, sem especificar o número de dias. Depois votam se a decisão
15 sobre o número de dias será adiada ou não para o próximo Consu, em novembro, que foi uma
16 proposta da professora Maria Luiza e do professor Flávio. Se as pessoas não quiserem adiar,
17 terão de decidir hoje entre sete ou 20 dias. Não havendo mais observações, submete à votação
18 a extensão da licença-paternidade, que é aprovada com 60 votos favoráveis e 01 abstenção. Em
19 seguida, submete à votação o adiamento da decisão do número de dias da extensão para o Consu
20 de novembro, que é aprovado com 31 votos favoráveis, 29 votos contrários e 02 abstenções.
21 Portanto, solicitará à COP que prepare a análise para os dois casos e trarão aqui deliberações
22 que permitam se adequar a sete ou a 20 dias, e tomarão esta decisão em novembro. O
23 Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR pergunta se é possível a conversa com
24 os outros reitores, no sentido de que as outras universidades também encaminhem dessa forma.
25 O MAGNÍFICO REITOR responde que colocará essa discussão. Estão preocupados,
26 obviamente, com a situação para 2023, não sabe qual vai ser a aderência, mas vai colocar essa
27 questão para o Cruesp. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que pelo
28 menos iniciam a conversa com as outras universidades antes de tomar qualquer decisão, já
29 informando que há esse encaminhamento no Consu. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao
30 professor Flávio pela sugestão. Acredita que foi uma discussão importante, em que mapearam
31 todas as preocupações, e se não resolveram a questão, pelo menos possuem bastante consciência
32 para tomar essa decisão em novembro. Passa ao item 06 – Proc. nº 01-D-35411/2021 –, que
33 trata da segunda revisão do Orçamento 2022, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a
34 palavra ao professor Fernando Sarti. O CONSELHEIRO FERNANDO SARTI diz que gosta
35 sempre de registrar a importância que é para a Universidade, na gestão do seu orçamento, a
36 existência desses momentos da revisão, do trabalho que é feito pela Aeplan, pela equipe do
37 senhor Thiago, que é absolutamente fundamental. Vai rapidamente anunciar alguns números
38 dessa segunda revisão e depois passa a palavra ao senhor Thiago para ele detalhar um pouco
39 mais. Finalmente a Secretaria da Fazenda sinalizou uma mudança do ponto de vista da
40 arrecadação, lembrando que inicialmente estava prevista em R\$142,9 bilhões, nos quais a

1 participação da Unicamp é de 2,1957%. Isso foi aumentado para R\$152,2 bilhões, portanto um
2 aumento de 6,5%. Isso fez com que os recursos disponibilizados para a Universidade saltassem
3 de R\$3,137 bilhões para R\$3,341 bilhões. Ao mesmo tempo, houve uma revisão da receita
4 própria da Universidade, que é de várias naturezas, a começar pela receita financeira, a partir
5 da aplicação das reservas. Aí também há um salto importante, significativo, lembrando que
6 essas reservas estão aplicadas, há uma gestão em relação a esses recursos importantes no fundo
7 administrado pelo Banco do Brasil. Isso faz com que a receita total somada, a receita do Tesouro
8 mais as receitas próprias, esteja prevista em R\$3,539 bilhões para o exercício de 2022. A
9 despesa total, nesta revisão, sofre uma ligeira alteração. Realmente é uma estabilidade grande,
10 ficou em R\$3,471 bilhões, o que faz com que, separando o saldo no exercício, ele também se
11 modifique para R\$258 milhões. Se junto ao saldo do exercício considerarem aquelas despesas
12 já aprovadas em exercícios anteriores, mas ainda não empenhadas ou executadas, que são da
13 ordem de R\$190,4 milhões, esse saldo segue positivo, segue superavitário em R\$68,2 milhões.
14 Portanto, estão com um orçamento bastante equilibrado. Vai já adiantar o que provavelmente
15 aparecerá na fala das conselheiras e dos conselheiros com relação à preocupação dos impactos
16 das mudanças do ponto de vista das tarifas e também do ponto de vista do nível de atividade na
17 economia. Se tomam a receita prevista de janeiro e agosto, comparando com janeiro e agosto
18 do ano anterior, falando agora só dos recursos do Tesouro, têm um crescimento nominal de
19 14,4%. Se descontarem a inflação desse período, um crescimento real em torno de 4%. Por
20 outro lado, se analisarem o acumulado apenas desses dois meses onde houve a mudança, a
21 alteração na alíquota do ICMS, essa taxa de crescimento, em julho e agosto, contra julho e
22 agosto do ano anterior, esse crescimento se reduz para 10%. Mais ou menos previsível a partir
23 dessa queda de arrecadação provocada pela redução do ICMS para os três produtos: energia,
24 telecomunicações e combustíveis. Com isso ainda mantêm o saldo. A cautela sempre adotada
25 pela Aeplan e pela PRDU na questão orçamentária de alguma maneira se reflete na
26 documentação que chegou ontem, o Projeto de Lei Orçamentária para 2023. Preocupa-os muito
27 o fato de que a previsão para 2023 é de R\$150,5 bilhões, uma vez que a previsão para 2022,
28 trabalhada nesta revisão orçamentária, foi para R\$152,2 bilhões, portanto haveria uma redução
29 de R\$2 bilhões em termos nominais de 2022 a 2023. Obviamente que essas previsões podem
30 ser refeitas pela própria Secretaria do Estado, mas isso já reflete não apenas o problema da
31 arrecadação para 2023, mas também os dados bastante negativos da taxa de crescimento
32 prevista para o Brasil e para o Estado de São Paulo. O relatório Focus de 30 de setembro indica
33 que a previsão de crescimento para o país para 2023 despencou para 0,4%. Então com o menor
34 crescimento, ainda que haja também uma tendência de redução do patamar inflacionário
35 estimado pelo Banco Central e seus atores, em torno de 5% para o ano que vem, nominalmente
36 a previsão da Secretaria da Fazenda é por uma queda. Então a ideia é sempre que tenham um
37 certo realismo e também uma estratégia de precaução na gestão orçamentária. Solicita ao senhor
38 Thiago que faça uma apresentação detalhando um pouco mais, sobretudo a questão das
39 despesas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que na segunda revisão orçamentária
40 pegaram exatamente o que foi executado no primeiro semestre e estão projetando o segundo

1 semestre nos mesmos parâmetros. Isso traz a Universidade, considerando somente as despesas
2 do exercício de 2022, ao superávit de R\$258 milhões. Quando trazem de volta o Grupo X, que
3 são os saldos não executados, não empenhados em anos anteriores, estão trazendo R\$190
4 milhões para despesas, para a conta, e mesmo assim terminam com um superávit de R\$68
5 milhões. Então tudo indica que, caso todas as despesas aconteçam, independentemente das
6 execuções de PPI que possam acontecer este ano, o saldo financeiro do início do ano será
7 ampliado nesse nível. Isso mostra a tranquilidade no momento atual frente a arrecadação.
8 Entrando um pouco mais nas receitas, que o professor Fernando já detalhou bem, as receitas de
9 2022 estão sofrendo um acréscimo nessa arrecadação de 10%, R\$332 milhões, quando olham
10 tanto para as receitas do Tesouro do Estado quanto para as receitas próprias da Universidade.
11 Entrando nas receitas do ICMS, as receitas do Tesouro do Estado, foi mantido na primeira
12 revisão o que estava aprovado na Lei Orçamentária Anual, um valor de R\$142,9 bilhões para o
13 exercício de 2022. Nesta segunda revisão, após conversas com a Secretaria da Fazenda, no
14 início de agosto, esse número já estava sendo trabalhado com R\$152,2 bilhões pela Secretaria
15 da Fazenda. Indicam nesta revisão que já estão sendo impactadas as previsões com o que estava
16 para acontecer das reduções das alíquotas de ICMS. Veem mais claramente no gráfico, no mês
17 a mês, que a linha mais forte, preta, é a arrecadação efetivamente realizada até junho. Verificam
18 que ela estava já no primeiro semestre em um patamar muito superior ao da linha verde, que
19 segue para frente, que são as previsões para chegar nos R\$152 bilhões. Isso mostra que essa
20 previsão já sofre o início dos impactos das reduções de ICMS que aconteceram no meio deste
21 ano nos combustíveis e na energia elétrica. Na CAD comentaram que o estado já tinha alterado
22 essa previsão para R\$149 bilhões. A previsão que entrou aqui já tinha sido alterada pelo estado,
23 sendo reduzida; está para sair um decreto de execução orçamentária esta semana, pela qual eles
24 já vão elevar a dotação para R\$149 bilhões. Mas há tranquilidade frente aos R\$152 bilhões,
25 uma vez que o mês de agosto, que já tinha uma previsão menor, teve uma arrecadação maior.
26 Já arrecadaram por volta de R\$13 bilhões e a previsão nesta segunda revisão está exatamente
27 igual à previsão mensal da Secretaria da Fazenda. Então os R\$149 bilhões provavelmente
28 cheguem mais perto dos R\$152 bilhões. Nos valores reais, levanta uma preocupação, inclusive
29 o professor Fernando já falou um pouco das dificuldades de 2023. A previsão de arrecadação
30 está no mesmo patamar anual frente a 2021, mas nos dados do primeiro semestre verificam que
31 haviam arrecadado R\$72 bilhões desse montante em 2021 e R\$75 bilhões hoje. Estão usando
32 somente os primeiros seis meses, e apresenta um crescimento de ganho real de 5% frente ao
33 ano anterior. Quando avançam para o final do ano, nos 12 meses não aparece nenhum ganho
34 real. Apesar de a arrecadação estar aumentando, estão sofrendo somente o crescimento
35 inflacionário e isso vai impactar, no ano seguinte, no aumento das despesas. Quando trabalham
36 só o segundo semestre, de forma real já estão tendo uma redução de quase 5% neste semestre
37 frente a 2021. Até um pouco do que talvez o estado entenda que essa redução do segundo
38 semestre vai acelerar em 2023 e, por isso, ele já está prevendo uma arrecadação menor para o
39 próximo exercício do que está prevendo hoje para 2022. Em relação aos dados do ICMS, houve
40 uma arrecadação maior em valores reais em 2022 do que em 2021, enquanto no segundo

1 semestre essa linha já começa a ficar para baixo do exercício de 2021. Mostra o gráfico de um
2 cenário atual, no qual entendem que talvez essa linha escura, na realização final do exercício,
3 vá chegar mais próxima de 2021. A tendência de setembro é que essa linha se aproxime, mas
4 já levanta alguma preocupação frente ao próximo exercício. Em seguida, informa uma novidade
5 que foram R\$2 milhões recebidos para o HC da Unicamp, para abertura de dez leitos de UTI
6 pediátrica. Nos últimos anos, todos os recursos que entraram para o Hospital entraram via SUS.
7 Aqui apresentam uma novidade que aconteceu este ano, de esse recurso entrar via orçamentária
8 pelo estado, mas são recursos extraquota-parte, na verdade seriam recursos da quota-parte da
9 Secretaria da Saúde que ela transfere para o HC executar. Isso é uma tendência, existem
10 negociações para que cheguem mais recursos até o final do exercício, e vão informar assim que
11 chegarem. Quanto à receita própria, como o professor Fernando já citou, o crescimento
12 fundamental é baseado em juros; os R\$70 milhões que entraram na proposta orçamentária é o
13 que havia sido indicado na proposta orçamentária setorial do estado. A partir de maio de 2021,
14 houve uma elevação constante da taxa de juros, e o que impacta esse aumento é prioritariamente
15 isso. Da primeira para a segunda revisão, também o impacto de 15% acrescido na receita própria
16 em função do acúmulo de capital nas receitas financeiras. Nas receitas já indicaram um
17 crescimento por volta de 10%, e as despesas estão crescendo cerca de 8% nessa situação, com
18 todas as despesas já incluídas até o final do exercício. No Grupo I – Pessoal, o forte crescimento
19 que aparece é fruto da data-base ainda; já na primeira revisão isso aparece, onde incluíram
20 20,67% em todas as despesas de pessoal da Universidade. Uma novidade desta segunda revisão
21 está no Grupo II, nas sentenças judiciais, que apresentam um impacto devido à mudança de
22 legislação no primeiro semestre do pagamento dos precatórios de forma geral no país. Agora
23 existe o precatório prioritário, que deve ser pago antes de qualquer outro precatório; isso faz
24 com que este ano tenham um impacto não somente dos precatórios de 2022, mas dentre o que
25 já foi aprovado para pagamento em 2023 e 2024, se houver precatórios prioritários, eles são
26 antecipados e pagos antes dos de 2022. Então há esse impacto inicial, que é uma antecipação
27 de despesa de anos futuros. No Grupo III – Despesas de utilidade pública, há uma leve redução
28 baseada principalmente no consumo de água no *campus* de Campinas e no Cotuca. No Grupo
29 IV – Restaurantes e transportes, em restaurantes estão mantendo as previsões, até por não
30 saberem exatamente como vão ficar essas despesas. No caso de transporte, estão inserindo um
31 reajuste baseado nas previsões de novas licitações de fretados. Esses valores, por todas as
32 mudanças de valores de combustíveis, de transportes do primeiro semestre, estão impactando
33 fortemente a Universidade. Já estão fazendo o acerto dessas despesas, pensando não somente
34 no que já está contratado, mas no que ocorrerá no final deste exercício. Os Grupos V, Vi e VII,
35 respectivamente Despesas contratuais, Programas de apoio e Manutenção de atividades
36 existentes, não sofreram grandes alterações, somente a mudança de recursos de uma rubrica
37 para outra, no acerto das despesas para execução orçamentária. O único detalhe é nos programas
38 de apoio, com a suplementação de R\$750 mil para a manutenção de infraestrutura do *campus*.
39 No Grupo VIII – Projetos especiais apresentam algum avanço, com duas principais novidades:
40 R\$10 milhões para apoio ao Programa de Atualização Tecnológica Computacional da

1 Universidade, pelo qual vai ser ampliado o número de computadores, *notebooks*, infraestrutura
2 de rede para as unidades de ensino, órgãos e os hospitais, e é um programa que está atingindo
3 toda a Universidade. E estão incluindo em obras mais R\$7 milhões para serem trabalhados pela
4 Depi, em função da nova licitação do Paviartes. O Paviartes é uma obra que havia sido licitada,
5 a empresa não conseguiu realizar, houve a quebra do contrato, e as novas licitações estão
6 voltando em R\$7 milhões a mais que o previsto, então já incluíram esse valor. Essa obra está
7 dentro daquelas prioridades da Depi por serem as obras inacabadas que precisam terminar. No
8 Grupo IX – Despesas Custeadas com receitas próprias, as doações estão sendo mantidas no
9 Grupo X – Créditos a conceder/valores não empenhados houve uma leve redução, que é
10 basicamente a contratação do serviço de consultoria para o HC. Então esses valores saíram do
11 Grupo X e foram acrescidos ao Grupo VIII, somente em uma troca de rubricas. Ressalta que as
12 receitas aumentaram R\$332 milhões aproximadamente, enquanto as despesas aumentaram
13 R\$263 milhões no exercício, o que faz com que contem ainda com saldo positivo no exercício
14 de 2022. Coloca-se à disposição para maiores informações. O MAGNÍFICO REITOR diz que
15 algo importante e que é resultado de ações de várias esferas foi a obtenção de recursos
16 adicionais para o HC, em particular, e existe a chance de serem obtidos mais recursos. Esses
17 recursos foram orçamentários, eles têm uma diferença, são acima da quota-parte, estão
18 vinculados ao desenvolvimento de determinadas atividades no HC. Eles geram um problema
19 de uso orçamentário porque é mais difícil utilizar os recursos orçamentários do que os recursos
20 SUS, e também não são garantidos para sempre. Mas eles permitem enfrentarem situações
21 difíceis que, como já discutiram várias vezes aqui, ocorrem com o subfinanciamento da área da
22 Saúde. Destaca, então, a importância que tem tido a ação da superintendência do HC e da Deas
23 junto à área de Saúde da região, a Divisão Regional de Saúde, junto à Secretaria de Estado, ao
24 governo do estado, na negociação, no diálogo permanente e na disposição de fazer face ao
25 represamento de atendimentos motivados pela pandemia. Essa ação política tem gerado
26 benefícios para a Unicamp passar por momentos que são difíceis em função desse
27 subfinanciamento. Existe um espaço de trabalho que devem valorizar, e a direção da Deas e a
28 superintendência do HC, e a própria Administração, professora Maria Luiza e ele, têm feito isso
29 com bastante intensidade. O resultado tem sido positivo e aparentemente virão mais recursos
30 pelo mesmo caminho. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a questão
31 orçamentária deste final de ano passa agora principalmente pela questão eleitoral. O Rodrigo
32 Garcia, que é o atual governador, provavelmente vai tomar alguma medida orçamentária agora,
33 depois de ver que não está no segundo turno, por conta do artigo 42 da Lei de Responsabilidade
34 Fiscal. Acompanha algumas cidades, e ele havia feito uma emenda de R\$100 milhões só para
35 Jundiaí, para recape, uma emenda voluntária do estado para uma cidade. São vários municípios
36 com emendas, cerca de R\$30 bilhões que estavam no caixa do estado. O superávit primário de
37 2021 do Estado de São Paulo foi de R\$54 bilhões, e eram cerca de R\$30 bilhões de emendas
38 localizadas em municípios. Isso agora está *sub judice* porque o governador em exercício vai
39 querer deixar as contas ajustadas para não perder a elegibilidade daqui para frente. Então vai
40 haver uma operação, provavelmente, no caixa do governo do estado para o final de mandato,

1 que é via artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele não pode deixar despesa sem
2 cobertura para o próximo governo. Lembra que o Márcio França diminuiu a execução
3 orçamentária para dia 02 de novembro, quando estava em uma situação parecida com essa, e
4 inclusive a Aeplan teve de trabalhar de fim de semana para tentar empenhar o que era preciso.
5 Então provavelmente vai haver uma operação por esses dias em relação a isso, para ele enxugar
6 o caixa e não cometer nenhum crime de responsabilidade para frente, para a vida política dele,
7 que é jovem. Então esse é um aspecto que está colocado. O outro aspecto, na sua opinião, é a
8 possibilidade de ter um governo que defende o fascismo e não a ciência, por isso o pessoal da
9 Universidade tem de se engajar nas campanhas para tentar reverter essa situação. A operação
10 que foi feita a nível federal e que é defendida por esse candidato que está no segundo turno é
11 de não financiamento. Eles desidratam completamente as universidades; vide CNPq, corte de
12 90% dos recursos Capes, bolsas congeladas. Conhece pessoas da UFMG que falam que lá não
13 há dinheiro para pagar a conta de luz do mês. Então a situação é bastante grave, crítica, e vão
14 precisar do engajamento. É óbvio que o orçamento do ano que vem, que será votado, vai refletir
15 esses aspectos que estão colocados e o novo governo provavelmente vai tentar alguma alteração
16 nessa questão orçamentária. Pensa que o Cruesp deveria se reunir, chamar o Fórum das Seis,
17 olhar os números e repassar pelo menos a inflação nesse período agora no final deste ano. Vão
18 fazer um ato aqui pela abertura de negociação. Acha prudente que o Cruesp se reúna com o
19 Fórum das Seis, até para trocar essas experiências de final de mandato, de eleição no próximo
20 mês, para que tenham um acordo na mesa de negociação de como vão caminhar daqui para
21 frente. Essa discussão é muito importante, e acha que o futuro da Universidade está em jogo,
22 pois o modelo das estaduais de São Paulo está colocado em xeque. Correm risco se o
23 bolsonarismo ganhar, por isso todos devem se engajar em defesa da ciência e em defesa da
24 Universidade. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO agradece ao
25 senhor Thiago pela apresentação e diz que tem dois pedidos de esclarecimento. Primeiro uma
26 curiosidade sobre o tipo de investimento, de aplicação financeira que a Unicamp faz, e que gera
27 essa receita própria de aproximadamente R\$130 milhões. O segundo ponto trata da questão das
28 horas extras; há no Grupo I alguns lançamentos de pagamento de horas extras, plantões,
29 associados a questões conjunturais, como Covid, então isso está muito bem justificado. Há
30 também um outro lançamento de R\$5 milhões em horas extras para o Cecom e o Caism até o
31 mês de março. Pergunta se existe algum estudo da Aeplan sobre horas extras ao longo dos anos,
32 de tal forma que possam retirar desse estudo alguma informação sobre, por exemplo, se é
33 melhor contratar pessoas com esse volume de recursos que é investido em horas extras, para
34 suprir essa demanda de trabalho. Ou, claro, se forem ações conjunturais, devem permanecer
35 nesse mesmo modelo. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que
36 tem uma preocupação caso o candidato que passou como primeiro colocado para o segundo
37 turno seja eleito governador. A reserva da Universidade está relativamente grande, em torno de
38 R\$1,7 bilhão; o PPI os ajuda a fazer uma projeção, mas se não determinarem já um destino para
39 esse recurso, teme que o estado possa querer retirar esse recurso da Universidade. Sabem que
40 houve uma tentativa no passado recente de quererem olhar para esses recursos das três

1 universidades, então se possuem algum projeto, que façam isso até o final do ano, antes que
2 mude a gestão. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO pergunta ao professor Sarti se o
3 Caism solicitou em algum momento recursos para a reestruturação da sala de descanso dos
4 servidores. Entrou este ano na COP e esse assunto não foi nenhuma vez discutido. A
5 Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que está bastante preocupada diante das
6 falas e da prorrogação de votação da questão da licença-paternidade. Destacando um pedaço da
7 fala da professora Maria Luiza sobre qual mensagem estariam passando para a sociedade, acha
8 que é uma mensagem que deveria ser em defesa da universidade pública, em defesa do ensino,
9 pesquisa, da ciência, da extensão. Mas a impressão que estão passando é que são frouxos nessa
10 defesa. Sofreram ataques muito incisivos na época da CPI, convocaram assembleia universitária
11 unificada, foi um movimento unificado de toda a Universidade, de trabalhadores, estudantes,
12 docentes e comunidade externa defendendo a Universidade. Entretanto, agora estão recuando
13 diante de qualquer ataque; se o Ministério Público cobra ponto eletrônico ou questiona plantão,
14 a Universidade cede e diz que está tomando cuidado. Mas quando é uma questão que traz algum
15 benefício para o funcionário, a Reitoria alega que precisa ver a legislação, conferir dez vezes, a
16 PG tem de soltar mais notas, precisam confiar nos advogados da Universidade, é todo um
17 discurso nessa direção. Então, na sua visão, a imagem que passam para a sociedade não é uma
18 imagem de que estão analisando a conjuntura e se posicionando perante ela. Está sendo uma
19 imagem de que têm medo, de que não se posicionam, de que estão sempre em cima do muro,
20 de que não sabem o que fazer com o recurso que possuem. Estão acumulando reservas, a
21 qualquer momento podem ter um avanço do bolsonarismo e esse recurso vai embora; é um
22 recurso que a Administração Central está guardando com tanta cautela e não sabem por que, se
23 não é até para entregar essa questão orçamentária. Então concorda com o conselheiro Matheus;
24 se desejam avançar enquanto Universidade na sociedade, deveriam defender o que estão
25 fazendo aqui dentro, tanto ensino, pesquisa e extensão, quanto o que estão acumulando nos
26 cofres. Lembra que quem paga os salários dentro da Universidade não é o estado, como já foi
27 citado, é a sociedade, mas a sociedade deveria esperar deles essa intervenção libertadora,
28 emancipatória e progredindo rumo à ciência, e não regredindo e deixando qualquer um entrar
29 aqui e falar que a autonomia universitária é só um decreto e que devem baixar a cabeça para o
30 que está acontecendo fora. É preciso muito cuidado com esse cenário, muito cuidado com como
31 se posicionam frente a esse cenário. E não é questão de arrumar briga ou não arrumar briga com
32 quem está lá fora, com a sociedade; é questão de se definir e definir quem são e o que defendem.
33 Se não tiverem esse posicionamento e essa decisão, não sabe o que estão fazendo aqui enquanto
34 universidade pública. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que lhe chamou a
35 atenção em uma fala anterior a questão dos custos com horas extras, em especial na área da
36 Saúde. É enfermeiro há 30 anos e garante que sabem fazer muito bem o dimensionamento de
37 quadro de pessoal de enfermagem, até porque é assunto tratado por regulamentação. Para
38 garantir uma assistência de qualidade, livre de imperícia, imprudência e negligência, precisam
39 de um quadro adequado. Quando fazem a recomposição do quadro, deixando-o ajustado à
40 característica do local, diminuem o gasto com hora extra. A Conselheira MARISA MASUMI

1 BEPPU diz que é bom chegar a situação em que possuem um particular conforto orçamentário.
2 Viveram momentos muito diferentes, muito ameaçadores no passado, entende que boa parte
3 desse conforto está muito mais relacionada às alíquotas de ICMS ou motivação inflacionada,
4 do que propriamente de crescimento. Os números colocados pelo professor Fernando Sarti, do
5 boletim de ontem, assustam porque mostram um pífio crescimento previsto para o ano que vem.
6 Além disso, sabem da redução de algumas alíquotas; crescer bolo de ICMS em cima de inflação
7 não é um crescimento saudável. Desejam crescer em cima de crescimento real da economia,
8 essa é a preocupação maior. Foram obrigados a tomar medidas muito difíceis e todos
9 entenderam essas medidas no momento em que estavam deficitários, em que as reservas
10 estavam para se esgotar, e a situação era outra. Agora que possuem um saldo razoável e estão
11 prevendo, mesmo com a redução de alíquotas, um superávit, acha que deveriam ser bastante
12 estratégicos, verificar onde fazer a melhor aplicação disso, porque há muitas necessidades da
13 Universidade, não é que estão dando benesses ou o que for. Há necessidades importantes, tanto
14 de reconhecimento das pessoas, incluindo docentes e funcionários, há demandas importantes,
15 sabendo que demandas de investimento não conseguem executar no curto prazo. Uma questão
16 que vinham falando e não vai ser possível fazer seria pensar em uma carreira estruturada, uma
17 nova carreira docente importante, atraente. Mas há também uma demanda específica para a qual
18 entende que houve mérito no julgamento, que foi a questão do espalhamento e o
19 reconhecimento dos profissionais da Carreira Paepe. Sabe que existe um orçamento designado
20 para isso, mas também a questão do espalhamento nesses níveis de complexidade, de algo que
21 foi oriundo do passado, de um achatamento por causa da elevação do piso, é importante também
22 de ser visto no longo prazo. Esses investimentos para reduzir os problemas do passado têm de
23 ser feitos no momento em que existe realmente algum tipo de superávit previsto. Acha que os
24 discursos têm de ser bem diferentes no momento em que precisam apertar os cintos e no
25 momento em que precisam alargá-los de uma maneira estudada, estruturada, porque o objetivo
26 da Universidade, como já ouviu o professor Fernando Sarti falando, e comunga com ele, não é
27 fazer superávit, mas aplicar bem isso na estrutura da Universidade. Não precisa repetir as
28 potenciais ameaças que possuem no horizonte em relação a tudo o que o professor Antonio José
29 já mencionou, seja de quota-parte, seja da questão que o senhor José Luis colocou. Sabem que
30 o fechamento do orçamento começa a acontecer realmente, na prática, nesses últimos meses,
31 com idas e vindas, os decretos específicos, as reuniões específicas, com a Secretaria da Fazenda
32 e Planejamento. Acha que precisam ter um olhar bastante flexível, bastante estratégico em
33 relação à aplicação desses superávits também. A cautela é importante, possuem uma reserva
34 que lhes garante por enquanto essa cautela, mas precisam também fazer um estudo específico
35 da aplicação desse superávit que se prevê. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
36 ROCHA diz que também tem uma preocupação muito grande, sempre quando há uma mudança
37 de governo, mas principalmente neste momento específico, porque existe uma possibilidade de
38 uma mudança muito drástica da linha como provavelmente todas as universidades paulistas
39 vêm lidando nos últimos anos. Foram 24 anos de governo do PSDB e mais ou menos aprendem
40 a lidar com esse tipo de governo, e agora parece que vai haver um rompimento muito grande

1 dessa linha de ação. Então é um momento de preocupação. Pergunta se existe tempo hábil para
2 tentarem alguma decisão estratégica até o final do ano, no sentido de fazer uma aplicação em
3 relação a esses recursos. Pergunta também se há alguma proteção legal em que pudessem se
4 ater ou se resguardar para não perder, por exemplo, uma reserva que definam como estratégica
5 para momentos difíceis. Imagina que um governo que não é engajado com a ciência, com a
6 educação, provavelmente vai tentar captar esse recurso de alguma forma, vendendo uma reserva
7 do tamanho da que possui a Unicamp. Seja pegando esse recurso diretamente, seja não
8 repassando a quota-parte durante algum tempo, e ao ficar por um tempo sem repassar, é muito
9 mais fácil depois deixar de repassar em definitivo. Então pergunta se estrategicamente e
10 juridicamente podem fazer alguma coisa. O MAGNÍFICO REITOR diz que obviamente, uma
11 vez considerados os resultados que possuem e o impacto que isso tem no futuro, é uma coisa
12 que o tem preocupado e já compartilhou a preocupação com os outros reitores. Não têm dúvida
13 de que o maior êxito de sistema de ensino superior, ciência e tecnologia é o de São Paulo. Isso
14 se deve em parte a uma história da Fapesp, que hoje é 1% do orçamento constitucional, e ao
15 decreto da autonomia de 1989 que vem anualmente sendo renovado. Até o momento sem
16 grandes problemas, mas já esteve com bastante pressão para não ocorrer e tiveram essa tentativa
17 de recolher recursos há alguns anos, e sempre há uma polêmica em torno disso. Então, é uma
18 situação de instabilidade e risco grande, devem estar muito conscientes disso. Ressalta que do
19 ponto de vista factual dos dados, o resultado da autonomia é absolutamente exitoso, inclusive
20 em 2017 foi publicado um trabalho sobre isso na “Revista Pesquisa Fapesp” que é
21 impressionante: cresceram em sete vezes o número de doutorandos e em mais de duas vezes o
22 número de mestrandos. Na graduação também houve número expressivo no crescimento de
23 vagas e de formandos, isso sem ampliar o número de docentes, uma queda pequena no número
24 de docentes, além de uma queda mais apreciável do número de funcionários. Então a
25 produtividade da Universidade aumentou brutalmente ao longo de 30 anos, e é o que explica a
26 qualidade das pessoas que formam, a qualidade do atendimento que fornecem e da ciência e
27 tecnologia que produzem. Não há dúvida a respeito. Mas nem isso é suficiente para se
28 defenderem, e algo que têm feito há muito tempo nesta gestão é se relacionar com a sociedade.
29 Têm feito isso ativamente com atores de todo o espectro político na região de Campinas, com
30 deputados também de todo o espectro político que colaboram com emendas, para sustentar
31 ações específicas da Universidade. Têm feito isso com as prefeituras e com o governo do estado;
32 a Unicamp tem de se apropriar desse espírito. Devem discutir no Conselho Universitário, mas
33 precisam ter a capacidade de fazer coisas que os aproximem da sociedade e que deem a essa
34 sociedade a exata dimensão da importância que a Universidade tem. Fizeram isso com uma
35 imensa categoria na pandemia, principalmente na área da Saúde, mas com várias pessoas de
36 outras áreas. Ontem destacou na posse do professor Hernandez, no IB, o papel que o Instituto
37 de Biologia teve na força-tarefa; mas essa força-tarefa envolveu pessoas das Ciências Humanas,
38 das Engenharias, obviamente a ênfase era área da Saúde, mas essas participações foram muito
39 importantes. Precisam manter esse espírito, transformar cada um dos membros desta
40 comunidade em defensores disso. Acha que a questão da inclusão é mais um aspecto disso, ela

1 traz temas importantes para dentro da Universidade, mas traz conexões também com a
2 sociedade. Lembra de um assunto que vai estar de alguma forma sendo influenciado pelo
3 resultado eleitoral do país: a lei de cotas vence este ano. Não há dúvida de que isso é uma coisa
4 importante no que se refere à conexão com a sociedade. Portanto, não consegue achar que é só
5 no campo interno ou só no campo do Cruesp que vão vencer essa batalha; precisam construir
6 relações com os deputados, os atuais e os novos, e isso têm tentado fazer. Quando veem o HC
7 conseguindo mais recursos orçamentários, em parte isso é resultado dessa tentativa de
8 aproximação. Solicita a cada um dos conselheiros que convençam suas comunidades a fazer
9 isso. Precisam transformar isso em uma ação permanente, efetiva, contínua de toda a
10 Universidade, pois é criando laços estreitos com a sociedade que terão força para se defender
11 de prováveis ataques que podem vir. Não sabem se virão, dependerá um tanto dos resultados
12 das eleições, mas não há dúvida de que a melhor situação para a Universidade é ter lá fora
13 muitas pessoas defendendo-a. Política é uma coisa que depende de pressão, sensibilidade,
14 vivem isso aqui dentro da Universidade, e esses políticos, por mais impermeáveis que sejam,
15 aqueles que tomam as decisões, que estão nos cargos executivos, têm permeabilidade à pressão
16 da sua própria base. Se essa base avaliar que isso é importante para o seu futuro político
17 eleitoral, há chance de reverter o jogo. Então esse é um papel que não podem transferir para
18 outras pessoas, são eles que têm de assumir. Em relação a tópicos específicos, diz que há algum
19 tempo ocorreu a discussão de projetos a serem financiados pelo PPI e foi algo muito polêmico,
20 inclusive porque as pessoas queriam votar separado. Fica muito feliz de ver agora que todos
21 desejam que a Universidade gaste; foi essa a sensação gerada pelas falas feitas aqui. Pena que
22 a discussão está feita separada do momento em que se discutiram os gastos, que foi justamente
23 quando discutiram projetos do PPI e fizeram uma proposta bastante ousada, que tinha duas
24 virtudes: tentar vencer tudo o que tinham de passivo em relação a obras e fazer isso em um
25 pacote estruturado para ter o máximo possível de licitações centralizadas. Então, no caso
26 daquilo que podia ser feito por unidade, por exemplo, na área de Informática, a tentativa foi
27 fazer isso centralizadamente, o que traz várias vantagens, dentre elas provavelmente a de
28 conseguir preços mais baixos. Também são feitos menos processos licitatórios e isso
29 sobrecarrega menos a estrutura administrativa da Unicamp, que não precisaria mais fazer uma
30 série de pequenos processos. Então há algo diferente, não só associado à disponibilidade de
31 recursos, mas à forma de utilizá-los, que pode gerar um pouco mais de agilidade. Porque, como
32 foi dito, de fato é difícil fazer investimento; há muitas barreiras jurídicas de empresas que usam
33 mal o processo licitatório e acabam abandonando as obras, como no caso do Paviartes. É feita
34 a licitação, o melhor preço ganha e depois a empresa desiste, e isso deixa a Universidade em
35 uma situação difícil até juridicamente. Então há uma preocupação com isso, e fica muito feliz
36 com a questão de ver essa disponibilidade maior. Porque precisam aqui se equilibrar entre duas
37 coisas: a cautela é tanto para baixo quanto para cima. Ela é tanto de um excesso de gastos que
38 os dificulte ter um certo colchão de amortecimento para eventuais arrecadações que caíam
39 abaixo da folha salarial mensal; e tem um outro lado, pois acumular muita reserva é algo que
40 pode aumentar o apetite de outros. Então é esse equilíbrio que devem ter, e que não é fácil. E

1 esse equilíbrio não pode ser extremamente comprometido com a folha salarial porque esse é
2 um gasto permanente, então devem tomar o cuidado de ter garantia da folha. Três folhas
3 salariais é o que estão adotando como critério de manter uma reserva mínima. Fazer
4 investimentos gera dificuldade, mas fizeram um pacote e vai ser apresentado hoje no
5 Expediente pela diretora da DGA, a senhora Lina Amaral Nakata, o que avançaram nesse
6 aspecto. Na carreira de funcionários, o compromisso da gestão é ter progressão todo ano; o GT
7 que estava discutindo a progressão está discutindo também outros aspectos da carreira, pois o
8 objetivo é tentar enfrentar problemas na Carreira Paepe. A carreira de docentes depende do
9 Cruesp, tendo em vista que ela é basicamente igual nas três universidades. Pensaram em algum
10 momento em discutir essa questão, ver se é possível fazer algo, mas hoje predomina a prudência
11 de ver um pouco mais como o quadro se delinea para 2023. De toda forma, acha mais positivo
12 fazerem isso com cautela, porque devem valorizar as categorias, mas tomando cuidado de não
13 exagerar na forma como isso impacta a sociedade externamente. Na discussão do item sobre a
14 licença-paternidade, disse que não devem se afastar muito daquilo que é a perspectiva do estado,
15 para que a Universidade não seja vista como alguém que utiliza o recurso todo para si. A
16 principal função da Unicamp é servir à sociedade, não devem perder essa dimensão, e as
17 decisões de gasto têm de estar associadas a isso. Existe um problema sério na área de pesquisa,
18 houve muito subfinanciamento de bolsas, tiveram muito problema em conseguir recursos para
19 financiar devido à pandemia. Há um contingente de professores e pesquisadores jovens bastante
20 expressivo que em um certo sentido receberam um “banho de água fria” quando entraram na
21 Universidade. Eles vieram com uma carreira muito promissora, mas entraram na Universidade
22 no contrapé dos recursos para o financiamento à pesquisa. Dessa forma, estão pensando em
23 fazer um grande edital de pesquisa para alavancar a carreira principalmente do pessoal mais
24 novo na Universidade, que é o futuro. A Unicamp é a universidade que mais renovou o seu
25 quadro de docentes. Sabem o que é a concorrência aí fora para conseguir fundos de todas as
26 instituições de financiamento, então desejam mirar essa concorrência lá fora e fazer editais aqui,
27 que as pessoas se mirem na sua capacitação para concorrer nesses editais lá fora. Por exemplo,
28 às vezes a pessoa quer ser um Jovem Pesquisador, mas ela precisa ter passado um tempo no
29 exterior para conseguir isso. Esse edital tem de contemplar a possibilidade de a pessoa ir passar
30 um tempo curto no exterior para vencer essa barreira que a Fapesp impõe. Trata-se de fazer
31 coisas desse tipo pensando em como podem criar agora as bases para que a atividade de
32 pesquisa seja novamente alavancada, pensando em um prazo mais longo. Quanto ao recurso
33 para a moradia, ele está reservado e estão tentando resolver a questão legal e jurídica, está em
34 processo de encaminhamento. Espera que consigam dar um horizonte para essa questão ainda
35 no Consu de novembro, mas não sabe se vai ser possível porque existem restrições jurídicas
36 que estão tentando resolver. As preocupações da Reitoria são similares às de grande parte do
37 Conselho. Não podem ir muito depressa, porque parece que estão exagerando no gasto, nem
38 tão devagar que pensem que a Universidade está se tornando um banco. Nem um extremo, nem
39 outro, mas ressalta que os recursos têm de ser aplicados principalmente nas atividades-fim da
40 Universidade, é essa a perspectiva da gestão atual. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz,

1 respondendo ao professor Marco Antônio, que como é sabido, as reservas da Universidade
2 precisam ser aplicadas em banco público e, portanto, elas estão aplicadas no Banco do Brasil.
3 A outra opção que teriam seria aplicar na Caixa Econômica Federal. Como são recursos
4 públicos, não podem aplicar em nenhuma forma de renda variável, esses recursos têm de estar
5 aplicados em renda fixa. O Banco do Brasil tem o fundo moderado e o fundo mais agressivo,
6 todos eles de renda fixa, e a Unicamp está optando ainda pelo fundo conservador, que está
7 composto hoje por 53% em LFDs e 47% em operações compromissadas *over*, atreladas ao CDI.
8 Como a taxa de juros vem subindo, isso permitiu esses ganhos financeiros significativos, que
9 na atual revisão estão informando como da ordem de R\$158 milhões. Com relação à
10 preocupação do senhor Matheus e do professor Anderson com as reservas, informa que o valor
11 exato em 31 de agosto é R\$1,567 bilhão, e imaginam que isso esteja agora, como setembro
12 fechou mais ou menos empatado, em cerca de R\$1,6 bilhão. A preocupação da Administração
13 Central, que foi compartilhada por vários aqui, com o risco de um quadro eleitoral adverso, é
14 de que essas reservas possam ser de alguma maneira tomadas ou mesmo, como colocou o
15 professor Anderson, sabendo que possuem as reservas, reduzirem o repasse às universidades.
16 A única forma seria que ele já estivesse comprometido; na verdade, ele não pode estar na forma
17 como está hoje, de disponibilidade financeira, mesmo que a Universidade fizesse isso em uma
18 forma de aplicação financeira, como está hoje, ele continua no ativo. Ele só ficaria indisponível
19 se estivesse aparecendo também no passivo, mas para isso seria necessário já estar totalmente
20 comprometido, o que não é possível porque não há como fazer dentro deste exercício um
21 comprometimento de R\$1,6 bilhão. O que tem pensado não é contábil, é do ponto de vista
22 político, do ponto de vista estratégico, e estão conversando com a Unesp e com a USP, para
23 anunciar uma política para o uso dessas reservas no longo prazo, dizendo que essas reservas
24 contemplam o crescimento das universidades para os próximos 10 anos. Crescimento pressupõe
25 contratações, gastos em infraestrutura, pensar a questão da progressão nas carreiras etc. Isso
26 cria uma dificuldade para uma eventual maldade política por parte de algum governante, mas
27 não impede, porque ele tem a possibilidade, se quiser, de avançar sobre essas reservas.
28 Evidentemente é uma briga política com as três maiores universidades do país, então não sabe
29 o quanto politicamente isso valeria a pena para um governante. Mas é essa estratégia política
30 que podem adotar. Do ponto de vista jurídico e do ponto de vista contábil, não há como fazer
31 proteção a essas reservas. É algo que preocupa a todos, têm se debruçado muito sobre isso, e é
32 isso o que tem sido pensado, mas hoje esses recursos, tanto na USP quanto na Unicamp e na
33 Unesp, continuam constando como disponibilidade de caixa. As três universidades vêm
34 anunciando investimentos. Por exemplo, aprovaram aqui no Conselho Universitário anterior
35 R\$220 milhões de investimento, mas entre aprovar e isso ser executado leva um tempo muito
36 grande, porque esses recursos precisam ainda ser licitados. Hoje terão a apresentação sobre a
37 força-tarefa que a DGA fez para tentar licitar o máximo possível desses recursos. Mas não é só
38 licitar; uma vez licitado, precisam executar o recurso, pois enquanto não for executado, esse
39 recurso está disponível e poderia de alguma maneira estar em risco. Com relação à pergunta do
40 senhor Cláudio sobre a área de descanso do Caism, diz que não tem essa resposta aqui, mas

1 pode consultar a Depi se ocorreu algum encaminhamento para lá. A conselheira Gabriela falou
2 sobre medo, mas acha que medo e precaução são duas coisas completamente diferentes. Em
3 relação às horas extras, solicitará que depois o senhor Thiago detalhe um pouco mais. Em
4 relação ao que colocou a professora Marisa, a preocupação sempre é de cautela, e acha que um
5 avanço institucional muito grande que começou na COP, depois chegou aqui ao Conselho
6 Universitário, é o instrumento do PPI, o Plano Plurianual de Investimentos. O PPI não só
7 permite de alguma maneira planejar o futuro, olhar para o que desejam e identificar onde são
8 as maiores fragilidades de infraestrutura nos próximos dez anos – e já começaram a repor
9 algumas dessas fragilidades com esse pacote de investimentos que aprovaram e que se inicia,
10 provavelmente, já ainda no final deste ano e vai se desenvolver ao longo de 2023 – mas ele
11 também permite olhar para investimentos que vão demorar três, quatro anos entre licitação e
12 execução e, sobretudo, permitindo essas grandes obras. Lembra que já estão em processo
13 licitatório no novo prédio de Limeira, que é algo em torno de R\$80 milhões; é um processo
14 longo, mas saíram daquela situação de inércia. Isso tudo em função do PPI, um instrumento que
15 lhes permite executar esses investimentos de maior monta e ao mesmo tempo planejar o futuro.
16 Uma parte das reservas de R\$1,6 bilhão constitui recursos para o PPI, outra parte importante
17 que reservaram e aprovaram no Conselho Universitário é que manteriam como precaução três
18 folhas de pagamento, que hoje está em torno de R\$210 milhões cada folha. Isso está reservado
19 para situações que podem ocorrer, por exemplo, no ano que vem. Se as previsões de baixíssimo
20 crescimento que se colocam para o ano que vem, ou eventualmente alguma outra questão
21 política se confirmar, possuem essa reserva para ser utilizada. Lembra também que já estão
22 provisionados R\$65 milhões para a moradia estudantil. Então acha que o uso das reservas tem
23 sido feito com cautela, mas também olhando para o futuro. Estão pensando em investimento e
24 na questão da assistência e permanência estudantil, que é fundamental para a Universidade.
25 Passa a palavra ao senhor Thiago para trazer alguns esclarecimentos sobre as horas extras. O
26 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA ressalta a importância do PPI e lembra que os critérios
27 fundamentais aprovados para as reservas têm o quarto eixo, que é a manutenção dos saldos de
28 todas as aprovações de anos anteriores para as unidades. Estão garantindo não somente o futuro
29 com o PPI, de fato, com os novos investimentos, com infraestrutura, a ampliação da
30 Universidade, mas também estão garantindo para as unidades, internamente, tudo o que já foi
31 aprovado pelo Conselho Universitário em algum momento. Por isso até devem tomar cuidado
32 com a forma como apresentam esses R\$1,6 bilhão, valor que pode ser aumentado ou não até o
33 final do ano. Financeiramente esse valor está lá, mas sabem que, tirando o que é superávit de
34 2022, todo esse recurso já está aplicado com algum objetivo, tanto para a manutenção da folha
35 salarial, com as três folhas salariais de reserva, como para a manutenção de tudo o que foi
36 aprovado no passado, além dos recursos para a permanência estudantil separados e com o PPI.
37 Portanto, esse valor de R\$1,6 bilhão praticamente todo já possui uma aplicação. É claro que
38 isso faz uma defesa muito mais política do que técnica, uma vez que só vão conseguir essa
39 defesa mais técnica com a execução desses recursos. Reforça a importância da força-tarefa feita
40 pela Depi, pela DGA, na tentativa de transformar as aprovações do PPI em contratos de fato,

1 que é o primeiro passo que conseguem dar na execução, fechar essas licitações, contratar essas
2 empresas. É lógico que não conseguem ter nenhuma certeza de que essa obra vai ser executada
3 até o final, mas é o primeiro passo para a execução desses recursos, e com a sua execução
4 garantem sua utilização. Sobre as horas extras, as do Cecom foram aquelas aprovadas pela COP,
5 que foram exatamente por causa da pandemia, então era algo excepcional, da mesma forma que
6 há plantões ali para o Cecom, para a FOP. Os plantões para os hospitais que estão na proposta
7 têm como aumento somente reajuste salarial, e esse é um trabalho que ainda está sendo feito.
8 Entendem que até o final do ano pode haver necessidade de algum aporte adicional por todas
9 as mudanças que estão acontecendo. O impacto mesmo, R\$5 milhões, são horas extras entre os
10 hospitais. Lembra que essas horas extras sempre foram pagas com recursos de custeio dos
11 hospitais, o que no momento, pelas mudanças de custeio e pelas dificuldades dos hospitais, não
12 é mais possível de ser feito, por isso estão entrando na proposta na revisão como esse acréscimo.
13 Lógico que as horas extras ocorrem por uma necessidade, diferentemente dos órgãos
14 administrativos, onde conseguem repor as pessoas. Os hospitais têm todas as dificuldades de
15 legislação para manter os enfermeiros, técnicos de enfermagem, em uma quantidade mínima.
16 Além disso, estão passando por um momento nos hospitais de mudança de Covid para pós-
17 Covid, com as mudanças que estão impactando, mas ainda um fato extremamente relevante que
18 não pode ser tirado da conta é o absenteísmo atual. Ele está muito superior ao de anos anteriores,
19 então é algo que explica um pouco a necessidade dessas horas extras. Esse absenteísmo causa
20 as horas extras, mas ao mesmo tempo impede de ter a reposição dessas pessoas, porque não
21 sabem exatamente por quanto tempo a pessoa vai ficar ausente. Então há toda essa dificuldade
22 de gestão que força as horas extras. É uma coisa que ajuda a explicar esse aumento nos hospitais
23 durante, principalmente, 2021 e 2022. O Conselheiro FERNANDO SARTI esclarece que uma
24 coisa é a autorização orçamentária que recebem da Secretaria, o que está acontecendo agora em
25 setembro e vai ter um desfecho em dezembro. Há uma previsão da Secretaria sobre quanto ela
26 imagina arrecadar de recursos ao longo de 2023, assim como ela fez em 2022. O que estão
27 fazendo hoje aqui é rever essa autorização orçamentária a partir de uma manifestação da própria
28 Secretaria dizendo que imaginava que iria arrecadar R\$142 bilhões, e agora imagina que vai
29 arrecadar R\$152 bilhões. Ela vai ajustando isso, vendo um segundo eixo que é o fluxo
30 financeiro real que vai acontecendo ao longo do ano. Uma coisa é a previsão, outra coisa é o
31 fluxo financeiro. Na Aeplan e na PRDU já acompanhavam o fluxo financeiro, sobre o qual é
32 prestado conta nos boletins na Universidade, inclusive do Cruesp. O que estão aprovando hoje
33 aqui é esta nova revisão, que diz que a Universidade está autorizada a gastar R\$3,341 bilhões
34 porque a Secretaria de Fazenda entende que vai arrecadar R\$152 bilhões. É em cima disso que
35 estão sinalizando e aprovando aqui que com todas as autorizações de gasto, folha, custeio,
36 investimento, teriam um saldo de R\$68 milhões. A preocupação é olhar para o presente, o fluxo,
37 e olhar também para o planejamento futuro e separando com esse instrumento, que é tirar de
38 dentro da PDO as reservas para poderem trabalhar a questão dos investimentos. E as outras
39 questões, como o senhor Thiago adiantou, de precaução em relação às folhas, de atendimento
40 ao que os recursos que já foram comprometidos, embora ainda não executados, que compõem

1 aqueles R\$190 milhões que estão aprovando e os recursos da moradia. Entretanto, a sinalização
2 de ontem da Secretaria da Fazenda é de previsão para 2023 de R\$150 bilhões e não mais R\$152
3 bilhões, como é a de 2022. Ela imagina que vai arrecadar R\$2 bilhões a menos em 2023 em
4 relação a 2022. A Unicamp recebe 2,1957%, portanto cada R\$1 bilhão de queda significa para
5 a Universidade uma queda de R\$22 bilhões na arrecadação. Portanto, se a previsão é cair R\$2
6 bilhões, representaria para a Unicamp cerca de R\$45 milhões a menos em 2023. Sobre um
7 superávit hoje que estão prevendo de R\$68 milhões, significa que se aprovarem em dezembro
8 a PDO exatamente igual à que aprovaram em 2022, chegariam no final do ano sem nada, sem
9 recursos na PDO. Fora isso, há as reservas. Então considera fundamental que as conselheiras e
10 os conselheiros entendam o que é a peça orçamentária e o que é a gestão do fluxo financeiro. O
11 que acha que de uma forma inteligente a Universidade fez foi tirar de dentro da PDO, com o
12 PPI, uma política específica para tratar suas reservas, porque as reservas, como colocou o
13 professor Antonio José, têm de ser pensadas para não comprometer gastos permanentes. Ali
14 podem resgatar algumas questões fundamentais, sobretudo investimento, investimento na
15 moradia, investimento em infraestrutura, e mantém uma parcela reservada, caso os recursos
16 orçamentários sejam insuficientes para o exercício de 2023. O MAGNÍFICO REITOR observa
17 que ter cautela não significa não ter projetos. Precisam pensar nas coisas de uma forma ampla
18 e tomar as decisões conforme a conjuntura permita. Obviamente podem ter um ano de 2023
19 bastante diferente, conforme se desenrole o quadro geral. Sobre autonomia, o crescimento foi
20 expressivo, mas houve um crescimento dos recursos também. Em termos reais, de 1989 a 2017,
21 houve 50% de aumento nos recursos e foi isso que viabilizou, por exemplo, a ampliação das
22 vagas: tiveram uma ampliação substancial, a partir da década de 1990, nos cursos noturnos.
23 Mesmo com a situação que os incomoda até hoje associada à FCA, em razão da qual estava
24 prevista uma ampliação da quota-parte, conseguiram fazer frente, claro que não na medida da
25 necessidade, mas agora com o PPI foi aprovada a construção que falta na FCA, pelo menos a
26 construção mais importante. Então se o quadro melhor se apresentar, terão de pensar também o
27 que farão com isso, se esses recursos se mostram estáveis e se ampliando ao longo do tempo.
28 Hoje foi mencionado na reunião que a Unicamp não tem escola de Direito. São coisas sobre as
29 quais precisam pensar, não significa tomar nenhuma decisão, mas devem começar a pensar; se
30 eventualmente os recursos permitirem, podem ampliar. A cautela hoje é essencial. Não está
31 querendo perder essa dimensão, mas precisam colocar outras rotas na mesa e, dependendo do
32 quadro político, podem correr algum risco adicional. A Conselheira DIRCE DJANIRA
33 PACHECO E ZAN diz que é muito importante sempre ressaltar a questão da autonomia, em
34 especial a autonomia financeira, mas lembrando que a autonomia é mais do que isso e que ela
35 foi conquistada graças a uma greve histórica em 1988 das categorias da Universidade.
36 Aproveita para observar que a bancada docente tem recebido muitas demandas dos estudantes
37 com relação ao restaurante. Então talvez a Administração possa trazer alguma informação sobre
38 o que está acontecendo; houve uma mudança na empresa que presta serviço nos restaurantes e
39 os estudantes têm reclamado muito dos serviços. Sabem que os estudantes tiraram hoje também
40 um dia de paralisação, então solicita que em algum momento a Administração possa colocá-los

1 um pouco a par da situação e de como está essa conversa com os estudantes. O MAGNÍFICO
2 REITOR diz que ingressou como professor na Universidade no final de 1987, e sem dúvida a
3 greve mencionada pela professora Dirce foi uma greve histórica que teve dois componentes
4 adicionais. A Unicamp na época tinha uma força muito grande de imagem junto à sociedade, e
5 isso é uma coisa pela qual devem zelar bastante. O suporte que as universidades estaduais
6 tinham da opinião pública era muito forte, e tem dúvidas hoje se possuem isso na mesma
7 intensidade, porque estão em um outro momento da batalha política. Estavam, naquela época,
8 saindo de um regime fechado ainda, então havia uma disputa de narrativas muito favorável aos
9 democratas. Hoje estão um pouco mais sob pressão, por isso ressalta a importância de a
10 Universidade ser ativa na busca das relações com a sociedade. A segunda coisa é que tinham
11 uma relação forte com o poder público. Sempre acha que é bom imaginarem várias conexões,
12 nas quais as pessoas cumprem papéis diferentes, mas são papéis importantes. Por exemplo,
13 tomaram a decisão de homenagear o professor Belluzzo, no início deste Conselho Universitário,
14 na semana passada, que era Secretário de Ciência e Tecnologia do governo de então, e o
15 professor Frederico Mazzucchelli foi secretário da Fazenda e do Planejamento, portanto dois
16 professores do Instituto de Economia da Unicamp eram membros do governo do estado. Isso é
17 algo importante para a Instituição. Pessoas que têm às vezes perspectivas diferentes sobre a
18 visão de mundo, sobre visão política, mas vestem a camisa da instituição e a defendem. Ressalta
19 isso porque depende de saberem fazer esse jogo que é multidimensional, tem várias facetas, e
20 quanto melhor fizerem esse jogo, menos risco a autonomia correrá em 2023. A comunidade
21 precisa também entender um pouco disso; nessa ação às vezes são questionados por estarem
22 dialogando com determinadas pessoas, mas nas questões concretas às vezes se entendem com
23 as pessoas, embora tenham visões políticas, ideológicas diferentes. E a Universidade fazendo
24 isso está fortalecendo o seu projeto institucional, que é um projeto inclusivo, democrático, para
25 desenvolver ciência e tecnologia e, portanto, ele está alinhado com um certo pensamento
26 civilizatório, ainda que concretamente possa trabalhar com pessoas de diferentes visões. Por
27 exemplo, em algum momento terão de discutir uma coisa que é cara para a Faculdade de
28 Educação, que são as licenciaturas. Precisam fortalecer mais as licenciaturas na Unicamp, o que
29 implica ter professores que trabalhem mais com a pesquisa e ensino das várias áreas. Esse é um
30 desafio que não resolveram bem até o momento, e terão talvez uma oportunidade para resolver.
31 Não havendo mais observações, submete à votação a segunda revisão orçamentária, que é
32 aprovada com 55 votos favoráveis e 03 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do
33 Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Processo de Promoção por
34 Mérito da Carreira do Magistério Superior (MS) – Deliberação Consu-A-27/2014 – 01) Proc. nº
35 01-D-29863/2010 – Proposta de alteração da Deliberação Consu-A-27/2014, que dispõe
36 sobre o processo de promoção por mérito para os níveis de Professor Doutor II (MS-3.2),
37 Professor Associado II (MS-5.2) e Professor Associado III (MS-5.3) da Carreira do Magistério
38 Superior (MS). B – Comissão de Vagas Não Docentes – Indicação de Membros – Deliberação
39 Consu-A-18/2013 – 02) Proc. nº 01-P-38361/2022 – Indicação de membros para compor a
40 Comissão de Vagas Não Docentes, conforme Informação CVND-70/2022, como segue:

1 Representantes dos Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa - Área de Ciências da
2 Engenharia: Titular: Prof. Dr. Arnaldo Cesar da Silva Walter – FEM (mandato 06.10.22 a
3 31.07.23) e Área de Biomédicas: Suplente: Prof. Dr. Flávio Henrique Baggio Aguiar – FOP
4 (mandato 11.11.22 a 17.05.23). C – Composição do Conselho de Orientação – Faepex –
5 Indicação de Membros Deliberação Consu-A-24/2003 – 03) Proc. nº 01-P-6002/1990 –
6 Indicação de membros para compor o Conselho de Orientação do Fundo de Apoio ao Ensino,
7 Pesquisa e Extensão, a partir de indicações aprovadas pelas Congregações das Unidades, pelos
8 Centros e Núcleos e Colégios Técnicos, conforme sugestão apresentada pela PRP através do
9 Ofício PRP/Faepex-09/22, como segue: Cocen: Fabiana Fantinatti Garboggini, COTIL:
10 Carolina Scherrer Malaman, Cotuca: Jodir Pereira da Silva, FCA: Angela Christina Lucas, FCF:
11 Paulo César Pires Rosa, FCM: André Almeida Schenka, FE: Nora Rut Krawczyk, FEA:
12 Gabriela Alves Macedo, Feagri: Franciane Colares de Souza Usberti, Fecfau: Philippe Remy
13 Bernard Devloo, FEEC: Paulo Cardieri, FEF: Bruno Rodrigues, FEM: Renato Pavanello, FEnf:
14 Daniela Fernanda dos Santos Alves, FEQ: Osvaldir Pereira Taranto, FOP: Carolina Steiner
15 Oliveira Alarcon, FT: Eloisa Dezen-Kempter, IA: Marcius Cesar Soares Freire, IB: Gustavo
16 Quevedo Romero, IC: Lehilton Lelis Chaves Pedrosa, IE: Carolina Trancoso Baltar, IEL: Pablo
17 Picasso Feliciano de Faria, IFCH: Oswaldo Martins Estanislau do Amaral, IFGW: José Antonio
18 Brum, IG: Lindon Fonseca Matias, Imecc: Marcos Benevenuto Jardim, IQ: Fábio Augusto,
19 PRG - Discente Graduação: João Florentino da Silva e PRPG - Discente Pós Graduação: Isabela
20 Martins Bonafé. D – Calendário das Reuniões do Consu, Cepe e CAD para 2023 – 04)
21 Calendário das reuniões para o ano de 2023 do Conselho Universitário e das Câmaras de
22 Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração. E – Moção – 05) Proc. nº 01-D-33830/2022
23 – Moção em defesa das trabalhadoras terceirizadas apresentada pela Congregação do Instituto
24 de Filosofia e Ciências Humanas. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa a palavra para
25 a senhora Lina Amaral Nakata, diretora da DGA, que fará uma apresentação sobre elementos
26 associados aos investimentos da Universidade. A senhora LINA AMARAL NAKATA diz que
27 esta apresentação foi solicitada pelos professores Paulo César e Fernando Sarti, no sentido de
28 que comentasse brevemente as contratações aprovadas pelo PPI. O processo de licitação é muito
29 complicado, leva tempo, envolve diversos atores e fases, que vão desde a elaboração do
30 subsídio técnico pelas áreas técnicas, pelos interessados, que é um fator primordial do sucesso
31 de uma licitação, passando pela solicitação de compra, elaboração da pesquisa, da minuta. Há
32 uma passagem pela Aeplan e PRDU para aprovar e alocar recurso, depois vai para a
33 Procuradoria Geral para aprovar o edital e isso, às vezes, tem muitas idas e vindas, há
34 questionamentos, volta para a área técnica. Depois publicam o edital, e é comum, dependendo
35 do questionamento que as empresas fazem, às vezes terem de republicar. Às vezes volta para o
36 jurídico, às vezes volta para a área técnica também. Depois vão para o certame, se der tudo
37 certo concluem a licitação, vão para o contrato e empenham. Conforme já mencionado pelos
38 professores Fernando Sarti e Antonio José, há a preocupação de conseguirem utilizar os
39 recursos de investimento, concluir essas licitações e empenhar ainda antes do encerramento do
40 exercício deste ano, que é dia 11 de novembro. Estão bastante focados nisso. Possuem 17

1 demandas novas que foram discutidas no Conselho Universitário, obras grandes aprovadas no
2 segundo semestre, e que são as obras de maior vulto, totalizando cerca de R\$178 milhões. Três
3 delas estão em ajuste de questão técnica, duas que estão com publicação de edital, três com
4 sessão já agendada, uma já fez a parte de habilitação e tem análise de proposta, que é justamente
5 a da FCA, uma obra de R\$87 milhões, e oito já estão concluídas, já possuem vencedores nas
6 licitações, e algumas delas já estão em fase de assinatura de contrato. Tiveram uma reunião com
7 os professores Antonio José e Fernando Sarti, que mencionaram a preocupação com o superávit,
8 a intenção da Universidade de fazer um investimento grande em infraestrutura, e foi um
9 processo bastante acelerado. Para isso, tiveram algumas ações importantes, sendo a principal a
10 questão de essa demanda vir centralizada da Reitoria, com planejamento organizado, com uma
11 ordem de priorização, e fazerem um acordo coletivo com todos os envolvidos, DGA, PG, áreas
12 técnicas, a própria Reitoria, daquilo que vão tratar primeiro e tocar com prioridade, às vezes
13 com o ônus de ter de deixar algumas coisas, conforme a capacidade operacional que possuem
14 neste momento. Houve algumas ações de gestão da própria DGA, que começaram já no início
15 do ano, com a nova diretoria de Suprimentos. Ela fez mudanças importantes que já começaram
16 a gerar resultado nos prazos, um acompanhamento muito próximo dos gerentes das áreas de
17 Suprimentos junto com os processos, com os compradores, acompanhando diariamente a
18 evolução disso. Por parte da diretoria os senhores Sérgio, Cleber, Danilo e ela estão
19 acompanhando quase diariamente, sendo que o senhor Cleber, particularmente, tem reuniões
20 periódicas, verificando o dia a dia de cada processo. Aproximaram-se bastante das áreas
21 técnicas, estão trabalhando em conjunto, discutem dúvidas, qual decisão será tomada durante o
22 processo, conversam em caso de questionamento, se há dúvida jurídica acessam a PG, discutem
23 conjuntamente antes de tomar uma decisão. Então isso foi algo que facilitou e agregou bastante,
24 tanto no prazo quanto na qualidade. Destaca que sempre tiveram uma relação muito boa com a
25 PG, e agora estabeleceram ainda mais proximidade. Em caso de urgência, falam na hora com
26 as doutoras Fernanda, Lívia, Bruna e os demais procuradores, perguntando o que podem fazer,
27 qual decisão tomar, se podem seguir daquela forma, se podem assumir determinado risco, se
28 ele é defensável juridicamente. Tem feito isso porque às vezes têm assumido alguns riscos, mas
29 com fundamentação, com embasamento na lei. Então isso também ajudou a trazer uma
30 celeridade maior para os processos. Destaca ainda um empenho muito grande da equipe de
31 Suprimentos; assim como em toda a Universidade, estão com uma defasagem importante de
32 quadro, mas ainda assim têm conseguido tempos históricos que a DGA nunca teve em um
33 processo, principalmente em relação a obras. A equipe realmente está se dedicando bastante,
34 fizeram também um remanejamento de pessoas de outras equipes da própria área de
35 Suprimentos para cuidar desses processos, além de pessoas de outras áreas, portanto houve
36 também uma compreensão coletiva da DGA sobre a importância desses processos. Estão todos
37 se empenhando, não só diretamente na área de Suprimentos, para que esses processos saiam
38 nos tempos em que a Universidade precisa. Apresenta um gráfico para ilustrar como o processo
39 melhorou. O primeiro intervalo foi quando assumiram a gestão, já percebem uma diferença. É
40 possível verificar uma melhora significativa nas fases dos processos, com diminuição dos

1 tempos de cada etapa. Observa que além daquelas 17, há mais 53 demandas estratégicas sendo
2 tratadas, PATC, Edital Alegre, obras da Depi e outras contratações, um total de 70 licitações
3 que somam cerca de R\$281 milhões. O MAGNÍFICO REITOR diz que são R\$173 milhões já
4 bem encaminhados e mais R\$108 milhões em andamento; parabeniza muito a equipe da DGA,
5 a equipe de Suprimentos, e lembra que foram importantes nessa ação a DEA, o professor
6 Zigomar está aqui presente, a Depi, a Prefeitura, todos eles envolvidos naquele pacote de PPI,
7 e a colaboração próxima com a PG, com a CGU e com o próprio Gabinete. Então foi uma ação
8 realmente concertada desse conjunto que está permitindo acelerar as obras, obviamente focando
9 em algumas, e vale destacar, como a senhora Lina observou, fazendo isso com equipes
10 reduzidas, porque não conseguiram, em função do próprio contexto do período por que passam,
11 ampliar muito as equipes. Então se continuarem com esse conjunto de atividades, é provável
12 que com a ampliação da equipe consigam reduzir bastante esses gargalos no processo de
13 investimento, como já indicado pelos gráficos. Se os conselheiros tiverem dúvidas, solicita que
14 entrem em contato com a senhora Lina, que é uma pessoa bastante acessível, ou com o professor
15 Zigomar. Agradece à senhora Lina pela apresentação e passa a palavra aos conselheiros
16 inscritos no Expediente. O Professor ANDRÉ VICTOR LUCCI FREITAS diz que está aqui
17 hoje como convidado para se despedir desses quatro anos à frente do IB e dar as boas-vindas
18 ao professor Hernandez, que o sucede junto ao professor Alessandro, em seu lugar e do
19 professor Everardo. Deseja boa sorte e sucesso a eles. Agradece a oportunidade de ter sido
20 diretor do Instituto de Biologia, porque acha que só começam a conhecer o Instituto e a própria
21 Unicamp depois de exercer um cargo como diretor, é quando abrem a cabeça. Aprendeu coisas
22 muito importantes para entender a Universidade e fez bons amigos aqui; encontrar pessoas de
23 todos as unidades e olhar a Unicamp de fora foi muito importante. Nunca teve pretensões
24 administrativas, acabou chegando até a diretoria, mas agradece o aprendizado que foram esses
25 quatro anos. E se já conhecia a importância da atividade-fim da Unicamp e do grupo importante
26 de que cuidam aqui, que são os alunos, da pesquisa como docentes, aprendeu ainda mais a
27 respeitar muito o corpo de funcionários não docentes que fazem a Universidade ser o que ela é.
28 Então agradece a todos, tanto do IB quanto da Unicamp, a essas pessoas que fazem um trabalho
29 fundamental em direção à excelência da Universidade e que tem se comprovado em todos os
30 aspectos: ensino, pesquisa e extensão. Finalmente agradece muito às duas reitorias que
31 vivenciou, do professor Marcelo Knobel e da professora Teresa Atvars, que lhes deram bastante
32 apoio, e em especial a Reitoria atual, que tem apoiado muito o IB. Gosta muito da maneira
33 como o professor Antonio José leva as discussões e acha que têm algo em comum em termos
34 de tentar entender as pessoas e tentar dialogar. Isso o deixa bastante próximo do professor
35 Antonio José, da professora Maria Luiza e dos pró-reitores com quem teve mais contato,
36 principalmente o professor Fernando Sarti, a quem agradece por todo apoio e sensibilidade.
37 Compartilha do que o professor Antonio José falou, que não vai ser fácil, mas não podem
38 desanimar nem desistir. Todos aqui lutam por um bem comum, e vão em direção a isso. Está à
39 disposição dos colegas aqui do Consu, da Reitoria, dos seus amigos que fez aqui, para continuar
40 colaborando. O MAGNÍFICO REITOR diz ao professor André, em nome de todos aqui, que

1 foi um prazer compartilhar este espaço com ele, que reúne seriedade, simpatia e diversão, que
2 deixam o ambiente de trabalho mais agradável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
3 MARCHETTI MARTINS agradece a votação que teve para conselheiro universitário dos
4 servidores técnico-administrativos. Agradece o apoio da comunidade que novamente o colocou
5 aqui. Consulta a Reitoria se há algum estudo a respeito da implantação de vale-refeição e
6 também pergunta sobre o ponto eletrônico. Muito tem se falado que vai ter um banco de horas
7 negativo, com os expedientes suspensos. Tem uma deliberação CAD que prevê uma semana de
8 suspensão para a creche, e o pessoal está muito preocupado. Pergunta se os expedientes
9 suspensos vão ser mantidos ou extintos, para poderem tranquilizar um pouco a comunidade.
10 Aproveita esse assunto para dizer que é o momento oportuno para voltarem a falar sobre
11 trabalho remoto. Se vão estabelecer um sistema de ponto eletrônico, ele tem de ser adequado
12 também ao trabalho remoto. A Universidade tem cerca de nove meses para poder fazer o estudo
13 disso, e é essencial que falem sobre trabalho remoto antes de tudo. Toda semana veem
14 comunicado em alguma unidade, algum órgão, algum setor que parou por algum motivo e as
15 pessoas estão fazendo trabalho remoto. Não podem negar que isso exista dentro da
16 Universidade; existe e precisam regulamentar. Registra que amanhã começa o SimTec, convida
17 todos os profissionais Paepe a comparecerem, pois a programação está muito boa, há muitas
18 pessoas importantes de fora vindo aqui. Faz o convite também aos docentes para que vão até a
19 área de exposição, participem também das palestras, porque verão a qualidade do trabalho que
20 os profissionais Paepe têm desenvolvido dentro da Universidade. O Conselheiro MARCO
21 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que primeiro faz uma pequena errata no item que
22 tratou da questão dos transportes fretados; acabou comentando algo sobre a tabela que tratava
23 dos descontos e, por um erro em sua leitura, acabou confundindo o desconto com faixas de
24 valor. O artigo está correto. Vai tratar de dois temas. O primeiro deles é sobre um programa de
25 incentivo ao pós-doutorado no exterior, acha que inclusive vai na mesma direção do que foi
26 tratado há pouco pelo professor Antonio José, sobre a possibilidade de criar algum edital que
27 mire jovens docentes. Acha que também poderiam colocar nesse pacote um programa de
28 incentivo ao pós-doutorado, aos moldes do que existiu há cerca de 10 anos. Toma a liberdade
29 também de fazer uma proposta inicial ouvindo os colegas docentes e enviar essa proposta para
30 a Secretaria Geral e quem sabe a Reitoria possa constituir um grupo de trabalho para estudar
31 esse tema. O segundo tema é sobre a política de educação digital da Unicamp ou, mais
32 precisamente, a política de transformação digital da Unicamp. Acha que esse é um tema
33 bastante recorrente em grandes instituições de ensino superior no Brasil e no mundo. Uma
34 política de transformação digital não significa propriamente transformar o ensino presencial em
35 ensino remoto, mas tem implicações, por exemplo, na forma como se comunicam, na forma
36 como os recursos estão acessíveis à comunidade, estudantes, professores, funcionários, por
37 exemplo sistemas que controlam a DGRH. Existem lá vários sistemas relacionados à vida
38 funcional docente, então como esses sistemas se integram e podem ser usados, por exemplo,
39 em uma plataforma móvel. A forma como selecionam, acompanham os estudantes, a forma
40 como armazenam, tratam e protegem as informações, política de uso de dados, que recursos

1 TIC querem usar no ensino. É um conjunto bem completo de ações, e acha que isso é um assunto
2 muito importante para a Unicamp tratar em um futuro próximo. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO
3 ROMERA diz que vai começar pela questão que o conselheiro Matheus levantou do vale-
4 refeição, que está na pauta específica do sindicato, de isonomia com a USP, que paga R\$990.
5 A reunião com a Reitoria está marcada para o dia 11, às 10h30, para tratar sobre esse tema do
6 vale-refeição. Também está na pauta específica do sindicato a questão do ponto eletrônico, por
7 isso sugerem que a CAD retire esse assunto da sua pauta de hoje. Estará em negociação com o
8 Sindicato, e não houve ainda discussão com a ADunicamp. O ofício do Ministério Público não
9 aponta crime, está tudo prescrito, é de 2009, exceto o da improbidade administrativa. E com a
10 lei nova, para haver improbidade administrativa tem de estar comprovado o dolo, para depois
11 pedir para a justiça abrir um inquérito. Como o professor Antonio José já deixou claro na
12 reunião com as bancadas que não houve dolo por parte da Universidade nessa aquisição, então
13 não há por que fazer essa discussão na CAD hoje à tarde. É necessário que se faça a negociação
14 com as entidades anteriormente e que se retire da pauta essa discussão que está colocada hoje
15 de fazer ou não o TAC. A Universidade tem autonomia universitária para decidir como faz a
16 medição do tempo de seus trabalhadores. Hoje ela é a segunda melhor universidade da América
17 Latina, é uma das 100 mundiais, com esse modelo de medição de tempo. Então pergunta para
18 que voltar lá para o fordismo do século XVIII, início do século XIX, onde se começou a medir
19 tempo dessa maneira. A Universidade é outra coisa, não é uma fábrica, que precisa dessa
20 medição de tempo. Isso já foi debatido na década de 1980, foi abolido e agora volta em uma
21 forma enviesada. Por isso, solicita aos membros que participarão da CAD a retirada desse ponto
22 de pauta. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI cumprimenta os professores André e
23 Everardo pela gestão à frente do Instituto de Biologia, que finalizou na data de ontem. E saúda
24 os professores Hernandes e Alessandro, novos diretores do IB. Tem três informes rápidos
25 relacionados ao IA. O primeiro é com muita alegria destacar o saldo positivo histórico do IA
26 na avaliação quadrienal da Capes 2017-2020. Dos quatro programas do Instituto, três subiram
27 de nota e um se manteve: tiveram um aumento da nota do PPG Artes da Cena de 5 para 6; Artes
28 Visuais de 4 para 5 e de Multimeios de 3 para 5; o PPG Música manteve o nível de excelência
29 que já tinha, que é a nota 6. Agradece o empenho de todos os docentes, discentes e egressos dos
30 programas e, principalmente, a PRPG, os coordenadores e funcionários que atuaram no período
31 de avaliação. O segundo e terceiro informes são convites para a comunidade. Primeiro é que
32 visitem a exposição do Gabinete de Estampas do IA, na Bora, primeira exposição presencial do
33 gabinete com o tema “Grassmann e as coleções do Gabinete de Estampas da Unicamp”. Essa
34 exposição está ocorrendo na Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho, das 9h às 17h, e vai até
35 27.01.2023, com entrada gratuita. Terceiro informe também é um convite: na próxima quinta-
36 feira, haverá um concerto, às 12h30, no Imecc. Será uma junção histórica da Orquestra do
37 Departamento de Música do Instituto de Artes com a Orquestra Sinfônica da Unicamp. O
38 repertório apresenta a sinfonia “Do Novo Mundo” de Dvorák e o ballet “Lago dos Cisnes” de
39 Tchaikovsky. Todos serão muito bem-vindos. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE
40 cumprimenta a Secretaria Geral pela eficiência como tem conduzido os processos de eleição e

1 de consulta, como a que ocorreu para a recomposição da representação dos servidores no Consu.
2 Reafirma a importância e reconhece o avanço que tiveram com o uso do e-voto; para além de
3 todos os ganhos quando comparam com uma eleição tradicional, tem a questão bastante
4 importante da celeridade. A eleição de servidores é uma eleição grande, tem um colégio
5 eleitoral de quase sete mil pessoas, maior que vários municípios. O Grupo Apesar tem forte
6 compromisso com a política institucional, neste ano o grupo completa 24 anos de existência,
7 portanto é o grupo mais longo dentro do movimento de funcionários da Universidade. A
8 comunidade de Paepes reconheceu isso e elegeu três titulares e o primeiro suplente, portanto o
9 grupo agradece os votos recebidos. Enquanto pessoa física, já teve vários mandatos no Consu
10 e conseguiu renovar mais um mandato. Agradece a todos que o ajudaram na campanha e a cada
11 um dos 896 votos que recebeu. Reafirma seu compromisso de fazer a representação com
12 seriedade e coerência. Um segundo assunto é o SimTec, que já foi abordado, só vai
13 complementar algumas informações. Terão a exposição de pôsteres; o evento recebeu 398 e
14 390 foram aprovados, e convida todos a visitarem. Haverá várias palestras, para as quais já há
15 quase 1.000 inscritos. Então reitera a importância de as pessoas participarem e convida os
16 diretores para estarem na abertura e visitarem a exposição de pôsteres. Em seguida, relembra a
17 questão da importância de completar o esquema vacinal anticovid. Na última semana de
18 setembro, o município de Campinas divulgou que há 70,9 mil moradores entre 30 e 39 anos
19 sem dose adicional. Então é importante que as pessoas estimulem quem não tenha o esquema
20 completo que o complete. No município existem 66 postos de vacinação, não precisa mais de
21 agendamento, e aqui no Cecom é só entrar no *site* e ver dia e horário. Também lembra da
22 campanha da pediatria do HC, que está arrecadando brinquedos para as crianças que lá fazem
23 tratamento. Eles recebem até 7 de outubro doação de brinquedos. O ramal de lá é 17576, e
24 agradece a quem puder colaborar doando algum brinquedo. A Conselheira MIRNA LÚCIA
25 GIGANTE diz que no momento em que se inscreveu, na última reunião, era para falar sobre o
26 final da sua participação no Consu como diretora. Mas fará um comentário antes de fazer esse
27 encerramento, sobre o item 03 da pauta, referente ao RAD de aposentáveis, e sobre a fala do
28 senhor Reitor, que ao final desse item fez um desabafo. Solicitou a retirada da pauta, e acha que
29 discordar não significa não pensar, e sim pensar diferente. Como diretora, tem a
30 responsabilidade de se manifestar sobre um tema dessa complexidade, com o respaldo da
31 congregação. Concorda com o professor Fernando Sarti que disse que é lamentável que os
32 representantes não tenham levado essa discussão para as unidades, mas ficou claro ao longo da
33 discussão que isso era um fato. Esse tema não foi tratado com os diretores, e há nesta gestão, e
34 também na gestão anterior, muitos exemplos positivos de que quando existe esse cuidado de
35 tratar com os diretores, viabilizam uma melhor comunicação e também decisões mais calmas e
36 respeitadas. Hoje é seu último Consu como diretora da FEA; na próxima sexta-feira, o novo
37 diretor escolhido pelos três segmentos, professores, alunos e funcionários, toma posse. Teve
38 oportunidade de representar a FEA nessas duas últimas gestões e agradece à atual Reitoria, o
39 professor Antonio José, a professora Maria Luiza, e também à anterior, professor Marcelo e
40 professora Teresa, pelo respeito, pelo trabalho sério e responsável na condução da

1 Universidade, respeitando os diferentes momentos de cada gestão. Agradece também a
2 convivência com todos os membros do Consu, em especial aos seus colegas diretores, pelas
3 discussões, pelo aprendizado, pelos bons relacionamentos e pelas lutas boas que lutaram juntos.
4 Agradece também à comunidade da FEA pela oportunidade de representá-la nesses últimos
5 quatro anos e agradece igualmente a todos os gestores da Faculdade que tornaram possível essa
6 gestão. Aprendeu muito, todos os dias, e aprendeu especialmente com a ajuda da estrutura e do
7 suporte administrativo que a Universidade disponibiliza aos diretores e à comunidade geral.
8 Fez muitas consultas à Procuradoria Geral, DGRH, Secretaria Geral, e agradece toda a
9 colaboração que recebeu de todo o suporte administrativo da Universidade. Agradece
10 imensamente o seu hoje amigo Julian, diretor associado da FEA, pois sem ele nada seria
11 possível. Juntos removeram pedras e cascas de banana, como costumavam brincar; seguiram
12 em frente e aprenderam a ter resiliência no dia a dia. Está feliz por terminar esse mandato, mas
13 está feliz por ter sido diretora da FEA também. Tem confiança de que a FEA seguirá seu
14 caminho, deseja boa sorte aos novos diretores, o professor Anderson e a professora Ana Sílvia.
15 Está feliz, mas não é a felicidade que lhes traz o agradecimento, mas sim o agradecimento que
16 lhes traz essa felicidade. Então agradece a todos pela oportunidade, pela convivência, pelo
17 respeito. Despede-se aqui hoje do Consu, muito feliz, acreditando que com todas as dificuldades
18 em uma gestão com dois anos de pandemia, puderam concluir de uma forma harmoniosa esse
19 mandato. O MAGNÍFICO REITOR, em nome da Administração e do Consu, agradece a
20 colaboração da professora Mirna, sua participação sempre ativa nas discussões e na gestão da
21 Universidade ao longo desses quatro anos. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI
22 diz que fará alguns informes sobre eventos que ocorreram no IE recentemente. Na semana
23 passada, enquanto começavam este Consu, estavam sendo realizados simultaneamente dois
24 eventos no Instituto. O primeiro, o Fórum de Pós-Graduação da Rede Brics de Universidades,
25 que contou com participação parte remota e parte presencial. Felizmente estão conseguindo
26 voltar aos eventos presenciais, com professores e estudantes de pós-graduação dos outros países
27 Brics. Não estão no melhor momento para as relações Brics, mas do ponto de vista da
28 cooperação acadêmica foi um evento importante, e a rede de cooperação acadêmica entre esses
29 países, da qual o IE faz parte, segue funcionando. Também ocorreu na semana passada o 11º
30 Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, é a 9ª Conferência Internacional de
31 História Econômica no IE, que teve como tema o Bicentenário da Independência. Foram dois
32 dias também muito intensos e algumas dezenas de pós-graduandos e docentes no Brasil nessa
33 área. Enfatiza, com um pouco mais de importância, a realização também no IE na terceira
34 semana de agosto da Escola Internacional sobre os Desafios do Desenvolvimento, que dessa
35 vez foi a terceira, as primeiras duas foram remotas, foram por meio do Zoom, mas desta vez foi
36 presencial, com bastante dificuldade, mas também conseguiram trazer cerca de 40 estudantes
37 de pós-graduação, mais da metade deles estrangeiros, e também alunos de outras universidades
38 brasileiras. Este ano tiveram como tema “Moeda, Finanças e Desenvolvimento”, e foram 11
39 aulas, cinco delas com professores de destaque no exterior. É um esforço importante do IE de
40 internacionalização, particularmente na questão da pós-graduação. Aproveita para registrar aqui

1 que nesse sentido também, da internacionalização, não só de receber influências, mas de
2 também pontuar a produção local, estarão lançando, nas próximas semanas, duas coletâneas de
3 artigos históricos do Instituto de Economia da Unicamp traduzidos para o inglês, com versões
4 para *download*. Uma na área de Economia Internacional e alguns aspectos teóricos e outra na
5 área de Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea. Por fim, deixa
6 aqui um abraço aos colegas que se despedem, os professores André e Everardo, do IB, e Mirna
7 e Julian, da FEA, desejando boa sorte no prosseguimento da carreira de todos eles e boas-vindas
8 e boa sorte aos novos diretores. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI manifesta o
9 pesar pelo falecimento da funcionária terceirizada da FCA na semana passada, na segunda-feira
10 à noite. Ela faleceu no final do expediente, dentro do refeitório da Universidade. Agradece pela
11 atuação de duas funcionárias da área administrativa, as senhoras Vivian Sano e Bruna Lopes, a
12 Vivian da biblioteca e a Bruna funcionária da área acadêmica, que foram as duas pessoas que
13 chegaram para fazer os primeiros atendimentos para a funcionária Cleide Lopes. Essa atuação
14 delas, que não possuem o preparo adequado, não estão acostumadas com esse tipo de atuação,
15 leva a um desgaste psicológico muito grande. Precisam de alguma forma ter uma outra maneira
16 de atuar nessas situações. Aqui no *campus* de Campinas há um hospital muito próximo, mas
17 em Limeira não. Para piorar a situação, na quinta-feira à tarde houve uma tentativa de suicídio
18 na FCA, cujo caso felizmente evoluiu bem, mas novamente a senhora Bruna teve de atuar, então
19 é um desgaste psicológico muito grande para essas situações. Tanto o Sappe como o SAE foram
20 bastante atuantes nisso, o que em Limeira é muito importante para eles. Em seguida, pergunta
21 ao professor Romano se existe a possibilidade, dentro do Pibic, que alunos de doutorado possam
22 oficialmente constar como coorientadores no sistema. Que possam incluir isso e os alunos, os
23 pesquisadores de pós-doutorado, possam também solicitar bolsas de iniciação científica, porque
24 eles acabam atuando de forma informal nessa orientação. E reforça a fala do professor Marco,
25 inclusive já conversou pessoalmente com o professor Romano, sobre a política de saída de
26 jovens professores para o exterior, além da contratação de professores substitutos, como já foi
27 uma política da Universidade em anos anteriores. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
28 MEDEIROS deixa o seu protesto sobre o que está acontecendo com a chamada paralisação,
29 com a invasão de salas de aula da Faculdade de Engenharia Química. Inclusive houve um caso
30 em que os alunos que estavam assistindo a aula foram expulsos e uma aluna passou mal, foi
31 preciso chamar ambulância. Isso não é paralisação pacífica. Solicita a palavra à professora
32 Heloise, que não conseguiu se inscrever. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE
33 JENSEN diz que tem duas questões a fazer. A primeira é muito objetiva: discutiram há algum
34 tempo o regimento do RDIDP. Foi feita uma consulta à Procuradoria Geral sobre a nova redação
35 do regimento do RDIDP e pararam nesse ponto. Gostaria de saber como isso caminha, se vai
36 para frente ou não; está perguntando isso porque amanhã é a sua última reunião na CPDI, será
37 substituída, portanto por dois anos esteve ali, por dois anos vêm discutindo isso e não saíram
38 muito do lugar. A segunda questão é que viu no fim de semana em um dos jornais da região
39 uma notícia de que a Faculdade São Leopoldo Mandic quer erguer um hospital 100% SUS em
40 Campinas. Foi uma notícia complementada pelo diretor geral dessa instituição, José Luiz Cintra

1 Junqueira. Ele, francamente, abertamente diz querer disputar a verba do SUS que chega à
2 região, e está solicitando à Prefeitura de Campinas um terreno para construir esse hospital. Diz
3 ele que vai ser um hospital de retaguarda, mas ele aponta especialidades, especialmente na área
4 de pediatria. Se a Prefeitura de Campinas ceder um terreno a ele, acha que ele entra em franca
5 competição com o Hospital de Clínicas e com o possível futuro Hospital Metropolitano.
6 Pergunta qual é a posição da Reitoria nesse aspecto, e se ele receber um terreno da Prefeitura,
7 acha que não precisam mais doar um pedaço da Fazenda Argentina para a construção de um
8 hospital. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES diz que sua câmera está apontada para o
9 ato, e diz às pessoas lá presentes que é a hora de fazer barulho, têm esse direito. Têm direito a
10 uma fala de três minutos do Expediente, que não encaminha nada, mas acha que devem utilizar
11 o tempo para fazer barulho. Observa que em toda reunião do Consu o Reitor dá os votos de
12 pesar do mês, só que ele nunca falou de terceirizadas. Ele não falou sobre o falecimento da
13 senhora Cleide, ele não manifestou um mínimo de solidariedade ao falecimento dela, além de
14 uma publicação ridícula no Instagram da Unicamp. Diz que o ato em que estão é uma
15 homenagem a ela também. A professora Claudia Medeiros acabou de falar que a paralisação
16 não foi pacífica, que os estudantes foram impedidos de assistir às suas aulas, que uma estudante
17 passou mal e teve de ser retirada da aula, e acha que estão aqui melhor do que ela para mostrar
18 que isso não é verdade. A verdade é que os estudantes estão passando mal com essa nova
19 empresa nos restaurantes. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS lembra que
20 haverá Copa do Mundo no fim do ano, e uma preocupação começou a aparecer no Imecc com
21 relação aos jogos no horário do expediente. Precisam pensar um pouco antes para tentar trocar
22 provas de horário, alguma coisa assim. Mas claro que pode ser comentado na Cepe e na CAD.
23 Sobre a situação da paralisação dos alunos, não sabia até que ponto a Reitoria conhecia o
24 tamanho de movimento, mas agora que a representante discente falou deu para ter uma noção.
25 De fato as aulas foram impedidas hoje no Ciclo Básico, em algumas unidades, e existe uma
26 preocupação dos docentes com o calendário apertado para a reposição, não terão tempo para
27 fazer isso neste semestre. Ontem tarde da noite estava em contato com o pessoal do centro
28 acadêmico do Imecc para entender a abrangência da manifestação e pedindo para que tudo fosse
29 bastante tranquilo, mas a temperatura às vezes sobe rápido nesses momentos, e tem bastante
30 preocupação de que episódios como os acontecidos em 2016 voltem a ocorrer. Parece que em
31 algumas unidades já ocorreram conflitos, como a professora Claudia mencionou. Então fica a
32 sugestão para a Reitoria tentar mediar esse movimento o mais rápido possível para não ficar
33 muito complicado depois. Por fim, reforça o convite para todos assistirem à apresentação da
34 Sinfônica no Imecc, nesta quinta-feira, lembrando que Pitágoras também era músico e fez um
35 estudo muito importante sobre a divisão de cordas para entender a relação de tom e semitom. E
36 falando em música, fica aqui a sua despedida para o professor André, um amigo e que agora
37 vai poder se dedicar melhor ao seu grupo de música instrumental barroca que ele integra desde
38 a época da graduação, agora que não tem tantos problemas do IB para resolver. O MAGNÍFICO
39 REITOR diz que em relação à questão da Copa, ainda têm um tempo para decidir, porque
40 começa só em final de novembro. Em relação às negociações, a Reitoria tem sempre mantido

1 diálogo, e é importante também manter localmente, então essa iniciativa de conversar com o
2 centro acadêmico seria bom que continuasse, que também as outras unidades fizessem, para
3 talvez aplacar um pouco os ânimos localmente. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
4 parabeniza os professores André e Mirna pela gestão que se encerra e dá as boas-vindas aos
5 novos diretores. Reforça o que já foi dito aqui sobre os resultados das eleições de domingo; eles
6 mostram que precisam reforçar a capacidade de compreensão da realidade e de interlocução
7 com a sociedade. Acha que as próximas semanas não serão fáceis e o resultado do segundo
8 turno, tanto em São Paulo quanto no plano nacional, vai ser decisivo para o futuro do país e
9 para o futuro da Universidade. Então possuem uma tarefa enorme pela frente, e a preocupação
10 com direitos e com democracia parece não encontrar ressonância em vários segmentos da
11 sociedade, vários segmentos da população. Isso precisa lhes servir de alerta e também servir de
12 mote para novas pesquisas. A professora Dirce perguntou sobre a terceirização do restaurante,
13 e diz que lhe parece haver alguns ruídos de comunicação. A nota no *site* da Unicamp não explica
14 todo o processo, ela não fala das razões jurídicas, ou seja, porque o Tribunal de Contas do
15 Estado julgou irregular a contratação com a Funcamp. Isso foi explicado no último Consu, mas
16 não está na nota. A nota também não menciona as implicações do ponto de vista dos direitos,
17 por exemplo, por que a Unicamp não pode conceder creche e fretados para as terceirizadas.
18 Como uma Instituição preocupada com a qualidade das relações de trabalho aqui vigentes, acha
19 que seria importante dizer quais são as iniciativas que a Unicamp tem adotado para melhorar
20 as condições de trabalho das terceirizadas. Pensar em uma política para futuros contratos de
21 terceirização e também estudos para verificar a possibilidade de contratação direta dos serviços
22 que são hoje terceirizados. Fará a leitura da moção em defesa das trabalhadoras, que foi
23 aprovada na congregação do IFCH na sua 273ª Sessão Ordinária: “Nós deliberamos por
24 unanimidade manifestar-nos pela recontração de todas as trabalhadoras terceirizadas
25 demitidas. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto que guarda uma tradição no
26 pensamento crítico e possui um largo histórico de produção científica voltada ao
27 questionamento das formas de precarização do trabalho e do avanço da privatização no setor
28 público, recebe com preocupação a notícia de demissão de centenas de trabalhadoras
29 terceirizadas da Unicamp. A demissão ocorre após a mudança na forma de terceirização até
30 então vigente nos Restaurantes Universitários, que deixará de ser feita via Funcamp. Preocupa-
31 nos saber que a empresa vencedora da licitação, Soluções Serviços Terceirizados, possui
32 histórico de suspensão sanitária no Estado do Rio de Janeiro, com denúncias de fornecimento
33 de alimentação estragada, o que pode interferir na qualidade dos serviços da Universidade.
34 Preocupa-nos, em especial, a situação das trabalhadoras demitidas. Temos consciência da
35 gravidade do atual cenário social e econômico do país, no qual há milhões de desempregados,
36 ao mesmo tempo em que crescem a informalidade e a precarização, somando-se à corrosão do
37 poder de compra dos salários e à fome. Diante disso, solidarizamos-nos com todas as famílias
38 afetadas nesse processo e nos posicionamos pela recontração das trabalhadoras sem redução
39 salarial e sem retirada de direitos, como aqueles referentes ao acesso à creche, ao transporte
40 fretado e ao vale-refeição. Por fim, convidamos a Universidade a promover uma discussão

1 sobre os serviços terceirizados para que possamos enfrentar esse problema na Unicamp e
2 contribuir para a melhoria das formas de contratação no serviço público”. Essa moção foi
3 aprovada em agosto, portanto antes da discussão que foi feita no Consu, e a traz aqui também
4 dizendo que na sua última manifestação no Consu havia dito que achava importante manterem
5 grupos de trabalho, grupos de estudos. Informa que ela própria participa de um grupo de
6 estudos, juntamente com a senhora Lina Nakata, da DGA, para tentar contribuir para essa
7 questão. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que esta é sua
8 última reunião no Consu, então se despede e agradece pela contribuição e pelo apoio à
9 Faculdade de Enfermagem. A Faculdade de Enfermagem representa a sua própria vida, porque
10 está lá desde sua primeira turma. Lutou muito para que tivessem o centro acadêmico, tivessem
11 espaços para reunir os alunos, e hoje possuem, graças ao apoio dado pela Reitoria anterior e
12 pela atual, às quais agradece. Agradece também o apoio recebido da Secretaria Geral, da
13 Procuradoria Geral, da DGRH e também dos chefes de Gabinete, que os ampararam em
14 momentos de dificuldade, de necessidade de orientação. Já elegeram as novas diretoras,
15 professoras Roberta Rodrigues e Maria Helena Melo, e espera que as recebam tão bem como a
16 receberam, e que continuem apoiando a Faculdade de Enfermagem. O MAGNÍFICO REITOR,
17 em nome do Consu e de toda a Administração, agradece à professora Maria Helena por sua
18 colaboração na gestão e sua representação da Faculdade de Enfermagem junto a todos os órgãos
19 centrais da Unicamp. Parabeniza-a pela gestão. A Conselheira ELISABETH CARDOZO diz
20 que fez sua inscrição na reunião passada para falar sobre a terceirização dos restaurantes. Sente-
21 se contemplada com a fala da professora Andréia, mas como também é gestora da limpadora
22 no Instituto de Biologia, solicita um pouco mais de atenção da Reitoria em relação ao aos
23 serviços terceirizados. Não só por conta dessas denúncias que têm ouvido dessa empresa que
24 foi contratada, mas em relação ao tratamento que alguns funcionários têm recebido. Estão em
25 processo de apuração, mas têm recebido denúncias de assédio moral e até de uma certa
26 truculência em relação aos funcionários do restaurante. Não está atualmente na diretoria do
27 sindicato, mas vai estar sempre trabalhando com a sua entidade e a sua representação no IB e
28 por isso a denúncia chegou. Assim que conseguirem apurar mais detalhes, levarão para a
29 Reitoria, mas de qualquer forma solicita um pouco mais de atenção aos terceirizados. Estão
30 vendo que as famílias que foram penalizadas com essa nova empresa estão passando por sérias
31 dificuldades. Agradece o trabalho que o professor Everardo e o professor André fizeram no IB,
32 foi uma gestão muito tranquila; fala em seu nome e em nome dos funcionários, que conseguiram
33 ter harmonia entre as representações de funcionários, docentes e a direção. Dá as boas-vindas
34 aos novos diretores do Instituto. Em relação à paralisação de hoje, é totalmente favorável, mas
35 tinha o compromisso de estar aqui no Consu, e no IB, pelo que pôde perceber, a coisa foi bem
36 tranquila. Também possuem essa relação com o centro acadêmico, os alunos estão participando
37 da paralisação, mas foi tudo discutido de forma tranquila. Atua junto ao centro acadêmico, está
38 sempre junto discutindo, mas acha que essa paralisação se faz necessária até para chamar
39 atenção para uma coisa que está acontecendo em relação aos terceirizados em geral, e todos
40 eles merecem um pouco mais de atenção. O MAGNÍFICO REITOR diz que a questão de

1 contratos, do que pode mudar e alguma forma interferir, depende um pouco desse grupo de
2 trabalho. A senhora Lina já estava bastante envolvida nisso quando estava na SVC e eles
3 fizeram, inclusive, um documento de como melhorar os contratos para garantir um pouco mais
4 de direitos aos terceirizados. Na questão do assédio, existe um TAC assinado com o Ministério
5 Público, então o caminho é acionar a DGRH e ver se contempla também os terceirizados. O
6 Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO cumprimenta todos que participaram como
7 candidatos na eleição para o Consu realizada em setembro. Dos 43 candidatos, foram sete
8 eleitos como conselheiros titulares e sete suplentes. O Grupo Apesar novamente faz história e
9 agradece a todos os eleitores que lhes deram apoio, e aos demais agradece por participarem
10 desse processo democrático na escolha de seus representantes nesta Casa. O Apesar foi o grupo
11 com mais candidatos eleitos a titular, três, e elegeu também o primeiro suplente. Nesta eleição,
12 visitou os eleitores e conversou com as pessoas. Os principais assuntos discutidos foram
13 carreira, progressão em 2022, isonomia salarial com a USP, vale-refeição, reajuste do auxílio-
14 alimentação, auxílio-criança, auxílio-educação especial. Todos esses auxílios precisam ser
15 reajustados em janeiro de 2023, com sugestão de valor de R\$1.500 a todos os auxílios. Outros
16 desafios são acessibilidade, reestruturação das ciclovias, imediata contratação de servidores nas
17 diversas funções através de concurso público. E sobre a terceirização e desmonte das conquistas
18 dos trabalhadores, muitos da comunidade foram contrários à terceirização dos trabalhos. Não é
19 bem vista entre a comunidade a terceirização e o desmonte das conquistas dos trabalhadores.
20 Sobre a carreira e progressão 2022, escutou manifestações de insatisfação com o processo, mas
21 teve também manifestações favoráveis ao processo. Seguem alguns pontos levantados: o
22 processo deve ser feito em duas etapas, primeiro semestre progressão vertical e segundo
23 semestre processo horizontal. Na opinião de vários eleitores, o processo de carreira e progressão
24 precisa ser discutido institucionalmente entre todos da comunidade. Os não contemplados em
25 2019 e 2022 estão preocupados com mudanças drásticas, pois com um interstício a hora deles
26 está chegando. Teve sugestão de que a Universidade faça um plebiscito junto à comunidade
27 sobre o assunto progressão e carreira. Há muita preocupação sobre esses dois temas que
28 impactam o futuro dos servidores técnico-administrativos, e há sugestão de que a Universidade
29 tenha olhar diferenciado quanto aos servidores de nível médio e fundamental. Nessas visitas
30 realizadas, chamou a atenção uma situação específica quanto aos recursos disponibilizados; no
31 IC, vários servidores comentaram que os recursos foram insuficientes para a progressão
32 vertical. Foi merecida a contemplação do servidor de nível superior, mas foi insuficiente para
33 contemplar o servidor de nível médio. Há o caso do servidor André, que ficou em primeiro
34 lugar no nível médio, mas não levou, mesmo comparecendo à Universidade no período crítico
35 da Covid, mantendo os equipamentos em funcionamento do IC. Exemplo clássico de que a
36 progressão precisa contemplar pelo menos um em cada segmento, no mínimo. Na visão dos
37 servidores, o correto é ter recursos financeiros superiores aos aprovados na reunião do
38 orçamento em 2021. Na reestruturação será necessário olhar diferenciado nas funções
39 regulamentadas. Na discussão orçamentária de 2021, estavam previstos R\$3,1 bilhões, e hoje a
40 arrecadação está acima de R\$3,5 bilhões. Chegou até ele o relato de mães sobre a necessidade

1 de construção de cobertura no entorno das creches, evitando assim que as crianças e os pais
2 tomem chuva. Também é solicitado um estudo para contratação imediata de um médico pediatra
3 para atendimento das crianças nas creches. Solicita apoio ao Cecom na solução desta demanda.
4 Completa este ano 20 anos ininterruptos como conselheiro e agradece a sua continuidade até
5 2024. Parabeniza a Reitoria pela condução séria da Universidade e pede encarecidamente um
6 estudo urgente para a demanda levantada pela conselheira Evanir quanto à sala de descanso do
7 Caism. Não é admissível a situação atual da sala de descanso desses heróis no combate à Covid
8 no Caism; eles precisam ser tratados igualmente e, para isso ocorrer, será necessário que
9 as estruturas sejam igualitárias. Pede que a estrutura montada para descanso dos médicos do
10 Caism seja expandida a toda enfermagem, auxiliares, técnicos e enfermeiros. Não é admissível
11 estruturas desiguais, pois todos estavam na linha de frente e merecem tratamento igualitário.
12 Hoje está falando do Caism e vai verificar a estrutura do HC; pede à gestão e à COP estudo
13 para reestruturação da sala de descanso da enfermagem. Solicita à conselheira Gabriela a
14 informação de como estão as instalações dos médicos do Caism, qual a diferença entre as salas
15 dos heróis da enfermagem e médicos. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES
16 diz que sabem que as salas de descanso são um problema e vão entrar nessa pauta, discutir mais
17 e tentar solucionar, já que são problemas antigos, sem solução na área da Saúde. Mas destaca
18 um problema mais recente que chegou para o sindicato, que as terceirizadas foram expulsas da
19 sala de descanso, sob o pretexto de que não caberiam todas, pessoas da Enfermagem mais as
20 terceirizadas da limpeza. Então, só para completar o pacote de maus tratamentos às terceirizadas
21 no *campus*, as funcionárias terceirizadas da limpeza do HC estão dormindo no chão e a
22 Enfermagem reveza as poltronas, porque os espaços ainda são insuficientes, mas sabem que há
23 muitas pessoas que pegam colchonete de maca e colocam no chão porque não tem espaço para
24 descansar. Então, diz ao conselheiro Cláudio que estão juntos nessa pauta e vão unir forças
25 porque isso precisa ser resolvido. Quando falam de terceirizadas, não só pelas questões de
26 trabalho, não só pela defesa de condições dignas, é o que se está decidindo na Universidade.
27 Como o próprio senhor Reitor falou, não terceirizam funcionários, terceirizam serviços, então
28 não sabe qual é a vantagem de se terceirizar e por que essa decisão, pois sabem que os serviços
29 não têm sido bons e as tratativas com os trabalhadores piores ainda. Então, já respondendo
30 também à questão da hora extra, é muito mais barato terceirizar, é muito mais barato pagar hora
31 extra, é muito mais barato precarizar os trabalhos na Universidade do que valorizar o
32 trabalhador. E valorizar o trabalhador está passando um pouco longe desta gestão. Falando em
33 valorizar o trabalhador, puxando para a questão de carreira, foi montado um GT de carreira,
34 nomeado aqui, que traria projetos para a carreira de 2023. Esse GT começou a trabalhar, teve
35 uma reunião apenas, mas foram informados de que as alterações, os trabalhos em cima do
36 Anexo 3 e das deliberações CAD sobre a carreira vão valer para o ano seguinte, 2024, e não
37 2023, como entendiam com a formação desse GT. Então o GT anterior vai apresentar os
38 trabalhos para a carreira que vai rodar em 2023. Tinham uma expectativa de trabalhar com mais
39 diálogo nessa questão da carreira para o próximo ano, o que está começando a acontecer agora,
40 com a presença do sindicato e outras trabalhadoras no GT, mas esse GT ainda não vai tirar

1 resoluções para agora. Está sendo difícil dialogar, realmente é só na base da manifestação, na
2 base da intervenção radical dos estudantes e mesmo assim está muito difícil tirar uma reunião
3 e dialogar. E já que o professor Antonio José vai falar com o Cruesp, solicita novamente que
4 ele peça para abrir o diálogo através dele, que é o presidente do Cruesp. Que não conversem só
5 sobre licença-paternidade, sobre ponto eletrônico, como estão na tratativa e querendo assinar o
6 TAC de repente, mas conversar também sobre isonomia, sobre valorização dos trabalhadores,
7 porque a Reitoria está difícil de abrir o diálogo. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO
8 inicia lamentando o falecimento da senhora Cleide, técnica de nutrição do restaurante
9 universitário da FCA, e se colocando em solidariedade à defesa da paralisação dos estudantes.
10 Está na representação discente ininterruptamente desde 2015. Certa vez, em uma das reuniões
11 de que participou na USP, havia uma manifestação dos trabalhadores contra o plano de
12 demissões voluntárias e contra a terceirização do restaurante universitário. O Reitor, em vez de
13 convocar todos para uma conversa, enviou a tropa de choque, e foi aplaudido pelos diretores.
14 Disse aos diretores do seu *campus* naquela época que se eles permitissem isso contra a própria
15 comunidade, na próxima vez a repressão, a ameaça de demissão ou desprestígio não ia ver
16 categoria nenhuma antes de atingir a todos. Então espera que a Unicamp não cometa esse
17 mesmo erro. As universidades estaduais paulistas pioraram muito as suas relações de trabalho;
18 todas as categorias, mas sobretudo as trabalhadoras das empresas terceirizadas, foram atingidas
19 cada vez mais por cargas de trabalho grandes e sem possibilidade de sustento das suas famílias.
20 Por isso acredita que possuem o dever de repensar esse modelo de terceirizações, tomar de volta
21 para a Unicamp a responsabilidade por esses trabalhadores. Um exemplo de que esse modelo
22 não está dando certo foi que a justiça reconheceu que a Funcamp e o conselho curador, presidido
23 pela ex vice-reitora, demitiram de maneira indevida o trabalhador Sidney, cuja acusação durante
24 a Assembleia Universitária foi denunciar as condições de trabalho precárias do serviço de
25 restaurante e liderar a sua categoria contra essas demissões. No caso do Sidney, o juiz reafirmou
26 que não houve prejuízo e nem violência na manifestação e que era incabível a justa causa. O
27 tempo é senhor da razão. Não podem permitir que essa nova empresa, que possui um histórico
28 de suspensão sanitária, que possui denúncia de fornecimento de comida estragada, continue a
29 acumular relatos dentro da Universidade de pessoas que passaram mal ao se alimentar nos
30 restaurantes, de trabalhadores em jornadas intensas. Acha que isso compromete a segurança do
31 trabalho e a saúde desses trabalhadores. Então retoma ao ponto principal da sua mensagem:
32 quando permitem que um deles não seja tratado com a dignidade que merece, todos estão
33 fadados ao mesmo destino. Se permitem que as terceirizações avancem na Universidade, a
34 próxima atividade que será terceirizada é a de docência. Terão no Senado Federal por São Paulo
35 uma pessoa que destruiu o CNPq; a maior quantidade de deputados da Câmara Federal quer
36 exterminar as universidades. Portanto, dirigindo-se à professora Claudia, diz que não adianta
37 pisar nos alunos que lutam por condições justas de trabalho e depois pedir união em defesa da
38 democracia. Democracia começa em casa. O Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO
39 diz que sua intenção era passar a palavra à professora Fátima, mas ela está com problemas
40 técnicos e solicitou que ele lesse uma carta do grupo Sua Voz no Consu, elaborada em diálogo

1 com os seus representados e por meio deles: “Aos membros do Conselho Universitário. Os
2 últimos anos foram marcados por diversas medidas internas e externas desta Universidade que
3 culminaram na deterioração da carreira docente. Muitas dessas medidas impactaram de forma
4 muito negativa a expectativa de carreira daqueles e daquelas docentes que ingressaram nesta
5 Universidade na última década, incluindo as mudanças nas regras de aposentadoria e nas regras
6 de incorporação de gratificações. Além disso, duas portarias transitórias da Unicamp afetam
7 um grupo específico desses profissionais, causando excessivas perdas salariais e atrasos na
8 progressão de carreira. São elas: a resolução do Reitor que congelou os concursos de livre-
9 docência em 2017, Resolução 26 de 2017, e a deliberação Consu que desvinculou a aprovação
10 no concurso de livre-docência para MS-5.1. Salientamos aqui que na deliberação de 2018 essa
11 casa tomou o cuidado de mudar a contagem do tempo de interstício para a progressão vertical
12 de MS-5 para MS-6 por meio de concurso para titular, considerando a data da aprovação da
13 livre-docência, em vez da promoção para MS-5.1, mas naquele momento tal cuidado não foi
14 tomado em relação às progressões horizontais na carreira, ou seja, de MS-5.1 para MS-5.2. Um
15 número substancial de docentes, algumas centenas em todos os institutos e faculdades, foi
16 aprovado no final de 2019 e início de 2020 em concurso de livre-docência, mas teve sua
17 progressão para o nível 5.1 atrasada devido à promulgação da PL 173, que proibiu qualquer
18 progressão cujo processo não havia sido ainda homologado. O atraso nas promoções só ocorreu
19 pois houve, pouco antes da PL 173, a desvinculação entre progressão para 5.1 e aprovação no
20 concurso de livre-docência. A promoção para o nível 5.1, para esses docentes, só ocorreu em
21 fevereiro de 2022, após a revogação da Deliberação Consu-A-017/2018. Com isso, além das
22 mesmas perdas que todos os demais docentes sofreram nesse período de arrocho salarial e
23 congelamento de progressões, esse grupo de docentes foi prejudicado com atraso de mais de
24 dois anos na efetivação da progressão. Se as perdas financeiras não fossem o bastante, esse
25 atraso também prejudicou a progressão de outros níveis MS. A regra da Universidade Estadual
26 de Campinas prevê um interstício mínimo de três anos para que docentes possam solicitar
27 progressões horizontais na carreira, a contar da última promoção. Ou seja, uma docente ou um
28 docente aprovado nos concursos de livre-docente enquanto a portaria de desvinculação estava
29 válida. Dado o cenário de recessão causada pelas portarias acima, somado à PL 173, esse grupo
30 de docentes solicita ao conselho, que seja criada uma regra de transição para aqueles que
31 possam requisitar a progressão horizontal na carreira, obedecendo o interstício de três anos a
32 contar da aprovação, homologação da livre-docência, assim como é feito na progressão vertical.
33 A regra de transição aqui proposta não cobriria todas as perdas sofridas, mas diminuiria os
34 impactos que essas perdas gerarão no futuro de suas carreiras”. O MAGNÍFICO REITOR diz
35 que talvez fosse interessante ter olhado com mais carinho, pontuado que no Expediente da pauta
36 de hoje há um item que se refere exatamente à promoção por mérito da carreira do Magistério
37 Superior. Sente-se muito confortável em falar sobre isso porque foi contrário à desvinculação.
38 Não gosta dessas decisões estruturais à luz de situações conjunturais, mas isso foi decidido com
39 grande apoio do Conselho Universitário na época. Resolveram tratar isso também não como
40 uma forma de transição, mas de uma forma ampla, então isso está no item A do Expediente,

1 que pede aos diretores que discutam nas suas unidades. A ideia é que votem isso no próximo
2 Conselho Universitário, e há questões que tornam mais coerente porque em alguns casos
3 consideram o título anterior, em outros casos consideram a promoção. Estabeleceram um
4 procedimento para contornar essas coisas como regra, uma regra padrão que se assemelha à
5 regra do titular. Então pede aos diretores que prestem atenção pois o item A do Expediente
6 resolve essa polêmica, na sua visão, de uma forma mais positiva. Deixa de ser aquele
7 procedimento de dar um jeitinho conforme a situação. Em seguida, informa que houve a escolha
8 da bancada de servidores técnico-administrativos, com mandato de dois anos, a partir de 21 de
9 dezembro de 2022. Haverá também as eleições para composição das representações discentes
10 da graduação e pós-graduação junto ao Consu, Comissão Central de Graduação, Comissão
11 Central de Pós-Graduação e Comissão Central de Extensão. Elas acontecerão nos dias 18, 19 e
12 20 do mês de outubro. Na Comissão Eleitoral para a escolha da representação discente, está
13 sendo substituída a professora Dirce Zan pela professora Anna Christina Bentes da Silva, em
14 razão de um conflito de interesse. Propõe os votos de pesar às seguintes famílias: do professor
15 doutor Antônio Arnoni Prado, docente aposentado do IEL, que faleceu no dia 11 de setembro;
16 do professor doutor José Dias Sobrinho, docente aposentado da Faculdade de Educação, que
17 faleceu no dia 11 de setembro. Ele era professor emérito da Unicamp, foi diretor da Faculdade
18 de Educação e pró-reitor de pós-graduação. Também às famílias de: professor doutor Geraldo
19 Archangelo, docente aposentado do IA, que faleceu no dia 18 de setembro; professora doutora
20 Carol Hollingworth Collins, docente aposentada do Instituto de Química, que faleceu no dia 18
21 de setembro, professora emérita da Unicamp e membro da Academia Brasileira de Ciências;
22 doutora Vânia Maria Moreno, procuradora aposentada da Unicamp, que faleceu no dia 25 de
23 setembro; e senhora Cleide Aparecida Lopes, funcionária que trabalhava no Restaurante
24 Universitário da Faculdade de Ciências Aplicadas de Limeira, que faleceu no dia 26 de
25 setembro. Informa que as questões feitas durante esta Sessão serão respondidas nas reuniões da
26 CAD e da Cepe, que ocorrerão na sequência. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a
27 Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata
28 e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho
29 Universitário. Campinas, 04 de outubro de 2022.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 179ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 29 de novembro de 2022, sem alterações.